PETROBRÁS

Um clarão na história

CARTA-TESTAMENTO

...mínimo se desencadearam os ódios. **Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da PETROBRAS e, mal começa esta funcionar, a onda de agitação se avoluma.** A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. **Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo.** Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. **Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.**"

GETÚLIO VARGAS

J. W. BAUTISTA VIDAL
GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS

José Walter Bautista Vidal

Engenheiro com pós-graduação em Física. Professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e Estadual de Campinas, ocupou várias funções de comando em governos estadual e federal. Foi o 1º Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Brasil, na Bahia, aos 34 anos. Chefiou por três vezes a Secretaria de Tecnologia Industrial, a partir do saudoso Severo Gomes como ministro e participou de conselhos nacionais das áreas industrial, ciência, tecnologia, meio ambiente e educação, tendo fundado mais de trinta instituições nesses setores. Foi o principal responsável pela implantação do Programa Nacional do Álcool. Jornalista, autor premiado, seu livro *De Estado servil a nação soberana* recebeu o Prêmio Casa Grande e Senzala de Interpretação da Cultura Brasileira 1987/1988. Assessorou o Congresso Nacional, é consultor de vários organismos internacionais e coordenou o Núcleo de Estudos Estratégicos da UnB. Lutador das causas nacionais, é autor de centenas de trabalhos, artigos, conferências, ensaios e livros sobre as questões analisadas neste livro que é a sua 11ª obra. No momento dedica-se a realizar conferências em todo o país, em campanha cívica pela libertação nacional.

PETROBRAS

Um clarão na história

CARTA-TESTAMENTO

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinarios foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. **Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da PETROBRAS e, mal começa esta funcionar, a onda de agitação se avoluma.** A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. **Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo.** Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. **Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história."**

GETÚLIO VARGAS

J. W. BAUTISTA VIDAL

GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS

BRASÍLIA/DF

EDITORA SOL BRASIL

OUTUBRO DE 2001

1ª edição
Outubro de 2001

Edição
Mylton Severiano

Projeto gráfico, capa e arte-final
Mauro Nunes Barbosa

Revisão
José Humberto Fagundes

N778n Vidal, J. W. Bautista

Petrobrás. Um clarão na história. J. W. Bautista Vidal. e Gilberto Felisberto Vasconcellos - Brasília; Sol Brasil Editora, 2001.
216p.: il.

1. Nacionalismo, Brasil. 2. Energia. 4. Colonialismo. 6. Poder Mundial. I. Gilberto Felisberto Vasconcellos. II. Título

CDU 172.15
CDD 172

EDITORA SOL BRASIL
SMPW Quadra 17, Conjunto 10, Casa 7
Cep 71745-170 - Brasília, DF, Brasil
Telefax: 55 0 ( ) 61 380.1344
E-mail: bautista@brnet.com.br

ÍNDICE

PARTE IV - OS FATOS

PARTE V - QUESTÃO ENERGÉTICA: BIOMASSA, SOBERANIA E AUTOSUSTENTABILIDADE

APÊNDICE

DESTRUIR A PETROBRÁS É TERRORISMO CONTRA O BRASIL

O mundo vive situação muito perigosa. Os EUA em guerra contra o terrorismo. Dispostos a atacar qualquer Estado que, a seu critério, dê apoio a terroristas. Assim, bombardeiam intensamente o Afeganistão. A estratégia envolve o mundo árabe, sem ficar definido a quem pretendem atingir. Muitos afirmam ser a causa o fundamentalismo islâmico e suposto fanatismo religioso. Equívoco.

Na realidade, porém, essas ações e estratégias têm como causa a questão energética no fim da era do petróleo: 80% do que sobra de reservas estão situadas no Oriente Médio, em países "árabes".

Com a guerra do Iraque, os EUA ocuparam militarmente a região, que vive conflitos bélicos sistemáticos desde a época de Nasser no Egito, sendo a questão palestina parte dessas lutas que envolvem a ocupação militar da Arábia Saudita, a satanização dos povos árabes, a destruição do Afeganistão.

No Brasil, a questão petróleo centraliza-se na Petrobrás, cuja história confunde-se com a história positiva do nosso país nos últimos 50 anos. Para sua criação, foi necessária a mobilização do povo brasileiro na memorável campanha "O petróleo é nosso". Sua existência vincula-se também o trágico episódio da história brasileira: o suicídio de Getúlio Vargas.

Nossa vida econômica no Século XX e nossa soberania estiveram diretamente ligadas à existência da Petrobrás, que se tornou importante empresa mundial de petróleo, única a deter tecnologia de prospecção em grandes profundidades marítimas, onde ainda existem possibilidades de descobertas de petróleo. Seu papel também será crucial nas formas energéticas renováveis e limpas dos trópicos: derivados da biomassa.

Com os terríveis fatos recentes e o tenebroso panorama que se pode antever, nunca foi tão essencial a recuperação do controle do Estado sobre a nossa mais estratégica empresa energética, estrutura fundamental para enfrentar a loucura assassina que assombra o mundo.

As solertes e infames campanhas contra a Petrobrás, visando a sua internacionalização e esfacelamento, vêm deformando a história e impedindo às novas gerações de conhecerem sua apoteótica trajetória e seu crucial papel na construção do Brasil contemporâneo. Este livro objetiva ir a fundo nessas questões, resgatando nossa auto-estima, pois a Petrobrás é alicerce essencial da civilização brasileira.

Os autores

Um grande cartaz mural da propaganda da candidatura do Barão do Rio Branco à Presidência da República, impresso em 1905. A criação é de César Bierrenbach. O Barão aponta para o perigo da intervenção estrangeira na Amazônia. Reprodução de foto do livro de Gondim da Fonseca **Que Sabe Você sobre o Petróleo?**

APRESENTAÇÃO

Este livro surgiu da necessidade de superar o desconhecimento generalizado na sociedade brasileira e, em especial, nas novas gerações sobre o papel da Petrobrás como realização econômica e política de peso mundial. Em grande parte, a propaganda sistemática nos meios de comunicação de massa deteriora a imagem e o papel da Petrobrás na história do Brasil deste século. No momento em que a situação energética assume função crucial para o futuro da humanidade, com o ocaso dos combustíveis fósseis e a crise programada do "apagão" no setor elétrico, isso torna-se um ponto crítico.

Embora este livro seja apenas uma introdução ao que a Petrobrás na realidade representa, devido à complexidade e amplitude das questões envolvidas, temos a pretensão de mostrar sua função estratégica para um Brasil grande e soberano. Suas principais atividades, especialmente aquelas que a Petrobrás passaria a desempenhar com a mudança da matriz energética para o uso de combustíveis renováveis e limpos de origem nacional, constituem-se instrumento essencial para a preservação da Nação como entidade cultural, política e histórica, assentada em magnífico continente tropical.

Vivemos fase perigosa de transição entre o fim da era dos combustíveis fósseis e a das novas formas energéticas dos trópicos. É essencial que a nossa maior empresa tenha papel crucial e mantenha-se também como importante agência de desenvolvi-

mento, o que vem sendo alterado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O processo de profundo desgaste na sua imagem, apesar de extraordinárias realizações, mina o seu elevado poder de realizações essenciais e promove a internacionalização do controle de importantes reservas que descobriu. Isso facilita a transferência para grupos externos, especialmente em grandes profundidades marítimas, setor em que é a única empresa no mundo a deter tecnologia capaz de empreendimentos tão arrojados.

Não tem o mundo outra alternativa ao uso extensivo dos combustíveis fósseis senão as formas renováveis e limpas vegetais, com origem preponderante nas regiões intertropicais, das quais somos o único continente. Isto configura para o Brasil uma situação muito peculiar, quase uma encruzilhada.

Ou assumimos, de modo permanente, o papel potencial de principal fornecedor energético do planeta ou seremos esmagados como cultura e como civilização pela ocupação econômica de nosso território pelas potências hegemônicas ou por suas corporações transnacionais que passam a controlar nossos fantásticos patrimônios naturais estratégicos, como já ocorre de modo ostensivo. Isso foi possível devido à armadilha financeira montada contra o país com o apoio de pseudoideologia neoliberal da globalização cujo instrumento doutrinário impositivo, o chamado "Consenso de Washington" e como modo operacional o processo de "privatização".

Na realidade, trata-se de internacionalização desses patrimônios estruturais naturais, uma nova forma, mais implacável e profunda, do velho imperialismo. Essa armadilha tem por instrumento principal a tirania financeira descrita em detalhes no primeiro capítulo de nosso livro "A Reconquista do Brasil", editado em 1997.

Para a preservação de nossa soberania e a operação prática nesse estratégico campo do petróleo, a Petrobrás, ajustada à condição de empresa de energia - não apenas de suas formas

fósseis mas, cada vez mais, das formas permanentes e limpas dos trópicos, é peça crucial da nacionalidade e de nossa sobrevivência como povo culturalmente diferenciado e soberano.

O controle do petróleo é uma questão de natureza militar. E a internacionalização da Petrobrás é um golpe mortal em nossa soberania, um crime de Lessa Pátria, como jamais se viu na história da Humanidade, mesmo em países ocupados por forças militares estrangeiras. O surgimento da Petrobrás está vinculado ao suicídio de Getúlio Vargas, o mais trágico acontecimento de nossa história.

O livro divide-se em três partes. A primeira procura assentar conceitos estratégicos e políticos básicos sobre a questão energética nacional e mundial. A segunda reúne um conjunto de entrevistas com figuras importantes vinculadas à história recente da Petrobrás, que expõem suas visões e experiências. A terceira reúne um acervo de informações que mostram o caminho induzido pelas políticas impostas à empresa e ao país levando-a ao enfraquecimento e desmembramento e ao controle externo de reservas estratégicas, em cujas descobertas a Petrobrás demonstrou competência excepcional.

A contribuição da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet foi decisiva. Forneceu dados precisos e fundamentados na vivência de quadro técnico excelente e sério, com conhecimento de causa, fruto de trabalho sistemático que constitui a alma, o espírito patriótico e inovador, motivo de orgulho para todos os brasileiros.

A uniformidade e limpeza de grande parte do texto devem-se à competência de Mylton Severiano que associou-se ao entusiasmo dos autores ao identificar a Petrobrás como um símbolo da grande capacidade realizadora e de luta do povo brasileiro por sua libertação.

Brasília e Petrópolis, outubro de 2001

PRIMEIRA PARTE
Conceitos e Estratégias

"NÃO QUEREM NOSSO BEM, QUEREM NOSSOS BENS" *Padre Antônio Vieira (1608-1697). Na primeira parte, Gilberto Vasconcellos e Bautista Vidal afirmam que defender a Petrobrás e ser nacionalista é questão ética fundamentada na vontade de sobrevivência dos povos.*

O preço da gasolina é um ardil, pelo qual podemos entender a importância crucial da energia. Aqui há uma mistificação. O que importa - em termos de valor - é a energia, e não o possível símbolo por intermédio do preço. Temos analisado a diferença entre custo e preço. O custo significa a recompensa dos diferentes fatores de produção. Quer dizer, o valor em si do bem que vem da natureza, essencial, o esforço de trabalho feito pelo homem para transformar um bem natural em um bem útil. E também a recompensa pelo capital empregado. Isso representa o custo.

No caso do petróleo, quem manipula o preço é o setor que refina e distribui. Aí vem o arbítrio, porque se estabelece uma separação e - como dizem os economistas - um "descolamento" entre a realidade e a venda para a população. Não há dúvida de que é necessário a sociedade, por meio do Estado, exercer controle sobre a questão do preço, com o controle da refinação e distribuição.

A energia predominante vem do petróleo porque é a forma imposta pelas nações hegemônicas, na qual fomos envolvidos. Ainda não procuramos soluções permanentes e limpas, que virão pela biomassa, conforme veremos adiante. Como o papel

pintado chamado dólar é o único que compra petróleo, valorizou-se uma coisa que não tem tanto valor (dólar), a troco do bem máximo (energia, hoje ainda simbolizada pelo petróleo). Isto foi possível só porque os Estados Unidos ocuparam militarmente a região do mundo que detém mais de 80% do petróleo do planeta. E o papel pintado se impôs ao mundo.

Somos demonizados por tabela

A conexão Oriente Médio-Estados Unidos se faz pelo petróleo. A mídia americana demoniza o árabe: *vai subir o preço do petróleo porque o árabe vai fechar poço.* A demonização é uma arma ideológica. Devemos combater isso, não apenas porque todo povo merece respeito a sua identidade, mas também porque uma das bases da cultura brasileira tem origem islâmica, vinda pela Península Ibérica, conforme reconheceu Gilberto Freyre. Luís da Câmara Cascudo chegou à conclusão de que o sertão é árabe. A demonização nos atinge, do ponto de vista econômico, cultural.

O Oriente Médio detém o ouro negro que ainda movimenta o mundo. É região de cultura milenar. Centenas de civilizações lá se desenvolveram. A primeira foi a civilização suméria, no vale da Mesopotâmia, atual Iraque. Quem instruiu os europeus foram os árabes, na Península Ibérica. Trouxeram para a Europa Aristóteles, a cultura egípcia, grega e oriental. Durante 400 anos, os livros de medicina europeus eram textos árabes traduzidos. Toledo, na Espanha, caracterizou-se como famoso centro de tradução do que veio do Oriente, Egito e Grécia. Por intermédio de Toledo a Europa se civilizou. Em toda pequena vila da Espanha árabe havia uma biblioteca com milhares de exemplares que reproduziam a biblioteca de Alexandria. A demonização da cultura árabe como cultura de povo atrasado é uma inverdade.

Como é inverdade que o preço da gasolina sobe por causa dos árabes. É isso o que a mídia passa: são eles que aumentam o preço da gasolina para infernizar todo o mundo.

Quem controla distribuição e refino são as corporações transnacionais anglo-americanas. Os árabes apenas pagam alto

preço por deter grandes riquezas naturais, patrimônio de seus povos. Eles cavam o poço, mas a vantagem monetária é de quem controla a distribuição e estabelece o preço. Eles aumentam os preços, mas também reduzem, como fizeram recentemente. O preço do petróleo chegou a US$ 7 o barril e até menos, inferior ao preço de antes do embargo de petróleo em 1973. Um absurdo, cujo objetivo era impedir novas formas de obter energia, como o programa do álcool e outras alternativas ao petróleo.

Estamos em período de elevação vertiginosa dos preços do petróleo. Em menos de um ano o preço do barril aumentou 300% e vai aumentar mais ainda. Já começam a dizer que são os árabes que estão controlando isso, quando se sabe que o custo militar, para o poder americano ocupar o Oriente Médio, significa 100 dólares por barril que os Estados Unidos importam.

A armação financeira do preço da gasolina é coisa de Washington.

Uma questão militar

É impossível entender as guerras contemporâneas sem ligá-las à questão do petróleo. As finanças internacionais dominaram o México. A Venezuela seria a próxima. Então, é grande a possibilidade de que nossas reservas de petróleo sejam ocupadas militarmente. Para ocupar o Oriente Médio, inventaram a Guerra do Iraque. Saddam Hussein defendeu a nacionalidade com apoio da população. O Congresso do Iraque, por unanimidade, apoiou Saddam Hussein. Todos os parlamentares se alistaram no exército iraquiano.

Os EUA mandaram seus aliados ingleses, franceses e outros fazer a guerra ao Iraque. A Inglaterra faz o que os EUA mandam. França e Espanha, também. Os líderes socialistas franceses e espanhóis se entregaram aos americanos para agredir o mundo árabe. Por quê? Porque não têm petróleo, mas a ocupação militar coloca uma faca no peito deles mesmos. A conta da guerra foi paga, no fundo, pelos japoneses, que precisam vitalmente de petróleo. Se faltar petróleo, o Japão vira sucata em poucos meses.

Os EUA, por meio do petróleo, exercem domínio mundial. A demonização do árabe corresponderá à demonização da "predação ecológica" na Amazônia - malandragem do império para tomar a Hiléia. De repente, num passe de mágica, o cantor de rock Sting vira defensor da fauna brasileira. Ingleses se preocupam com a fauna brasileira. Americanos, que destruíram seus índios, arvoram-se em defensores dos índios que preservamos no Brasil.

Fazendas de biomassa

As nações hegemônicas situam-se em regiões temperadas e frias, sem alternativas tropicais ao petróleo. Isto leva à necessidade de ocupar nosso território e criar *plantations* para resolver o problema crucial deles e de seu futuro energético. As *plantations*, fazendas altamente mecanizadas, não darão emprego aos brasileiros, serão controladas por computadores com centrais em New Jersey. A existência do povo aqui será um incômodo para eles.

Essas *plantations* começam a ser vislumbradas no momento em que os EUA decidiram no ano 2000 colocar em circulação 700 mil veículos a álcool, tendo por matéria-prima o excedente de milho do meio-oeste americano. Por isso, proibiram a importação de álcool do Brasil, com uma sobretaxa de 100%. Se puderem avançar em regiões tropicais, em que a incidência solar é muito forte e onde existe água em abundância, não titubearão. O que poderia ser a grande chance que jamais nenhum povo teve - a chance de fornecer energia limpa e permanente aos países que não têm sol - pode se converter em tragédia a curto prazo.

Com as *plantations* da biomassa comandadas por empresas estrangeiras, sem mão-de-obra local, o Brasil pode virar não uma "república bananeira", mas "alcooleira".

Novo fato poderá acelerar o processo. Estudo realizado em 31 Estados americanos constata que 30% dos poços de água potável estão contaminados de MTBE, aditivo usado na gasolina para substituir o chumbo antidetonante. A administração

Clinton encaminhou ao Congresso projeto de lei para substituir o perigoso aditivo. É uma nova e gigantesca "vaca louca", fruto do enlouquecido liberalismo, desta vez atingindo a água potável.

"É imperativo que seja eliminado ou reduzido de modo significativo o aditivo MTBE da gasolina e se promova o uso de alternativa limpa como o etanol (álcool etílico)", disse Carol Browner, da EPA(Agência de Proteção Ambiental dos EUA). Os produtores de milho logo reagiram:

"Podemos produzir o milho necessário, o que ajudará nossa agricultura e a economia dos EUA", disse o presidente da associação dos produtores de milho de Illinois. Os californianos, porém, manifestam preocupação pelo "monopólio" do meio-oeste no fornecimento de álcool. Ou seja, cada um defende seus interesses, ao contrário dos *yuppies* brasileiros, que servem a senhores externos.

Nacionalismo e democracia

Os processos de escravidão na história sempre foram projetos energéticos ao utilizar a força muscular do homem para produzir trabalho. Hoje isso não seria mais necessário porque o homem, pela tecnologia, domina a energia da natureza, permitindo superar de longe o trabalho muscular. Por isso, nas sociedades industrializadas, o operário pode ser dispensado. Na visão liberal, o operário passa a não ter mais razão de existir.

É necessário defender a Petrobrás, empresa que mais descobriu petróleo nos últimos dez anos; empresa vitoriosa, única que detém tecnologia de prospecção de petróleo em grandes profundidades marinhas. Sua função é viabilizar a continuidade da energia, que, com o fim do petróleo, virá da biomassa, que apresenta características excepcionais em relação ao petróleo, pois é permanente e limpa. E não destrói o equilíbrio termodinâmico da ecosfera, como na queima dos combustíveis fósseis.

O nacionalismo é uma questão ética, fundamentada na vontade de sobrevivência dos povos. Como vamos explicar aos

nossos filhos, vizinhos, ao povo, se estamos retirando-lhes a condição de vida? O nacionalismo é o princípio que permite cada um defender seu direito à sobrevivência. Quem não é nacionalista, é inimigo de seu povo, da cultura a que pertence. O nacionalismo não é questão ideológica. É questão existencial, filosófica. É quase um princípio religioso, um conceito amplo da valorização da vida. Os entreguistas são aqueles que falam na globalização. Getúlio Vargas suicidou-se 15 dias e 15 horas após a inauguração da Petrobrás. O plano dos conspiradores era desmantelar a Petrobrás. Os inimigos dela detinham enorme poder, por isso Getúlio ofereceu sua vida e venceu-os.

As forças antinacionais, consubstanciadas na ciência política praticada nos últimos 50 anos, apresentam o nacionalismo maliciosamente como incompatível com a democracia.

A Petrobrás foi instrumento excepcional para demonstrar a capacidade brasileira de resolver seus problemas, até descobrir petróleo no exterior, como o campo de Manjoon, no Iraque, depois que passaram por lá várias corporações transnacionais.

A Petrobrás não admitia acionistas estrangeiros, nem nacionais casados com estrangeiros. A situação mudou. Nos EUA, por exemplo, o controle das grandes empresas é rigorosamente exercido por nacionais. No Japão, isso é questão sagrada. Como se explica que aqui seja o contrário? Por que os critérios são opostos?

A Petrobrás possui o maior acervo de conhecimento sobre as estruturas geológicas do nosso subsolo, a exemplo das águas subterrâneas e minerais estratégicos. Com a apropriação estrangeira, esse acervo será transferido para o domínio externo, de modo que o brasileiro não mais terá direito a conhecer sua própria terra. E se realizará a cobiça de controlar a Amazônia. As grandes potências estão de olho na selva amazônica, alardeando que a Amazônia não deve pertencer ao Brasil porque é "patrimônio da humanidade". Convém não esquecer que o maior grupo estrangeiro instalado na região amazônica, a British Petroleum Brascan, detém, em concessões minerais, área equi-

valente a Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina, ou 13% do subsolo da Amazônia. São 174. 000 km^2, ou 17. 400 mil hectares. Lembremos que o Código Penal Militar condena a trinta anos de reclusão aquele que tiver a intenção de transferir para o controle externo área superior a 2. 000 hectares.

A privatização internacionalizada e a perspectiva da entrega da Petrobrás já foram alertadas na frase do Padre Antônio Vieira: "Eles não querem o nosso bem. Eles querem os nossos bens."

O FALSO DIVÓRCIO ENTRE PETRÓLEO E ÁLCOOL

A Petrobrás precisa ir além do petróleo sob pena de, no futuro, não mais desempenhar seu papel de fornecer energia ao povo brasileiro.

A energia existe na natureza. O homem apenas a descobre e transforma em formas diversas de acordo com as disponibilidades tecnológicas. Por exemplo: o motor ciclo Otto usa gasolina ou álcool; os motores ciclo diesel usam óleo de petróleo ou óleo vegetal.

As empresas de energia (Eletrobrás, Petrobrás, Nuclebrás) exploram as reservas naturais de acordo com suas especializações. No momento de crise aguda de determinadas formas energéticas extensivas, a existência de empresas e instituições especializadas dificulta os caminhos para encontrar a superação da crise. O sol é a origem tanto dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral, gás, xisto) quanto dos combustíveis derivados da biomassa (álcool, óleo vegetal, lenha), além das hidrelétricas e moinhos de vento. Há, porém, uma diferença essencial: o fóssil exige eras geológicas para se formar; os derivados da biomassa dependem dos respectivos ciclos vegetais: a palmácea do dendê precisa de quatro anos para começar a produzir óleo; a flor de girassol, apenas três semanas.

Diante da inevitável exaustão petrolífera, o desafio da Petrobrás consiste em ajustar-se à geração de novos combustí-

veis, se possível renováveis. O mesmo ocorre com as demais empresas energéticas que precisam se integrar ao uso de matérias-primas vegetais. Além das hidrelétricas, com energia renovável, surgem turbinas de alta eficiência para uso de gás de madeira em termelétricas modernas.

A Petrobrás precisa ir além do petróleo sob pena de, no futuro, não mais desempenhar seu papel de fornecer energia ao povo brasileiro. O que importa é a geração de energia em conformidade com a abundância de recursos naturais. Estupidez é importar carvão mineral, altamente poluidor, escasso e de má qualidade (o nosso tem alto teor de enxofre e cinzas), quando é enorme a potencialidade de carvão vegetal, limpo, renovável e abundante em todo o território nacional.

A biomassa antecede em centenas de milhões de anos a formação de combustíveis fósseis. Burrice misturada à má-fé é fruto da alienação tecnológica, pecado mortal que atravessa a cultura brasileira.

APOCALIPSE MUNDIAL DA PETROMANIA E AURORA ENERGÉTICA DOS TRÓPICOS

Questão decisiva: nações hegemônicas elaboram seus pacotes tecnológicos; nações subalternas usam os pacotes elaborados por outros.

A partir dos anos 1990, com a última guerra do Iraque, forças militares norte-americanas ocuparam o Oriente Médio, pois a região concentra as reservas de petróleo que ainda existem. As companhias de petróleo, entretanto, compram a mídia para que a opinião pública não tome consciência de que a era do petróleo chega ao fim, impedindo que se monte uma estratégia alternativa ao ocaso desse combustível fóssil.

Cerca de 80% das reservas se localizam em países do Oriente Médio, mas também lá são finitas. Oligarquias dessas nações vivem da venda do petróleo às grandes corporações anglo-americanas, que o refinam e distribuem. As nações hegemônicas

não podem dispensar o poder bélico diante do esgotamento das reservas, das quais dependem de modo vital.

Se a guerra envolve o destino do petróleo, é preciso colocar em pauta a natureza geopolítica da alternativa energética, levando também em conta as condições ecológicas ou ambientais do planeta, pois o efeito estufa decorre do dióxido de carbono lançado na atmosfera pela queima dos combustíveis fósseis. Essa natureza geopolítica aplica-se tanto ao deserto, onde se localiza a energia do passado, quanto às regiões intertropicais, com a energia do futuro.

Diante desse quadro, põe-se em questão a fonte energética da biomassa e sua abundância nos trópicos. Já está provado não apenas que a solução alternativa para a gasolina é o álcool etílico, como também que a alternativa ao óleo diesel são os óleos vegetais tropicais.

O projeto energético da biomassa, porém, requer profunda alteração na estrutura social do país. É visível o vínculo entre uma coisa e outra, de modo que a sociedade não pode permanecer alheia a essa solução e à soberania nacional, da qual essa alternativa depende. A cidadania não pode ser alcançada sem soberania e ademais adicionada distribuição de renda, equilíbrios sociais, regionais e familiares, ausência do latifúndio improdutivo, de domínio tecnológico, redução da mecanização na agricultura, gerando desemprego. Isso tudo requer a produção de biomassa em escala extensiva, que ocorrerá no campo, ocupando com nossa gente os espaços vazios do território.

E requer o planejamento de um Estado forte, o que não é sinônimo de Estado autoritário ou totalitário, mas a serviço do povo. Um Estado vigoroso atento à soberania, que defenda o país de intervenções externas de toda ordem e garanta uma existência socialmente justa.

Cada metro quadrado, uma Shellzinha

Sem agricultura não há biomassa nem energia líquida renovável. Toda indústria depende de energia. Com a produção de energia no campo, engendra-se a montagem de uma infra-

estrutura de transporte, de educação em todo o território, descentralizando a população atualmente concentrada em centros urbanos gigantescos, que não crescem, incham.

A energia solar, fonte da biomassa, é uma energia descentralizada. Estende-se por todo o território nacional, com abundância de sol e água. É a única forma energética que permite a verdadeira democratização do poder - já que energia é sinônimo de poder. Da energia resulta o trabalho. Não há possibilidade de trabalho sem energia, incluindo o trabalho humano.

Nos trópicos, com água e sol, cada metro quadrado de terra significa uma pequena Shell. Há condições para uma distribuição eqüânime de renda, eliminando a pobreza. Este o caminho para a construção de uma civilização justa e permanente.

Um projeto dessa magnitude encontra inimigos internos e externos, a começar pelos interesses vinculados às formas energéticas fósseis que, embora em fase de declínio, detêm o poder em associação com a oligarquia da moeda fictícia que domina as finanças mundiais. Daí o binômio dólar/petróleo, pois este ainda movimenta o mundo. Esse dólar fictício ainda se mantém, porque compra petróleo sob a ameaça do poder bélico, de modo que os inimigos ostensivos da biomassa tropical são as grandes corporações de petróleo e as indústrias automobilísticas, que financiam os meios de comunicação de massa.

Esse último aspecto - a mídia ocultando os problemas de energia de nosso tempo - avultou nas eleições de 1994 e 1998, em que a opinião pública foi mistificada pelo carácter indissociável entre o plano monetário chamado Real e a apropriação dos patrimônios naturais pelas transnacionais e setores financeiros dos países hegemônicos. Os partidos políticos de esquerda e de direita são vítimas da alienação energética e tecnológica, cujas raízes estão em Bretton Woods e no modelo econômico dependente da Cepal. Por isso, não conseguimos romper a muralha do trinômio petróleo-dólar-mídia. Nisso sobressai a importância vital de nosso domínio da tecnologia e a influência equivocada e retrógrada dos cientistas sociais e políticos.

Tecnologia é o conhecimento que faz uso da energia para transformação dos bens naturais em bens e serviços, visando ao bem estar do ser humano. A energia não é ente físico criado pelo homem: ela existe ou não existe na natureza, não se cria nem se destrói. A estrutura de produção, qualquer que seja, deve ser compatível com o tipo de energia predominante no local, região ou país que a use, ou seja, a estrutura produtiva tem de fundamentar-se nos recursos energéticos dados pela natureza.

Esse princípio básico foi profundamente alterado e deformado pela era do petróleo, quando se universalizou o modelo energético único. Sua racionalidade permaneceu inquestionável enquanto as reservas eram consideradas inesgotáveis.

A mesma falácia do modelo único quase aconteceu com a panacéia nuclear, apresentada como solução para tudo, com o agravante de que essa forma de energia não substitui os derivados líquidos do petróleo; e as reservas de urânio são ainda inferiores às de petróleo. Essa energia exige alta concentração financeira, fechado controle tecnológico, o que a restringe ao clube nuclear.

A universalização do modelo energético único baseado no petróleo não é ideologicamente inocente. Enquanto a natureza oferece várias alternativas, a ideologia do petróleo privilegiou meia dúzia de pontos isolados do globo terrestre e, em contrapartida, negligenciou as disponibilidades energéticas das regiões tropicais.

Pacotes prontos: dependência

O que existe difundido tanto no senso comum, quanto junto aos cientistas sociais e políticos, economistas e políticos, é achar que nós, dos trópicos, temos recursos naturais em abundância, porém carecemos de dinheiro e de tecnologia. Portanto, estamos condenados à dependência e de nada adiantaria possuir esses recursos essenciais. Esse raciocínio é, na melhor das hipóteses, um equívoco, porque não se pode construir nada sem a natureza, sem recursos naturais concretos. E a tecnologia

não é senão uma equação por intermédio da qual são agregados esses recursos naturais para transformá-los, com o uso da energia, que é a capacidade da natureza de produzir trabalho e, com isso, obter bens de utilidade ou de poder, e os serviços. Essas transformações ocorrem de maneira agregada, formando os "pacotes tecnológicos".

A tecnologia não é um ente, nem uma abstração, mas o resultado de um processo civilizatório, envolvendo cultura, ciência, técnica e decisões estratégicas da sociedade. Tem implicações sociais, econômicas e políticas. Opera com opções diante dos fatores naturais disponíveis e abundantes e representa os interesses dos montadores dos pacotes tecnológicos, empresas e povos, com a participação essencial e decisiva dos Estados nacionais. O segredo está na montagem desses pacotes, que permite estabelecer o poder competitivo, interna e externamente ao país que os agrega. Daí resulta (ou não, quando o país é dependente) um projeto de nação.

As nações independentes não se fundamentam em pacotes tecnológicos montados fora. Os países dependentes valem-se dos fatores de produção dominados pelas corporações estrangeiras. Isto implica a indução de uso de matérias-primas estratégicas, formas energéticas, ações comerciais, pesquisa científica e política externas, portanto, controladas por outros.

Em suma, o modelo tecnológico de um país constitui elemento essencial na divisão internacional do trabalho. A competição entre empresas e países passa necessariamente pelos pacotes tecnológicos. O poder militar depende do pacote tecnológico, assim como a maneira de viver de um povo e seu nível de vida. Tudo depende da origem e do controle da montagem dos pacotes tecnológicos que, em determinada sociedade, agrega seus fatores naturais abundantes em montagem endógena, ou aceita que as decisões venham prontas do exterior, ou seja, aceita a dominação e a subjugação exógena. Estas jamais serão nações competitivas. A experiência mundial assim o comprova.

A cabeça colonial servil delega às nações estrangeiras hegemônicas a capacidade exclusiva de elaborar pacotes tecnológicos,

cabendo a nós a posição passiva destinatária. É esse vício tecnológico dependente que está na origem do modelo da Cepal, materializado durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), que trouxe para cá grandes corporações transna-cionais para usufruir de nosso imenso potencial de mercado, consolidando a subserviência tecnológica e a impotência colonial.

A análise sobre o que significa a elaboração de pacotes tecnológicos coloca em primeiro plano a questão energética, pois ela movimenta e transforma o mundo: vamos ou não vamos continuar atrelados à petromania agônica? Ou vamos explorar a aurora energética da biomassa tropical, convivendo com as práticas de nosso passado de colônia, querendo deixar de sê-lo?

É necessário acentuar: nações hegemônicas são hegemônicas porque elaboram seus pacotes tecnológicos, enquanto as nações subalternas usam os pacotes elaborados por outros. É uma questão decisiva.

Petróleo e Soberania

Em artigo publicado na revista "Scientific American", de março de 1998, Collin J. Campbell e Jean H. Laherrére, com mais de 40 anos na área da exploração de petróleo, afirmam que a produção global começará a declinar mais cedo do que as pessoas pensam.

Ten. Brig.-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla. Ministro do Superior Tribunal Militar.

Informam que suas análises das descobertas e produção dos campos de petróleo no mundo sugerem que, na próxima década, o suprimento de óleo será incapaz de atender à demanda.

Tal conclusão contradiz informações de grupos econômicos, que estimavam em 1.020 bilhões de barris de óleo as reservas no início de 1998. Para uma produção média de 23,6 bilhões de barris por ano, conclui-se que o petróleo extraído pelos métodos atuais teria uma oferta aproximado de 43 anos ou mais, assumindo que as reservas continuam crescendo.

Os autores alertam que esse cenário contém três erros:

a) baseia-se em estimativas distorcidas;

b) a produção continuará constante ao longo dos anos;

c) o último barril será bombeado como se faz hoje.

No momento, não vem ao caso definir quando o petróleo do planeta se esgotará, e sim quando a razão de produção começará a declinar.

Os autores concluem que, "usando diferentes técnicas para estimar as reservas e as quantidades ainda a serem identificadas, o declínio da produção ocorrerá antes de 2010".

Procedimentos estatísticos diversos, bem como informações propositalmente distorcidas, introduzem incertezas na correta avaliação das reais disponibilidades de petróleo para o consumo da sociedade. Certamente, é uma ilusão movida por determinados interesses imaginar-se um crescimento significativo nas reservas disponíveis, ainda mais considerando a crescente demanda mundial, embora as técnicas para recuperação do óleo das jazidas passaram de 30% nos anos 60 para cerca de 50% na atualidade.

Por outro lado, a existência do óleo em jazidas não convencionais, como as areias betuminosas (xisto), bem como a possibilidade da conversão do gás natural em combustível líquido, poderão aumentar esse período, ressalvadas as questões ambientais decorrentes do primeiro caso e os custos inerentes a ambas possibilidades.

Ocorre, porém, que a demanda por óleo combustível vem crescendo cerca de 2% ao ano. Desde 1985, o uso de energia cresceu 30% na América Latina, 40% na África e 50% na Ásia. Assim, a agência norte-americana de energia prevê que a demanda global crescerá 60% até 2020.

A constatação da queda de produção de petróleo decorrente da depressão das reservas certamente criará tensões políticas e econômicas adicionais às já existentes.

O mundo está assistindo um aumento na cotação do petróleo de 300% desde abril de 1999, devido à retração na oferta de óleo por decisão da Opep. Esta decisão, porém, foi alterada na sua última reunião, no inicio de abril, em encontro tumultuado sob

grande pressão dos EUA. Nas aparências, a situação estaria aliviada num futuro próximo, embora não seja tranqüila devido à resistência de importantes países produtores.

Deve-se considerar que antes, do choque do petróleo em 1973, o custo médio do barril era inferior a 4 dólares, tendo superado à época o preço de 30 dólares. Também deve ser considerado o alto custo das despesas militares dos EUA ocupando países da região.

Essas considerações sobre a situação mundial do petróleo demonstram a gravidade da política que vem sendo imposta ao país, em detrimento dos reais interesses nacionais.

O Brasil, por meio da Petrobrás, contrariando opiniões de especialistas estrangeiros e antepondo-se às mais variadas formas de barreiras, identificou jazidas valiosas de óleo e gás, desenvolveu técnicas pioneiras de exploração, em especial em águas profundas, onde obteve seguidos recordes mundiais, e assegurou reservas que poderão satisfazer às necessidades nacionais por cerca de 30 anos.

A política neoliberal, imposta pelas estruturas hegemô-nicas internacionais e aceita de forma submissa pelo atual governo, perpetra verdadeiro crime de lesa-pátria. Após dilapidar significativa parcela do patrimônio público para pagar juros ao capital espoliativo e apátrida, volta-se agora contra esse bem estratégico, já dimensionado em nosso subsolo. Abre a exploração das preciosas jazidas a empresas transnacionais, cujo único objetivo é o lucro imediato e a satisfação de interesses aliení-genas, facilmente identificáveis, que vêem em nosso país um porto seguro para a satisfação de suas vorazes necessidades de consumo, ameaçadas pela próxima escassez do produto e pelas ameaças constantes de turbulência nas regiões produtoras, particularmente no Oriente Médio.

O mínimo que poderá ocorrer é uma exploração predatória das reservas nacionais, deixando o país vulnerável, que não disporá de recursos financeiros e bélicos para assegurar o suprimento de óleo dos fornecedores tradicionais, quando o quadro de escassez e de tensões se tornar agudo no cenário internacional.

Dentro desse contexto, além das jazidas já identificadas e dimensionadas no litoral, ressalta-se a importância da Amazônia,

com suas reservas de óleo e gás, ainda em fase de prospecção detalhada, mas já demonstrando elevado potencial na região de Urucu, em início de exploração pela Petrobrás.

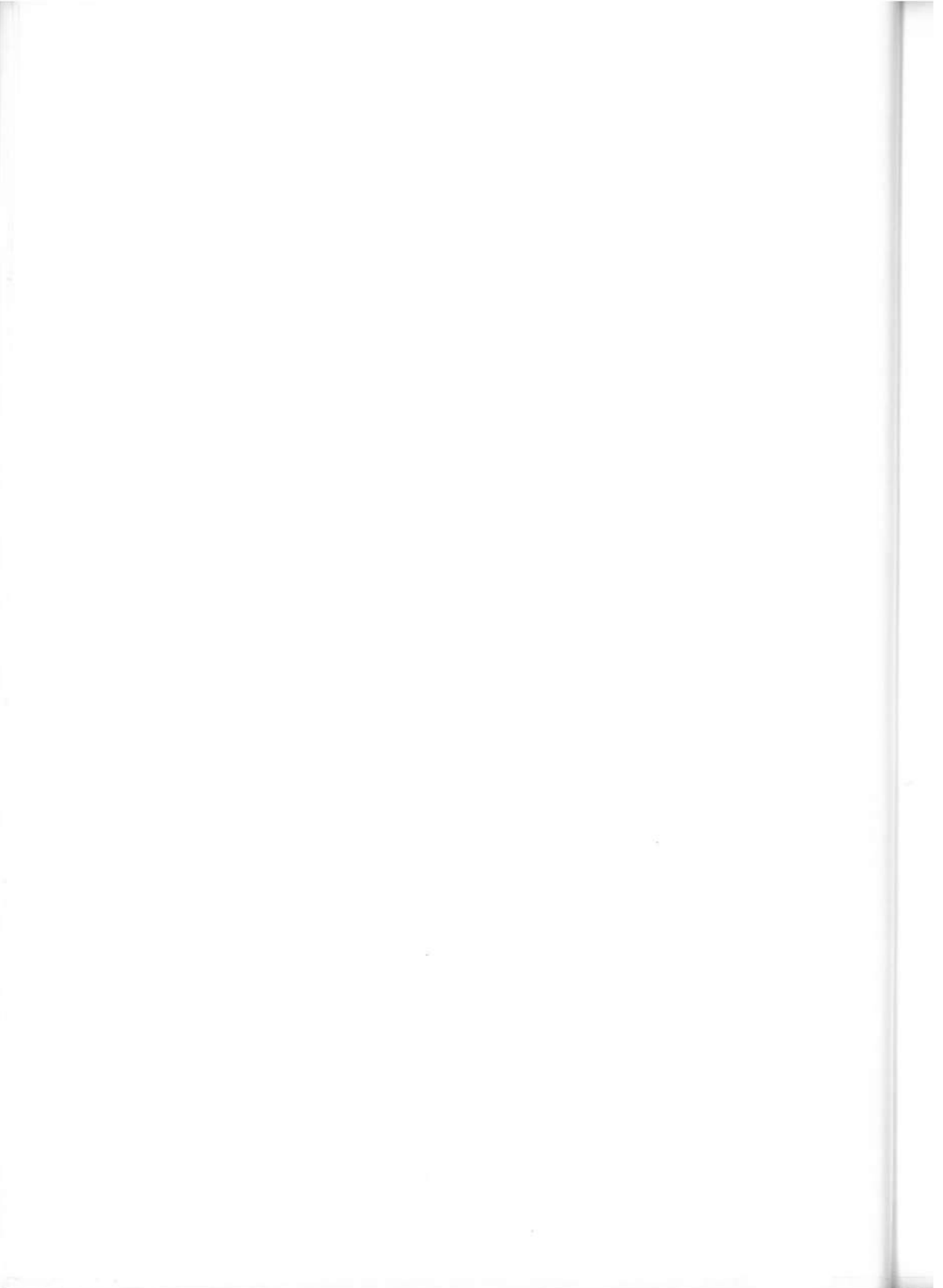
O imenso acervo de riquezas da Amazônia brasileira e dos países fronteiriços há muito desperta a ganância de regiões desenvolvidas, militar e tecnologicamente, mas exauridas em recursos naturais e meio ambiente, pela exploração predatória e pela visão do enriquecimento a qualquer custo.

O petróleo exacerba esse sentimento imperialista, em que o consórcio dos mais ricos se julga no direito de intervir em regiões soberanas, na busca da satisfação dos seus interesses.

Como nação consciente dos exemplos de altivez deixados por respeitados líderes, símbolos históricos da nacionalidade, em que pese a freqüente apatia de seus governos frente a ameaças concretas vindas do exterior, o Brasil não permitirá a violação da unidade territorial e a alienação irresponsável de seus bens naturais. Povo e Forças Armadas, impregnados do sentimento de união da família brasileira, saberão, se necessário, mostrar ao império e seus agentes quinta coluna, identificados e infiltrados em nossas fronteiras, que custará muito caro qualquer tentativa de ferir o sentimento nacional da gente brasileira.

Nas próximas décadas, em que pesem a evolução tecnológica e a busca de soluções alternativas no campo da energia, o petróleo será matéria cada vez mais estratégica e essencial, como foi nos últimos 100 anos. "Ele tem abastecido as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome. A feroz e muitas vezes violenta busca do controle do petróleo - pela riqueza e poder inerente a ele - irá continuar com certeza enquanto ele ocupar essa posição central. Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo. A nossa continua sendo a era do petróleo", como ressalta Daniel Yergin, consultor norte-americano e autor do livro "O Petróleo, uma História de Ganância, Poder e Dinheiro".

SEGUNDA PARTE

Visões e Experiências

"O LOBO AINDA NÃO ESTÁ AÍ, MAS VAI CHEGAR"

Philippe Reichstul, presidente da Petrobrás, diz que não tem "uma visão tão conspiratória" quando se aponta a questão petróleo como "questão militar". Para ele, o petróleo não tem mais a importância da década de 1970 e, além disso, o aumento da produção brasileira "desdramatiza" a questão militar. Reichstul falou com exclusividade, e reconhece que a empresa deve se preparar "para ser, em 2005, uma grande empresa de energia". Também reconhece o "enorme potencial brasileiro na área de biomassa", citando como exemplo o programa do álcool, setor em que ele se mostra quase reticente. Basta comparar com a posição de Ricardo Maranhão (p. 64)

Os entrevistadores Bautista Vidal e Argemiro Pertence, este da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, puseram em dúvida o papel desenvolvimentista que a empresa sempre exerceu, no momento em que as coisas passam a ser colocadas apenas em termos de mercado. Para Reichstul, é isso mesmo: "O setor público me diz: "Olha, te vira, conviva com teus concorrentes, crie músculos para combater. Você tem que concorrer com o que está chegando, e nossa intenção é trazer concorrentes para cá. Você tem, portanto, que se virar com suas próprias pernas. Acho que ela tem condições de cumprir essa missão. " Mas Reichstul não deixa de se contradizer. Pois, embora diga que não tem "visão conspiratória", chama de "lobo" o grupo de "concorrentes" que vêm aí.

Bautista Vidal - Na última década, a Petrobrás viveu momentos difíceis de redução de investimentos, pessoal, a crise financeira nacional. Quais as perspectivas para o futuro?

Philippe Reichstul - Quando recebi a empresa, que viveu mais de 40 anos em ambiente de monopólio, ela tinha praticamente acabado de perder o monopólio. Senti que a empresa tinha um problema, encontrar sua vocação: 'Se não sou mais monopolista, para onde vou?' A empresa estava pronta para uma mudança, pensar sobre seu destino. A gente mergulhou mais de quatro meses ao lado de vários consultores. Consultores estrangeiros nos mostraram modelos de comportamento das grandes empresas, trouxeram informações valiosas para a gente pensar sobre o que seria nossa vocação. Fizemos, com muita transparência, um exercício extremamente rico de integração e de discussão dos rumos dessa nova Petrobrás. Ficou claro. A gente quer que a empresa seja uma grande corporação transnacional com trajetória de crescimento num cenário de concorrência. Pelo tamanho, pelo sucesso no passado, a Petrobrás tem todas as condições de competir em igualdade de condições com as grandes empresas do mundo no mercado brasileiro e, quem sabe, na América Latina, onde a gente já se colocou com mais clareza. Vi, então, uma empresa muito bem preparada tecnicamente. Ela enfrentou grandes desafios tecnológicos com muita competência. Vejam os resultados na Bacia de Campos, o trabalho que seu Centro de Pesquisas, o Cenpes, desenvolveu. Um novo desafio, porém, ainda não havia sido formulado com clareza: o empresarial. Não era técnico, tecnológico. Era desafio empresarial. Ou seja: como fazer para transformar uma grande corporação num ambiente competitivo. Mas a empresa já venceu tantos desafios que tem todas as condições de vencer também esse.

Então, ela vive hoje esse processo de transformação, deixar de ser empresa monopolista e passar à grande corporação que tem como acionista majoritário o governo brasileiro, a União. Para poder lutar em igualdade de condições, tem que ter exata-

mente as mesmas condições de crescimento e de concorrência das grandes empresas privadas. O processo faz com que a gente tenha que ter mais autonomia, mais agilidade, mais flexibilidade e mais rapidez. São exigências do mercado concorrencial. Como esse novo mercado ainda vai demorar certo tempo para estar funcionando, só começa em 2001, precisamos estar inoculando o tempo todo um sentido de urgência na nossa organização para que não subestime as dificuldades. É tarefa difícil porque o lobo já está aí.

Bautista Vidal - É jogo pesado. Hoje o petróleo, principalmente no Oriente Médio, é questão militar. Os Estados Unidos jogam dentro de regras bem fora do contexto de mercado. Há outras coisas, variações de preços, manipulação que tem pouco a ver com mercado. As concorrentes jogam dentro desse campo. Há possibilidade e motivação da Petrobrás de conquistar instrumentos, não de natureza militar evidentemente, que permitam jogar nesse campo? As corporações estrangeiras concentram suas atividades no setor que dá lucro, não é? Para compensar os riscos que representa a procura de novas reservas e, principalmente, quando as grandes corporações transferem para outros esse ônus, no caso da Petrobrás ela tem para quem transferir? Persiste o espírito de atuar em vários setores para compensar com lucro de alguns deles o ônus de furar e não achar? Qual a nova visão?

Reichstul - Primeiro, a relação petróleo, Estado e poder. Não tenho uma visão tão conspiratória. O petróleo deixou de ter a importância que teve durante a crise dos anos 1970. A redução da participação do petróleo na matriz energética, o preço real em relação a outros combustíveis e produtos industrializados, tudo isso faz com que seja hoje questão de Estado menor do que foi. Mesmo assim, é impossível não reconhecer que energia e petróleo mexem com toda a sociedade. É claro que esse negócio envolve governos. A gente precisa levar em conta, também, o peso do Brasil em relação ao peso dos grandes consumi-

dores, em especial Estados Unidos, que consomem 18 milhões de barris/ dia, dez vezes mais que nós, que consumimos 1, 8 milhão de barris/ dia. Eles também consomem mais gás: 18 milhões de barris/ dia contra nossos 82 mil barris/ dia. São pesos totalmente diferentes.

Hoje, pelo fato de sermos importadores líquidos, não participamos do jogo de preços, da definição de aumento da oferta. Obviamente a Venezuela ou o México, países exportadores, são *players* importantes, mas o Brasil ainda não, porque não é grande produtor. Tomara que a gente possa, se tudo der certo, sentar, daqui a uns dez anos, em Viena, lá na Opep, no papel de grande produtor e também exportador.

Em relação à questão dos riscos, a atividade de exploração e produção é de altíssimo risco, principalmente nas condições brasileiras. Nosso petróleo é caro, está em águas profundas. Cada furo que a gente faz pode custar de 10 a 15 milhões de dólares e sem nenhuma garantia de que se ache petróleo. A gente fura, em média, de seis a sete furos para encontrar petróleo em um.

Bautista Vidal - O que é bom, porque internacionalmente é dez para um, não?

Reichstul - Esse é um jogo para gente grande, não? Antes de vir para a Petrobrás, não podia imaginar que se pudesse gastar 100 milhões de dólares sem nenhum retorno, como se fosse uma loteria, mas não é loteria. À medida que você vai furando, vai mudando o conhecimento da estrutura geológica do subsolo. Vai entendendo melhor o que é, por exemplo, o subsolo da Bacia de Campos.

Mas seu comentário é correto no sentido de que "empresas desbalanceadas"... Você tinha, no passado, empresas de refino, distribuidoras e empresas que só faziam exploração e produção. Nessa modelagem, as empresas tendem a ficar extremamente fragilizadas quando há alterações estruturais bruscas no preço do petróleo. Quando está caro, você ganha dinheiro com

exploração e produção e reduz a margem de lucro no refino e na distribuição. E quando está barato você reduz a margem na exploração e na produção e ganha no refino e na distribuição. Por isso, as empresas que participam de todas as atividades do setor, as 'empresas integradas', têm mais capacidade para suportar variações de preço, porque, se há perda em um setor e ganho no outro, há também uma compensação ao longo do tempo.

A Petrobrás é um pouco assim, integrada. Tem 12 refinarias e produziu, em 1999, uma média de 1 milhão e 132 mil barris/ dia. Hoje, a produção média diária já é de 1 milhão e 200 mil barris e estamos trabalhando para fechar 2000 com 1 milhão e 300 mil barris/ dia. No refino, ela tem hoje uma capacidade nominal instalada de 1 milhão e 950 mil barris/ dia, embora esteja, de fato, refinando no máximo 1 milhão e 550 mil barris/ dia. O mercado consumidor está, hoje, em 1 milhão e 750 mil barris/ dia. Quer dizer: a Petrobrás está entre as empresas que têm equilíbrio. Portanto, a modelagem dela é robusta.

Por outro lado, a Petrobrás produz um petróleo caro, em torno de 8,9 dólares o barril, enquanto as empresas da Arábia Saudita e do Kwait só gastam 2 dólares para extrair um barril. A gente está revendo a metodologia, mas é essa a ordem de grandeza. Há outra característica. Nosso petróleo é pesado, o que onera o refino e faz com que a Petrobrás precise ter refinarias próprias. Daí a importância das refinarias. Fora duas ou três, as outras estão adaptadas às especificidades do nosso petróleo. O aumento da nossa produção levou à diminuição da importação do petróleo leve para o qual nossas refinarias estavam montadas. Daí tivemos que fazer grandes investimentos nas nossas refinarias para que elas pudessem absorver nosso petróleo. Depois, petróle mais pesado tem menos liquidez no mercado internacional. É mais difícil de vender, paga um desconto maior.

Neste exato momento, por causa do controle de cotas determinado pela Opep, está acontecendo o seguinte fenômeno: a diferença entre o preço do petróleo pesado e o do petróleo

leve está menor. Por quê? Porque cada um dos países produtores reduziu a quantidade física de petróleo. A Arábia Saudita sempre corta o petróleo mais pesado do seu espectro de vendas. Então, falta petróleo pesado. É uma contradição que existe no mercado. Mas ela é momentânea, porque há poucas refinarias de petróleo pesado no mundo. As refinarias de petróleo pesado não conseguem comprar o petróleo pesado porque ele foi tirado do mercado por causa da política da Opep.

A Petrobrás está envolvida agora em um novo patamar estratégico. Não somos mais uma empresa só de petróleo. Estamos nos preparando para ser, em 2005, uma grande empresa de energia. Uma empresa de energia que atenda às necessidades vigentes. Daqui a pouco, vão inventar o motor a hidrogênio e aí vamos ter que usar etanol, metanol para células de hidrogênio. Aí vai ser outro combustível: gás natural. Gás natural está ligado à energia elétrica, certo? A Petrobrás, evidentemente, não pode acabar. Se não agir, não se adaptar, um dia acaba o petróleo e, junto com ele, acaba a Petrobrás. Ela é uma instituição em crescimento.

Bautista Vidal - Essa é uma decisão estratégica já tomada?

Reichstul - Sim. Tanto que estamos participando acionariamente em térmicas para incentivar o consumo do nosso gás natural.

Bautista Vidal - No campo das térmicas, o gás natural sai do petróleo, dos combustíveis fósseis. No momento em que a Petrobrás se transforma em empresa de energia, era importante caminhar na direção da nossa vocação de combustíveis renováveis e limpos, dentro da qual as térmicas têm imenso potencial. Refiro-me às centrais térmicas alimentadas a partir da biomassa tropical. A União Européia, por exemplo, sem o potencial dos trópicos, caminha aceleradamente para termelétricas a partir de biomassa, de rejeitos agrícolas.

Reichstul - Gás natural.

Bautista Vidal - Gás natural, porque as perspectivas dos países temperados e frios são reduzidas em biomassa. Mas Espanha, Suécia e Alemanha estão fazendo esforço nessa direção, sem dispor do potencial brasileiro em biomassa. Como a Petrobrás encara essa perspectiva como nova empresa de energia?

Reichstul - Não há dúvidas de que o Brasil tem enorme potencial na área de biomassa. Temos um ótimo exemplo no programa do álcool. Esteve em baixa, mas voltou e pode ganhar força se o preço do petróleo se mantiver alto. Agora, nosso planejamento estratégico vai até 2005, um horizonte que, se você pensar direito, não está tão longe.

E temos um problema mais imediato: nosso gás natural. Produzimos 33 milhões de metros cúbicos e só vendemos 13 milhões. E temos mais 30 milhões de metros cúbicos chegando da Bolívia, onde encontramos e confirmamos reservas enormes. A Braspetro já certificou reservas de 10,8 TCFs (trilhões de pés cúbicos) de gás natural na Bolívia. Esta quantidade é suficiente para alimentar o gasoduto Bolívia-Brasil por 25 anos. E sabemos que temos mais.

Então, dentro dessa modificação da matriz energética, as térmicas a gás natural são o nosso principal objetivo e nós conseguimos montar um programa anunciado há algumas semanas pelo presidente Fernando Henrique, com todos os empresários envolvidos. São 49 térmicas, das quais 42 a gás natural. Esse é o resultado de um trabalho insano. Levamos seis meses para montar o programa. Por quê? Porque nós vamos vender 70 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Então, esse programa é do nosso interesse absoluto. É crucial que ele saia.

Pode ter certeza de que estamos nos preparando, saindo desse sufoco mais emergencial para pensar em 2010, 2015. E aí entra a questão do motor do futuro. Que motor é este? O motor a hidrogênio? Qual é o potencial da biomassa? O que será o

programa do álcool no futuro? São questões que precisam ser pensadas, mas na retaguarda da companhia e não no dia-a-dia. A gente não trabalhou muito isso ainda. Mas, não tenho dúvida de que, se o preço do petróleo continuar nesses níveis, vamos ter um enorme potencial a estudar. Tenho dúvidas acerca do preço de longo prazo do petróleo. Porque hoje dois terços das reservas mundiais de petróleo estão no Oriente Médio, mas apenas um terço da produção mundial vem de lá. Como os custos de produção do Oriente Médio são baixíssimos, os países da região podem dobrar a produção e derrubar os preços por serem obrigados a fazer isso, por razões de mercado ou por vontade própria. Enfim, por estratégia ou para eliminar produtores. Os preços definirão, enfim.

Então, essa característica do mercado, das reservas decrescentes e de produção tão desequilibrada numa área tão concentrada pode gerar uma instabilidade muito, muito grande. A tendência lógica é o preço crescer em termos reais. Acho que em 50 anos pode ser que sim, mas pode ser que não, porque o petróleo também é poluente. Com todos os esforços conservacionistas, com o Acordo de Quioto, o negócio da emissão de poluentes pode fazer com que o petróleo saia da matriz energética, como já aconteceu com o carvão. E aí, qual será o preço dele? Nem sei. Não tenho acompanhado o preço do carvão, mas, certamente, o preço do carvão deve estar caindo em termos reais.

Bautista Vidal - Há um aspecto que dá maior instabilidade, decorrente dessa concentração do petróleo em região ocupada militarmente. Os EUA gastam nisso 100 dólares por barril que importam. É claro, querem transferir esses custos para outros. Têm petróleo em seu território para cinco anos apenas, e procuram preservar. Isso cria uma instabilidade de outra natureza, porque o Oriente Médio não é região tranqüila. Um país como o Brasil não pode ficar exposto, sem poder algum de intervenção. Há análises que fogem ao jogo de mercados conjunturais que, pela própria natureza, são vulneráveis e manipulados. Essas va-

riações fantásticas de preço em curto espaço de tempo dá oportunidade a uma justificada intranqüilidade. Podemos amanhecer um dia em situação perigosa.

Reichstul - Mas acho que o aumento da produção brasileira desdramatiza um pouco a questão. Atualmente, estamos importando menos de um terço das necessidades. Já importamos dois terços e hoje estamos num caminho de crescimento da produção com investimentos muito bem delimitados, equipamentos começando a ser contratados. Hoje nosso consumo é de 1 milhão e 750 mil barris/ dia, ou seja, se Deus quiser, em 2005 o consumo vai ser bem maior porque o país terá crescido. Oxalá a economia brasileira cresça 4% ao ano e nosso consumo chegue a 2 milhões e 200 mil barris/ dia, até 2005. A Petrobrás estará, então, produzindo 1 milhão e 800 mil barris/ dia. Hoje, 15 empresas, das quais duas ou três são brasileiras, já começam a procurar, a explorar petróleo nas costas brasileiras. É de se esperar que este esforço permita que essas empresas tragam, pelo menos, 200 mil barris/ dia a mais em 2005. Para não falar do próprio programa exploratório, que continua a todo vapor, e mais nosso investimento em desenvolvimento de produção.

Bautista Vidal - De novas descobertas.

Reichstul - Então, a gente chegaria a 2005 com, digamos, auto-suficiência em petróleo. E isso é um alento quando a gente resolve olhar a questão por um ângulo, digamos, mais de estratégia militar, quando considera a possibilidade de uma hecatombe e de uma convulsão. Havendo situação extrema, o Brasil está, hoje, mais bem montado para enfrentar o desafio do álcool. O problema é que o álcool está andando, vamos dizer, em marcha lenta, mas, se houver um desastre mundial, será possível aumentar rapidamente a produção. As terras estão aí, as destilarias. O senhor conhece a questão melhor do que eu. Qual foi a produção máxima de álcool no Brasil?

Bautista Vidal - Cerca de 15 bilhões de litros, a pontinha de um imenso iceberg se visto do nosso potencial de biomassa.

Reichstul - E quanto a gente está produzindo hoje?

Bautista Vidal - Onze bilhões de litros. Houve uma re-dução.

Pertence - Acho que a redução é maior. Presidente, o senhor prevê um acréscimo de 200 mil barris/dia, tendo como causa as empresas que estão chegando. Essas empresas não poderiam exportar o que venham a produzir? A nova lei do petróleo permite. Ou o senhor está prevendo que tudo ficará para o consumo interno?

Reichstul - Não, não. É uma questão econômica. Por que a gente ia comprar um óleo e trazê-lo do Oriente Médio ou da Nigéria, se há quem venda aqui? Só de frete se gasta um dólar por barril para trazer o óleo. Ora, um dólar por barril é muito dinheiro. Porque, descontando os custos, dá uma margem grande. Você não pode esquecer isso. Naturalmente, vão tender a vender aqui. Por que exportar? Estou colocando posições líquidas. Posso estar exportando e também importando. Então, o que acontece?

Pertence - O perfil de refino, não é?

Reichstul - Aí está a questão. Não sei se o que vou dizer vai agradar, mas é a vida real. É o seguinte: vamos dizer que determinada empresa estrangeira exporte os 250 mil barris que nós estamos imaginando que ela vai produzir. Vamos supor que, naquele momento, o barril esteja custando 20 dólares. A empresa exportou 250 mil barris a 5 milhões de dólares, certo? Ingressaram, naquele dia, 5 milhões de dólares nas reservas do país. No mesmo dia, a Petrobrás Refinadora ou a Renor, futura

refinadora cearense, ou qualquer outra refinadora, entra com pedido no Banco Central dizendo 'quero importar 250 mil barris de óleo e preciso de divisas para comprar'. Ela pega esses 5 milhões de dólares - estou simplificando, mas é assim- pega esses 5 milhões de dólares que a empresa estrangeira acabou de exportar e compra óleo da Nigéria. Então, o que foi ruim para o país pode ter sido uma diferença entre o preço do óleo da Nigéria e o da exportação. O óleo é uma *commodity*, tem preço conhecido, é imediato, está certo? Não é como remédio, que você não pode dizer qual foi o preço de determinado produto, não sabe como funciona a indústria.

Às vezes, há coisas que são falsas bruxas. Nenhuma empresa vai cometer a loucura de, podendo vender aqui, a preços de mercado, vender lá fora. Quando o barril está a 30 dólares, há margem para tudo. Mas quando chega a 10, 12, 15, tudo fica difícil.

Pertence - É uma diferença!

Reichstul - Não. Se vendo o barril a 15 dólares e me custa 13, tenho uma vantagem de dois dólares. Um dólar por barril é 50% da minha margem, está certo?

Pertence - Tem que trabalhar com margem, não com preço.

Reichstul - Em petróleo isso não existe. Custo de transporte, essa é que é a saída. Não dá para pensar com o barril a 30 dólares.

Pertence - Então, o país fica zero a zero na balança comercial.

Reichstul - Fica igual, fica igual. Você não está ferindo o interesse nacional. A menos que você exportasse o petróleo e não viesse a divisa. Mas não é o caso. Vários países da África têm um sistema desses. O sujeito não é obrigado a trazer o dó-

lar, a divisa para o país. São países que não têm estrutura, não são organizados.

Bautista Vidal - A história do Brasil nos últimos 40 anos se confunde com a história da Petrobrás. Ela desempenhou o papel de maior agência do desenvolvimento nacional. Foi promotora de setores inteiros da economia. Muito próxima do que a Tennessee Valley Authority - TVA, empresa estatal que fez o esplendor do vale do Tennessee, nos EUA, a maior empresa de energia do mundo, ademais agência de desenvolvimento fantástica. Quando as coisas são colocadas em termo de mercado, a filosofia de ser uma grande agência de desenvolvimento nacional acaba. Essa análise é correta?

Reichstul - Acho o seguinte: o que a sociedade brasileira, por intermédio da nova legislação, do Congresso etc. , está dizendo para a Petrobrás? 'Olha, você é uma empresa que não tem mais monopólio, é uma corporação e, portanto, se vire como empresa, certo?' Então, ela não tem papel expresso desenvolvimentista, apesar de ser empresa do setor público, mas o setor público me diz: 'Olha, te vira, conviva com teus concorrentes, crie músculos para combater. Você tem que concorrer com o que está chegando, e nossa intenção é trazer concorrentes para cá. Você tem, portanto, que se virar com suas próprias pernas'. Ou seja, é como se me dissessem que essa é a missão que está sendo colocada para a Petrobrás e eu acho que ela tem condições de cumprir e que ela é boa para o país, nessa missão.

Essas 15 empresas que vão estar aqui vão vender a produção delas aqui dentro. E se não venderem - se, por exemplo, o consumo já estiver atendido - vão vender lá fora e vai virar exportação e divisa para nós. Se é a Petrobrás que vende, é a mesma coisa. O lucro da operação pode ficar na Petrobrás como margem no país ou ser remetido como remessa de lucro. É que nem a gente estar vendendo café ou soja. Tanto faz se é de produtor brasileiro ou de um fazendeiro estrangeiro que veio para

cá, registrou, investiu, produziu, exportou, teve lucro e remeteu.

Agora, independentemente de a missão da Petrobrás ser outra agora, ela é a maior empresa do Brasil. Teve, em 1999, um programa de investimentos diretos e indiretos de 7 bilhões de reais. E a meta para 2000 é de 10 bilhões de reais. Temos, enfim, um programa ambicioso, embora inteiramente factível, de investir 32,9 bilhões de dólares em seis anos, entre 2000 e 2005. Dá uma média de cinco e poucos bilhões de dólares por ano. Certamente, é o maior investimento de uma empresa no país.

Pertence - Você falou em bilhão na área de preservação ambiental.

Reichstul - Nós temos, hoje, 9,2 bilhões de barris de reservas. Garantiriam algo em torno de 22 anos de produção. Temos que aumentar a produção. Em geral, as empresas têm reservas de 10 a 12 anos de produção. Quer dizer que a Petrobrás está desbalanceada a favor, mas é um 'a favor' mais ou menos, pois eu preferiria ter um fluxo de caixa proveniente do aumento da produção porque investi muito em reservas e o fluxo do dinheiro que entra não corresponde às minhas reservas. Isso também pode ser visto de outra forma: posso aumentar a produção sem estar canibalizando essa relação entre reservas e produção.

Bautista Vidal - É gigantesco o potencial de óleo vegetal brasileiro, substituto do óleo diesel, além de limpo e de custos reduzidos. Temos centenas de alternativas, a maior parte na região amazônica. Só o dendê dá para produzir 8 milhões de barris/dia, se consideramos os 70 milhões de hectares levantados pela Embrapa nessa região. Oito milhões de barris por dia é a produção da Arábia Saudita em petróleo. Enquanto a Malásia produz 95% do dendê do mundo, o Brasil, com seu imenso potencial, produz apenas 5%.

Reichstul - O Brasil importa dendê.

Bautista Vidal - Enquanto existem 4, 7 milhões de hectares devastados na Amazônia, a Malásia tem 4 milhões de hectares dedicados ao dendê. Os motores Elsbett de ciclo diesel, que queimam óleo vegetal, chegam a fazer 40 quilômetros por litro. É uma revolução energética. Agora que a Petrobrás se transformou em empresa de energia, acreditamos que esse assunto devesse ser estudado. O Banco Real estava fazendo investimento em dendê, creio que no Pará. Será que não estará aí o ca- minho para a auto- suficiência brasileira em combustíveis lí- quidos?

Reichstul - É, acho que é obrigação de uma empresa de energia considerar essa alternativa. Ainda mais com o preço do petróleo, que chegou recentemente a 30 dólares o barril. Não conheço as correlações entre custo e preço do dendê. Mas o pessoal do Cenpes deve ter isso. A gente podia até organizar uma conversa com eles. Mas, no fundo, isso leva à questão da biomassa. E vejo isso muito ligado, também, com o Acordo de Quioto. Essas duas questões, a energética e a ecológica, vão certamente se conjugar.

Não é à- toa que uma Shell - a mais moderna do setor, que tem uma cabeça muito ágil - já esteja preocupada em posicionar a empresa lá na frente. A Shell já está pensando em 2050. Sempre planeja a longo prazo e está preocupada com esse tipo de coisa. Acho que a gente também tem que se preocupar, e não só se preocupar, pois é no Brasil que está o grande potencial de biomassa, um potencial muito grande. É uma situação ideal.

Bautista Vidal - Na época de Severo Gomes, como ministro da Indústria e do Comércio, chegamos a levantar o potencial de dendê e babaçu em seis estados, no trópico úmido. Desenvolvemos dezenas de projetos de uso industrial, em veículos, na geração de eletricidade, partindo da biomassa. Não é

por acaso o interesse do Banco Real e de centenas de outros empreendimentos dessa natureza.

Reichstul - Mas lá tinha o Aloísio Faria, um dono de banco que gostava dessas coisas.

Bautista Vidal - Com essa mudança de posição da Petrobrás, virando empresa que objetiva o lucro, vai criar-se um vácuo em termos nacionais, porque a estrutura privada de capital nacional não tem a força tecnológica da Petrobrás para poder competir com as corporações estrangeiras. Estas vêm para cá trazendo seus pacotes tecnológicos deformados em relação aos nossos fatores, não é? Detêm ademais imenso poder de *lobby*. Tem empresa aqui sediada que fabrica caminhões com chapas de aço para tempestades de neve. E, se fabrica isso no Brasil, com deseconomia é porque não têm qualquer motivação para desenvolver tecnologias que se fundamentem em nossos fatores de produção. O Centro de Pesquisas da Petrobrás desempenhou papel crucial nessas questões. Com essas mudanças na atitude da Petrobrás, induzida por pressões que você descreveu, não vai se criar um colapso nesses incipientes e importantes setores produtivos nacionais?

Reichstul - Acho que não. A Petrobrás não tem tido há anos qualquer restrição em relação à compra de serviços fora do país. Na verdade, a taxa de câmbio fazia com que muitos produtos feitos lá fora fossem mais baratos. Mas, tradicionalmente, a indústria nacional não tem escala, por exemplo, na área de grandes equipamentos para plataformas. Equipamentos tipo bombas, geradores, compressores, sempre foram, tradicionalmente, importados. E outros tipos de equipamento sempre foram nacionais. Mesmo as multinacionais que produzem se instalaram aqui e a Petrobrás passou a comprar produtos feitos aqui por multinacionais. Tem muita empresa de capital externo instalada aqui, gerando empregos, só que é empresa estrangeira.

Proálcool só com a administração do Estado

Paulo Vieira Belotti foi diretor da Petroquisa, secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio, vice-presidente e diretor-financeiro da Petrobrás. Belotti rejeita parte da "teoria conspiratória"; para ele, as empresas estrangeiras "não têm como política acabar com as indústrias de bens de capital do país". Apenas, pela estrutura das empresas, fica mais barato trazer tudo das matrizes, coisa que, diz ele, a própria Petrobrás faz, quando vai lá fora. "O que não me parece do interesse nacional é a venda de partes da Petrobrás e até mesmo essa política de livre acesso obrigatório de outras empresas a instalações da Petrobrás", diz ele. O álcool é uma saída para nós, segundo Belotti, mas precisa de política própria e deve ter sua produção protegida pelo Estado. Ele concedeu entrevista a Bautista Vidal.

Bautista Vidal - Como você entrou na Petrobrás?

Paulo Belotti - Minha participação começou em 1970, quando o presidente Geisel convidou-me para participar da diretoria da Petroquisa, subsidiária da Petrobrás, recém-criada. A pesquisa estava sem rumo, porque já se tinha explorado a Amazônia, perfurado nas bacias do Paraná, Acre e Maranhão sem sucesso, e os geólogos estavam sem perspectivas. No Brasil, pelas formações geológicas, o petróleo tem se mostrado de difícil ocorrência e cara sua pesquisa. Geisel iniciou os trabalhos na plataforma continental, onde os geólogos admitiam possibilidades maiores. Havia dificuldades porque a tecnologia era precária, com equipamentos importados de difícil contratação. Mas iniciaram-se as perfurações em Sergipe. Houve um esforço tecnológico muito grande que gerou experiência, a qual veio a frutificar anos depois com as descobertas do Rio Grande do Norte e finalmente na Bacia de Campos. Tudo fruto de muito trabalho e persistência.

Bautista Vidal - E a petroquímica?

Belotti - Havia consenso de que o Brasil não poderia ser desenvolvido se não tivesse uma infra-estrutura produtiva. A Petrobrás partiu para dar sua contribuição implantando as indústrias petroquímicas e de fertilizantes básicos, aproveitando os recursos naturais do país. Além disso, sempre comprava equipamentos nacionais e desenvolvia tecnologia junto à iniciativa privada nacional. Contratava, sempre que possível, empresas de engenharia nacional. Hoje a indústria de bens de capital e os serviços de engenharia praticamente acabaram. Dentro de pouco vão desaparecer as empresas estatais que restaram.

Bautista Vidal - O objetivo é acabar com as empresas estratégicas.

Belotti - As empresas estrangeiras não têm como política acabar com as indústrias de bens de capital do país. Isso vem da própria estrutura das empresas estrangeiras que têm seus serviços de engenharia e os utilizam, não como represália ao nacional. É o sentido natural de seu trabalho. Elas não vieram para fechar, para comprar as empresas que estão produzindo aqui. Com o sistema gerencial, tecnológico e de engenharia externo fica para elas barato importar.

Bautista Vidal - Sem a defesa do similar nacional e os custos do dinheiro, os juros, menores no exterior, fica mais barato. Isso, entretanto, está tirando o mercado das empresas nacionais.

Belotti - Essa é a política atual. As empresas brasileiras, como a Petrobrás, quando vão lá fora, também usam seus serviços para orientar, projetar, planejar suas atividades gerando exportação do Brasil.

Bautista Vidal - Como funcionava a Petrobrás no processo de decisão?

Belotti - Ela nunca foi uma empresa no sentido estrito, cujo objetivo é somente ter lucro para acionistas. Ela é gerenciada como empresa e é extremamente eficiente, mas seus objetivos e programas tinham conotação de suprir as lacunas de interesse nacional. Eventualmente seria mais interessante para a Petrobrás, como empresa, ao invés de fazer uma fábrica de fertilizantes, para favorecer a agricultura brasileira, fazer outros investimentos na sua área, mas ela era movida por essa outra orientação de ajudar nos objetivos nacionais e dar respostas necessárias aos desafios brasileiros. Geisel tinha a meta de descentralizar o desenvolvimento. A construção do pólo petroquímico do Nordeste por exemplo foi um marco, uma decisão política e estratégica de desenvolvimento nacional, porque a Bahia é uma região pobre e o mercado dos produtos estava todo em São Paulo. Mas a Bahia produzia petróleo, era a principal região produtora. E não tinha benefício algum porque o preço dos combustíveis era nacional, tanto fazia produzir o petróleo na Bahia, como na Amazônia, Oriente Médio. Para a Petrobrás era a mesma coisa, mas quase todo o petróleo baiano beneficiava o centro-sul do país. Assim foi decidido fazer o pólo em Camaçari, com a melhor tecnologia da época, com a participação de empresas estrangeiras.

Havia grande interesse dessas empresas em fazer investimentos produtivos no Brasil para pegar fatias de mercado. Faziam-se leilões para aprovar a participação delas. A base era o modelo tripartite, com empresários de capital nacional, empresas estrangeiras e a Petrobrás. Note-se que a maioria era sempre privada e nacional. Com essa política se procurava atrair para o Brasil a melhor tecnologia do momento.

Bautista Vidal - Fale-nos sobre o programa do álcool.

Belotti - Foi desenvolvido sob orientação do ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio. O petróleo chegou a 40 dólares o barril e o Brasil estava em crise na balança de pagamentos. O álcool foi visto como solução que traria, em face

da recessão, nível adequado de emprego e grande economia de divisas. E o programa cumpriu, o álcool economizou bilhões de dólares de importações de petróleo. Uma curiosidade: no passado, o desenvolvimento nacional sempre esteve ligado a crises no balanço de pagamentos.

Bautista Vidal - Se corrigir a inflação do dólar na economia de importações de petróleo e os serviços da dívida dos empréstimos necessários, você chega a quantias da ordem de 80 bilhões de dólares.

Belotti - O que você deixou de importar em petróleo é menos.

Bautista Vidal - É verdade, mas você deixou de tomar dinheiro emprestado para comprar outras coisas, pois ficou com saldo devido à redução das importações de petróleo devido ao programa do álcool. Fazendo as contas, dá isso. Um dinheirão, lamentavelmente depois desperdiçado com os banqueiros.

Belotti - O álcool é um produto que tem riscos climáticos. Tendo de remunerar trabalho extensivo, não pode ser tratado da mesma maneira que o petróleo. No caso do álcool, você precisa plantar todos os anos.

Bautista Vidal - Quando o petróleo existe, o gás retira-o, enquanto sua pressão é suficiente. É quase automático.

Belotti - Com o petróleo, se o mercado cair, pode-se reduzir o fluxo e está ajustada a oferta e a demanda. Com o produto agrícola você não tem como regular. Se plantou, é esperar que Deus ajude. Não tem como controlar a produção de álcool, salvo por safra, em períodos anuais, ao passo que com o petróleo o controle é diário. Ou seja, o álcool precisa de uma política própria e deve ter sua produção protegida.

Bautista Vidal - Pelo Estado.

Belotti - Exatamente. Se não houver uma política que administre esse mercado, fica impossível, o álcool não vai poder concorrer. Veja o que tem ocorrido com o preço do petróleo. Estava a dez dólares faz menos de um ano. Agora está acima de trinta. Se não houver controle, o consumidor de álcool combustível se sente inseguro. Se subir o preço do açúcar, as usinas perdem o interesse pelo álcool, o que é natural num sistema de livre mercado. Ou seja, o mercado do álcool combustível deve ser muito bem administrado. Com esses preços atuais do petróleo se justifica produzir mais álcool. Mas você precisa plantar e esperar quatro anos para produzir. Nesse período resolvem abrir as torneiras do petróleo derrubando os preços. Se você deixa apenas as forças do mercado agir livremente, o álcool não funciona como combustível.

Bautista Vidal - A distribuição de petróleo está sob o controle das quatro irmãs e forças militares garantem esse controle. Enquanto isto, os *yuppies* brasileiros, que servem a esses interesses externos, comandam a festa de tornar inviável o álcool. Enquanto as corporações de petróleo estão se fundindo para fortalecer-se, no Brasil ocorre o contrário. A Petrobrás está sendo esfacelada. Como se explica a política do Brasil?

Belotti - A Petrobrás tem capacidade limitada de atuação em termos de recursos humanos. O governo resolveu tentar acelerar a produção de petróleo, já que nas outras áreas a Petrobrás atende perfeitamente. Acho que a abertura do mercado para importações de petróleo e derivados seria até benéfica para ela, sim, pois com a importação os preços vão subir e a Petrobrás vai ganhar muito dinheiro.

Bautista Vidal - Por isso não deixam.

Belotti - Não digo que a razão seja a Petrobrás e sim o efeito inflacionário da medida.

Bautista Vidal - E as relações da Petrobrás com as corporações transnacionais de petróleo?

Belotti - Elas podem dar uma contribuição na área tecnológica desde que você saiba negociar e isso a Petrobrás sabe. Então, vejo como positivos os contratos de parceria, o que outras pessoas vêem com muita reserva. Acho que é de nosso interesse, por exemplo, ter-se uma ou mais companhias estrangeiras estudando a bacia amazônica com a Petrobrás, em projeto de oito, dez anos. Este é um projeto natural e não vejo nada que desaconselhe. Quanto aos contratos de produção de petróleo em áreas onde a Petrobrás já descobriu petróleo e detém a tecnologia, acredito que, nelas, as corporações que vêm com recursos financeiros querem absorver a tecnologia da Petrobrás, que é muito valiosa. Acredito que esses contratos foram bem negociados.

Bautista Vidal - E a participação estrangeira na indústria de petróleo?

Belotti - As grandes corporações são integradas, do poço ao posto, como se diz. E, por uma questão de sinergias internas, desenvolveram uma participação importante na petroquímica, com tecnologia própria ou comprada. Não vejo inconveniente maior para a Petrobrás que venham disputar nosso mercado, fazendo os investimentos na pesquisa, na produção, na refinação, nos terminais, nos dutos etc. O que não me parece do interesse nacional é a venda de partes da Petrobrás e até mesmo essa política de livre acesso obrigatório de outras empresas a instalações da Petrobrás, pois, no futuro, isso pode causar grandes disputas e complicações.

Bautista Vidal - A Petrobrás é atacada pela mídia como empresa controlada por militares, fonte de empreguismo e por, supostamente, pagar salários elevados. O que há de verdade nisso?

Belotti - Estou fora da Petrobrás há dez anos, mas acredito que a empresa não mudou sua política de pessoal. Ela só admite empregados por processo seletivo, a não ser uns poucos com funções específicas ou muito especializadas. Se existem militares é porque abandonaram a farda e passaram por processo seletivo. Não existe empreguismo na Petrobrás. Seus empregados não sofrem constrangimentos políticos ou de qualquer natureza na admissão ou progresso funcional. A Petrobrás se modernizou nas áreas administrativas e técnicas com o advento da informática e isso criou excedente de pessoal em alguns setores. O problema vem sendo atacado há vários anos mediante programas internos, sem afetar a capacitação técnica da empresa, pois seus técnicos, muitos deles com cursos no exterior financiados pela empresa, constituem o maior patrimônio da Petrobrás.

Com relação a salários, não se pode dizer que sejam elevados, mas talvez existam pequenas distorções que sempre foram do conhecimento da administração. Em poucas categorias são elevados e em outras são reduzidos em função do mercado de trabalho. O esforço para a correção desses aspectos constituem permanente preocupação da diretoria da empresa.

Querem colonizar o Brasil

Aos 103 anos, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, autor de quase setenta livros, se mostra lúcido ainda, ao falar do risco para o próprio país que representaria o desmembramento da Petrobrás. Ele falou a Gilberto Vasconcellos e Bautista Vidal.

Bautista Vidal - Hoje a Petrobrás corre o risco de ser desmembrada e entregue a corporações estrangeiras.

Barbosa Lima - O Brasil corre riscos em todas as suas principais realizações, em tudo o que foi construído a nosso favor. Querem reverter nossos interesses para entregá-los ao estrangeiro. Meus livros sobre o nacionalismo descrevem as cam-

panhas em defesa dos interesses brasileiros. Creio que seja esse o nacionalismo que nos interessa. Se o Fernando Henrique estivesse aqui, ia perguntar a ele sobre isso, inclusive acerca das campanhas em defesa da Petrobrás, das quais ele participou com seu tio e seu pai.

Bautista Vidal - O senhor é um símbolo de todos os brasileiros que amam este país.

Barbosa Lima - Não fiz por vaidade. É um dever dos brasileiros e, como brasileiro, não me poupei e em nenhum momento esqueci esse dever fundamental.

Bautista Vidal - Como o senhor imagina o fato de o Brasil existir sem a Petrobrás?

Barbosa Lima - É como se o Brasil abdicasse do direito de defender a sua presença no mundo e na produção de petróleo.

Gilberto Vasconcellos - O senhor foi discípulo de Alberto Torres?

Barbosa Lima - Eu escrevi a biografia de Alberto Torres.

Gilberto Vasconcellos - Um livro magnífico.

Barbosa Lima - Estudei a vida e a obra de Alberto Torres, levantei a defesa que ele fez dos brasileiros e do Brasil num livro, *A Presença de Alberto Torres*. Alberto Torres foi um dos pioneiros do nacionalismo brasileiro e foi por isso que ele me conquistou. O trabalho dele a favor do Brasil foi notável.

Gilberto Vasconcellos - Alberto Torres iria defender a Petrobrás.

Barbosa Lima - Iria defender as idéias nacionalistas, iria criticar e iria ser contra FHC, que é um elemento que tantas vezes trabalhou em defesa dos interesses estrangeiros. Não querem que o Brasil seja um país próspero e realize seu grande destino.

Bautista Vidal - Destino de grande nação. Chegaremos lá.

Barbosa Lima - Chegaremos lá, não tenho dúvidas.

Bautista Vidal - Qual o conselho que o senhor dá aos jovens?

Barbosa Lima - Só posso dizer que todos cumpram com o seu dever defendendo os interesses do Brasil. É mais que um dever. Querem colonizar o Brasil com o apoio do Fernando. Isso é uma tristeza. De uma família profundamente nacionalista, ter se bandeado para admitir soluções que excluem a presença do Brasil.

Gilberto Vasconcellos - O FHC é de família de militares nacionalistas.

Barbosa Lima - Mas o tio dele não acreditava nele. O tio dele, Espírito Santo Cardoso, não acreditava em FHC. Ele não merece a confiança do Brasil.

Bautista Vidal - Mas nós vamos recuperar tudo.

Barbosa Lima - Nós vamos repelir todos os inimigos do Brasil, pois não admitimos submissões. O sentimento nacionalista é profundo no Brasil. Alberto Torres nunca descuidou da defesa dos interesses do Brasil.

Gilberto Vasconcellos - Nunca.

Barbosa Lima - Foi perseguido por isso.

Bautista Vidal - E foi o grande professor de Oliveira Vianna e de muitos outros.

Barbosa Lima - É. De Oliveira Vianna. O nacionalismo nunca esteve ausente da minha obra. Foram milhares de artigos e, nesses milhares de artigos, eu nunca esqueci a defesa dos interesses sagrados do Brasil.

Bautista Vidal - O nacionalismo produziu um brasileiro lúcido de 103 anos.

Gilberto Vasconcellos - O nacionalismo é um fator de longevidade.

"É HORA DE UNIÃO"

Ricardo Maranhão, engenheiro da Petrobrás, defende com unhas e dentes a empresa, vítima de "clamorosa" injustiça: "Ela investe bilhões; corre um risco muito grande e fica com 20% do preço da gasolina. E as distribuidoras, que vão buscar a gasolina na refinaria com caminhão que muitas vezes não é delas, entrega no posto e acabou o serviço. Ficam com 21%." Maranhão alerta para o "desastre" que será a eliminação de dois subsídios de alcance social: o do gás de botijão; e o da uniformização dos preços de derivados de petróleo em todo o território, que "vai agravar as desigualdades regionais". E faz uma relação direta entre democracia e Proálcool: "Poderiam ser milhões de produtores de energia. Você teria a democracia que resulta da divisão de poder." A "abstração chamada mercado" só favorece interesses estrangeiros e, diz Maranhão, vai destruir o empresariado nacional: "É hora de união." A entrevista é de Gilberto Vasconcellos e Bautista Vidal.

Gilberto Vasconcellos - Como se estabelece o preço da gasolina?

Ricardo Maranhão - Sobre o preço da gasolina temos que fazer uma série de ponderações. Seria importante que em cada posto houvesse um painel explicando para o cidadão como se montam os preços. Para onde vai o que se está pagando por litro de gasolina? Podemos identificar quatro agentes e cinco destinos para os recursos da gasolina. Os agentes são: o refinador, no caso a Petrobrás; as distribuidoras, os atacadistas, que compram a gasolina na refinaria; os revendedores, que compram das distribuidoras e colocam nos seus postos para venda ao consumidor; e o governo. Hoje um posto de gasolina não passa de coletoria de impostos para o governo. Falei em cinco destinos, o quinto são os subsídios.

Seria uma questão de justiça que cada um desses quatro agentes fossem remunerados em função dos investimentos que fazem e do risco que correm. O refino é a operação industrial que transforma o óleo bruto em derivados de petróleo, gasolina, querosene, lubrificante, querosene de jato, nafta petroquímica, solvente, asfalto, óleo combustível, óleo diesel, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo, o gás de cozinha).

O petróleo não chega na refinaria por acaso. Antes disso há uma atividade exploratória que são todos os serviços que antecedem a perfuração de um poço. Um único poço pode custar 15 milhões de dólares ou mais. Então, não vai sair furando igual o senhor Maluf saiu de forma irresponsável. Jogou 500 milhões de dólares do povo no lixo. Há uma série de trabalhos; sísmica de refração, sísmica de reflexão, geoquímica, geologia de superfície, um número grande de trabalhos preliminares.

Um comitê de geólogos se reúne e diz se o furo vai ser aqui, ali. E de cada 10 poços, em média, 9 estão secos. Os investimentos são pesados até que se descobre o primeiro com óleo. Vão ser furados em volta poços subjacentes para delimitar a jazida. Delimitada, é feito um esquema de drenagem; define-se o número de poços que vão ser furados e há campos que têm 100, 200 poços.

Depois vem a fase de desenvolvimento da produção ou de exploração. Quando isso é no mar, é necessário uma plataforma que custa 400 milhões de dólares. Há lotes submarinos e outros terrestres que custam centenas de milhões de dólares. E uma refinaria, para 20 mil metros cúbicos por dia ou para 100 ou 150 mil barris por dia, requer um investimento de 2 bilhões de dólares - uma única refinaria.

Às vezes você faz o escoamento do petróleo da plataforma para o navio, você tem navio de processo, de sistemas, e tem navios que levam o petróleo até a refinaria. Um navio pequeno de 40 mil ou 50 mil toneladas custa 50 milhões de dólares.

Nós estamos falando de investimentos de centenas de milhões ou dezenas de bilhões de dólares e esses investimentos são feitos no Brasil exclusivamente pela Petrobrás que tinha o monopólio da exploração, perfuração, transporte e refino e, depois de fazer tudo isso, a Petrobrás fica com 20% do que o consumidor de gasolina paga.

As distribuidoras vão na refinaria da Petrobrás com um caminhão que muitas vezes não é delas, pega a gasolina e leva ao posto. Acabou o trabalho da distribuidora. Quando a Esso distribuidora investe muito no Brasil, canta isso em verso e prosa, "investimos 40 milhões de dólares no Brasil este ano" e tal. Isso é o custo de um navio pequeno ou de três poços que a Petrobrás perfura. Já chegou a perfurar mil poços em um ano. Evidentemente, não são todos os poços que custam 15 milhões. Este é o limite superior.

Com isso estou mostrando como há uma injustiça clamorosa com a Petrobrás. Ela investe bilhões de dólares; corre um risco muito grande e faz projetos com períodos de maturação longos, fica com 20% do preço da gasolina. E as distribuidoras, que vão buscar a gasolina na refinaria com caminhão que muitas vezes não é delas, entrega no posto e acabou o serviço. Ficam com 21% do valor do litro de gasolina contra 20% da Petrobrás.

Gilberto Vasconcellos - As distribuidoras são todas estrangeiras?

Maranhão - Majoritariamente. Havia no Brasil cerca de 10 distribuidoras grandes, sendo que não eram 10 grupos independentes, e você tinha a companhia brasileira de petróleo Ipiranga e a distribuidora de produtos Ipiranga, que comprou a Atlantic. Essas empresas estão sob o controle da família Gouvea Vieira. E tem a Esso que é subsidiária da Exxon, a Shell, subsidiária da Royal Deutch Shell, holandesa, a Texaco, subsidiária de companhia americana. E Petrobrás Distribuidora - BR. Veio a desregulamentação e surgiram cerca de 120 pequenas distribuidoras.

Gilberto Vasconcellos - Em que consiste a desregulamentação?

Maranhão - Antes de montar uma distribuidora, você precisava ter autorização do antigo Conselho Nacional do Petróleo - CNP; e ganhava uma carta-patente que custava uma fortuna. Hoje você vai na Agência Nacional de Petróleo - ANP, e com uma burocracia muito simplificada, monta sua distribuidora.

Um grupo de 15 postos pode se reunir e montar uma cooperativa e formar uma distribuidora. Nós da Petrobrás vemos com simpatia o surgimento de novas distribuidoras pequenas. Essas 190 pequenas distribuidoras não chegam porém a ter 10% do mercado.

O terceiro segmento é o da revenda, os donos de postos. Este é um segmento pelo qual temos muita simpatia. São 27 mil pequenos revendedores. Eu diria que 95% desses empresários só têm um único posto.

O quarto agente é o governo. Quando você compra um litro de gasolina está pagando 38% de uma alíquota que incide sobre o petróleo importado. Você está pagando ICMS, PIS/PASEP, Finsocial, cota de previdência e, até bem pouco tempo, pagava um imposto chamado IPVC, de venda a varejo ao consumidor, um imposto municipal. O governo fica talvez com uns 30% do preço da gasolina. E ainda existem os subsídios colocados nos preços dos combustíveis que o governo considera de menor interesse social: gasolina, por exemplo. O governo carrega

no preço da gasolina alguns subsídios para atender finalidades às vezes sociais. Nos Estados Unidos não existem subsídios aos derivados de petróleo. No Brasil ainda existem e estão sendo eliminados, porque às vezes dá para quem não precisa.

Há ainda dois outros subsídios, legítimos, cuja eliminação leva ao desastre: o do gás de botijão, que custava 5 reais antes da quebra do monopólio estatal e hoje está custando cerca de 12 reais. Em Roraima 21 reais, ou seja, quase quadruplicou. E esse é um subsídio efetivamente de alcance social. Depois da quebra do monopólio houve um aumento brutal porque foram eliminados os subsídios.

Qual é o outro subsídio cuja eliminação vai ser um desastre para o Brasil? É o da uniformização dos preços em todo o território. Quando você comprava um litro de gasolina na Rio-Petrópolis, em frente da refinaria Duque de Caxias, pagava, em hipótese, 52 centavos o litro. Quando comprava em São Gabriel da Cachoeira na fronteira do Acre com a Bolívia, pagava exatamente os 52 centavos. Isso não tem lógica econômica porque você tem que transportar num caso apenas um quilômetro e, no outro, a gasolina sai de Manaus para São Gabriel da Cachoeira. Às vezes, leva seis dias para chegar. Esse transporte estava sendo subsidiado para garantir a uniformização de preços.

O princípio da uniformização de preços, por meio de subsídios cruzados, se faz do modo seguinte: aumenta-se o preço de alguns derivados de reduzido alcance social para formar um fundo para cobrir os custos desiguais de transporte e conseguir a uniformização de preços em todo o território nacional. Mesmo dentro do princípio da unificação de preços, as regiões menos desenvolvidas ainda levam uma tremenda desvantagem. Com todas as desvantagens conhecidas se ainda a energia é mais cara em Roraima, você está agravando o problema das desigualdades regionais e está também agravando a concentração industrial. Há municípios no Brasil que não suportam novas indústrias. É o caso de Capuava, por problemas de poluição. Com a quebra do princípio da uniformização dos preços, você vai tornar o Brasil ainda mais desigual, vai agravar a concentração da atividade econômica; e os centros atrasados,

que nunca tiveram oportunidades, irão tornar-se ainda mais atrasados. Isto é uma gravíssima conseqüência do processo de globalização que está aumentando as diferenças entre os países centrais e os periféricos, aumentando as disparidades entre as pessoas; e, dentro de um mesmo país, agravando as disparidades entre as regiões e até mesmo dentro de uma mesma região.

O mais grave é que esta política não é só para os derivados de petróleo, está sendo implantada para a energia elétrica. Você tinha um subsídio por meio da quota de reversão onde se transmitia à distância sem preços adicionais para as regiões mais afastadas e aumentava um pouco o preço onde a sociedade pode pagar, compensada pela existência de grandes investimentos anteriores do Estado. Neste caso, a energia vai se tornar mais cara longe das usinas geradoras e também nas telecomunicações e nos aeroportos. O Brasil vai tornar-se ainda mais desigual. O fim de alguns subsídios, como o da nafta, por exemplo, acho positivo; mas o fim daqueles de alcance social consideramos um desastre.

O povo só vai entender isso tudo quando tiver a informação certa, que a mídia sonega. Ele vai dizer: "A Petrobrás está sendo alvo de uma injustiça." Tem um aspecto que muita gente não entende. A Petrobrás exporta gasolina, digamos, a 40 centavos de reais e a gasolina aqui é vendida por R$ 1,50. Que sacanagem é essa? O povo fica revoltado, mas é muito fácil explicar no momento em que você abre o rateio do preço da gasolina. Você não pode exportar impostos, nem margem da revenda ou de distribuição ou subsídios, mesmo os legítimos.

A Petrobrás já foi a maior fornecedora de gasolina do mundo para os Estados Unidos, chegamos a exportar 150 mil barris de gasolina por dia. Mas a gasolina é um derivado vulgar. O derivado de petróleo mais sofisticado é o querojato, para avião a jato, com especificações rígidas. Nos aeroportos internacionais você vai ver aeronaves da Lufthansa, da Air France, da American Airlines, sendo abastecidas com querosene de jato produzido nas refinarias da Petrobrás.

Por que a gasolina americana é mais barata do que a brasileira? Ela está numa faixa de 60 centavos de reais o litro, me-

tade do preço da gasolina brasileira. Não tem subsídio, a margem das distribuidoras lá são 2 cents, enquanto as distribuidoras no Brasil ganham 31 centavos. A margem das distribuidoras no Brasil é seis a sete vezes maior do que nos Estados Unidos. A margem dos revendedores aqui também é bem mais alta do que lá. Nós teríamos que comparar a gasolina brasileira com a americana no preço ex-refinaria. Na refinaria da Petrobrás sai mais barata do que a americana. Agora, fora da refinaria você bota subsídios que não existem nos Estados Unidos, margem absurda das distribuidoras e um volume de impostos ainda maior. Poderíamos ter gasolina muito mais barata no Brasil, se reduzíssemos a margem das distribuidoras, a carga tributária e os subsídios, como os da nafta, que consideramos anti-sociais.

Os Estados Unidos consomem 23 barris de petróleo por habitante/ano e nós consumimos 2,2. Com as usinas de álcool você teria uma descentralização, pois cada fazendeiro poderia ter seu biodigestor, seu alambique. Poderiam ser milhares, milhões de produtores de energia. Essas pequenas e médias propriedades seriam auto-suficientes e você teria a democracia que resulta da divisão de poder. A democracia verdadeira fundamenta-se nesse princípio. É por isso que nós temos que defender o poder do município. É por isso que temos que defender o Estado, o único que tem o dever de proteger o mais fraco. É por isso que temos que defender o governador Itamar Franco por contestar o poder central e parar de pagar uma dívida ilegítima e espoliadora. Ele declarou a moratória transitória porque não tinha opção: ou pagava juros aos agiotas ou pagava a merenda das crianças e o salário sempre miserável das professoras primárias.

Enquanto tivermos os governadores e prefeitos de pires na mão diante do Ministro da Fazenda, agente dos banqueiros internacionais, nós não temos democracia. A mesma coisa é com a energia: quando é nossa, é a libertação. Ela depende apenas da natureza e da nossa competência. Não precisamos de ninguém, a Petrobrás demonstrou isso.

Nós da Petrobrás temos um entendimento claro acerca do Proálcool. É um programa vitorioso, totalmente nacional,

fonte de energia renovável, dá muitos empregos e a tecnologia é inteiramente dominada por brasileiros. Se fizermos um grande programa de álcool, vamos ter que fabricar moendas, caldeiras, evaporadores, vamos ativar nossa indústria de bens de capital. Houve no setor do álcool aumento de rendimento, tanto na agricultura quanto na indústria, mas por circunstâncias financeiras ele tem dificuldades. Se houver necessidade de subsidiar o programa, tem que ser transparente, discutido com a sociedade.

Houve épocas em que a Petrobrás subsidiou o programa, mas não pode ser dessa maneira. A Petrobrás deveria é ajudar o Proálcool. Precisamos investir nisso. Receio que essa tal abertura externa para o petróleo, com o aumento da influência das transnacionais no Brasil, vá ter reflexo desastroso sobre o Proálcool, porque essa gente não quer competição e eles sabem que o Brasil tem condições climáticas e de insolação excepcionais para ser um grande produtor dessas fontes de energia, oriundas da biomassa, e eles não querem que o Brasil tenha independência no setor energético, vital em qualquer economia. Nada temos contra o Proálcool estar em mãos privadas, pois são brasileiras. Temos é que ajudá-los.

Bautista Vidal - O Proálcool foi criado dentro do auditório da Petrobrás com toda a diretoria presente, na Semana de Tecnologia Industrial, sobre álcool combustível.

Maranhão - Você foi o pai do programa. A Petrobrás foi a primeira distribuidora a vender álcool em seus postos. Geisel determinou que todos os carros da Petrobrás fossem movidos a álcool; e a Petrobrás é acusada sistematicamente de ter sabotado o Proálcool. É a verdade sendo restabelecida pelo criador do Proálcool.

Bautista Vidal - O general Araken de Oliveira era presidente da Petrobrás. Se não fosse a Petrobrás, o programa não teria existido. Como seria possível montar uma nova rede de distribuição?

Maranhão - São cinco milhões de toneladas transportadas nos navios da Fronape (frota da Petrobrás), uns 15 mil quilômetros de dutos, intermináveis. O povo não se apercebe, mas são milhões de pontos de consumo e distribuição. É uma logística complexa, e para isso tudo usamos uma infra-estrutura feita para os combustíveis de petróleo, viabilizando quase de forma instantânea essa distribuição de 14, 15 bilhões de litros de álcool por ano.

Bautista Vidal - A *Science*, revista de circulação mundial, publicou pronunciamento do general Araken: "O programa do álcool é importante para o Brasil, a Petrobrás é uma empresa a serviço do Brasil (. . .). É obrigação da Petrobrás resolver os problemas do nosso povo e não comportar-se como empresa mercantil que visa apenas lucro. " Hammond, editor da revista, considerou, em fevereiro de 1976, que aquela iniciativa iria tornar o Brasil potência energética mundial, porque dava um passo à frente, por intermédio de sua maior empresa, abrindo perspectivas para uma alternativa ao petróleo. Fique claro que a Petrobrás foi decisiva na criação do programa.

Maranhão - O David Zylberzstayn foi pressionado pelas distribuidoras para que a Agência Nacional de Petróleo nada tivesse a ver com a compra de álcool pelas distribuidoras. '*Deixa o mercado resolver*'. E você se lembra de que os produtores foram obrigados a entregar o álcool por metade do custo. Foi adicionado à gasolina, vendido ao preço da gasolina, as distribuidoras auferiram lucros astronômicos e não houve nenhum benefício para o consumidor, embora tenha havido prejuízo para o produtor de álcool que atravessava momento difícil. O Proálcool é um programa nacional, a Petrobrás é uma empresa nacional, nós temos que nos unir para defender o que resta de controle nacional sobre a energia. O governo vendeu a Light para a Eletricité de France, estatal francesa, como transferiram a Embraer, nossa empresa estratégica de aviões, para empresas ligadas ao governo francês.

Gilberto Vasconcellos - O Estado brasileiro sai e entra um Estado estrangeiro.

Maranhão - A Embraer, empresa estratégica para a defesa nacional, com tecnologia nacional, foi vendida numa operação obscura para enriquecer ainda mais alguns banqueiros. Os usineiros estão falidos porque, quando quem comprava álcool era a Petrobrás, havia um critério de justiça, de compensação. Quando houve a desregulamentação e as distribuidoras passaram a comprar, elas provocaram uma destruição que levou parte das usinas à beira da falência, algumas faliram. Essa abstração chamada mercado só favorece o poderoso, só favorece os interesses estrangeiros. Grande parte do empresariado privado fechou os olhos para isso e está pagando um preço descomunal. Como está, não vai sobrar nenhum. É necessário que o assunto seja discutido e que o empresariado brasileiro, se quer sobreviver, procure posicionar-se dentro dos seus interesses, que nesse caso são legítimos porque coincidem com os interesses do povo e da nação brasileira. Fala-se na liberdade do mercado, da desregulamentação, que o governo só serve para atrapalhar. No caso do governo atual, isto é verdade.

Alguém já disse "entre o forte e o fraco, a liberdade escraviza e a lei liberta". É hora de união. Em grande parte estamos pagando o preço da cegueira, da ingenuidade, da imprevidência. O discurso dessa gente era: *'Nós não, mercado sim, fora a Petrobrás, fora o Estado nacional'*. E agora estamos pagando as conseqüências dos argumentos dos entreguistas. Na década de 1940 e início de 1950 diziam: *'A indústria do petróleo é sofisticada, exige e requer mobilização de bilhões de dólares; e vocês brasileiros não serão capazes de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários'*. Felizmente não entramos nessa conversa fiada. Fomos às ruas com "O Petróleo é Nosso" e criamos a Petrobrás. E o que aconteceu? Fazíamos papel de bobos.

O Guilherme Estrella, que foi superintendente do Cenpes - Centro de Pesquisas da Petrobrás -, conta numa entrevista: "No início, comprávamos no exterior os projetos de tanques de armazenamento. Esses projetos eram elaborados de acordo com o

API-650, código do American Petroleum Institute. Eram tanques de teto fixo, de armazenamento de produtos e derivados. Vinham os pacotes, os desenhos, e os engenheiros começaram a analisar e chegaram à conclusão que o teto daquele tanque era feito com chapa de aço que tinha determinado peso e, para aquele peso, não era necessário ter perfis de sustentação, colunas tão parrudas, estávamos gastando aço demais. Por que esse perfil? Podiam gastar menos aço. Descobriram que eram calculados para uma carga de neve em cima do tanque. Os projetos vinham sem nenhuma adaptação, sem nenhuma tropicalização. O Bautista sabe que, no início, os cursos no Centro de Treinamento da Petrobrás eram dados em inglês por professores americanos.

Em 1953, quando começamos, tínhamos que comer nas mãos desses caras. Tínhamos que comprar a lama de perfuração. Ela serve para trazer à superfície o material que a broca corta, para analisar. Ela cria também uma coluna de pressão - se a broca atinge uma zona de gás, para que ele não venha abruptamente, causando incêndio. Nós pagávamos uma fábula por aquela lama. Descobrimos que 80% da lama era água, água mesmo. E pagávamos os tubos por ela. Hoje, somos líderes mundiais na exploração de petróleo em águas profundas. Nenhum país está tirando petróleo em lâmina d'água de dois mil metros de profundidade. Nós estamos fazendo isso.

Bautista Vidal - Sou baiano. Vivi a fase de estudante da Escola Politécnica quando a Petrobrás estava começando, na Bahia. E todos nós, esperançosos, sentimos nossa impotência. Como é que nós, tupiniquins, vamos construir uma empresa de petróleo que consiga enfrentar esses gigantes mundiais? Havia a imprensa e a mídia vendidas que diziam que o Brasil não devia se meter nisso. *'É coisa para outras raças'*, diziam, nunca vamos chegar lá. Uma fase heróica. Tive dois colegas, jovens engenheiros, que morreram de acidentes, um em explosão em navio petroleiro e outro de alimentação deteriorada. Não havia nem infra-estrutura para preparar alimentos.

Maranhão - Comia-se feijão no capacete. Tive um colega, o Sapucaia, foi meu chefe, engenheiro antigo.

Bautista Vidal - Raul Matos Sapucaia, meu colega de turma, um filósofo, sério, de origem humilde, meu vizinho.

Maranhão - Ele conta a história daquela época. Era gente pegando malária na Refinaria Duque de Caxias. A Reduc foi construída em cima de um pântano.

Bautista Vidal - Vivemos uma fase extraordinária da nossa história. De certa maneira, fomos responsáveis, no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia, pela criação do grupo de geofísica, que ajudou a descobrir petróleo na plataforma continental. Toda a geofísica era realizada por firmas estrangeiras que não ajudaram a descobrir nada. Afirmavam que não existia petróleo na plataforma. Nós formamos 67 geofísicos e rapidamente os brasileiros deram os primeiros passos para a descoberta da plataforma. E foi uma das grandes descobertas de petróleo do mundo. Essa epopéia precisa ser conhecida. Somos tão capazes quanto japoneses e americanos. Fomos uma geração privilegiada, pois estávamos construindo uma nação de cabeça erguida. Cada um de nós tinha dezenas de oportunidade de trabalho. E optávamos pelo mais difícil, até com riscos de vida, mas sabíamos que levaríamos à construção de uma grande nação.

Maranhão - O que a Petrobrás fez de mais importante não foi formar dezenas de milhares de engenheiros, gerentes, administradores, geólogos, geofísicos; não foi criar a indústria petroquímica; não foi economizar mais de 200 bilhões de dólares para o país; não foi produzir cerca de 6 bilhões de barris de petróleo; não foi descobrir reservas provadas de 17 bilhões de barris. O que a Petrobrás fez, e por isso querem destruí-la ou privatizá-la, o que dá no mesmo, foi mostrar que o povo brasileiro é capaz de construir uma grande empresa, respeitada em toda parte.

Este fato é ainda mais importante quando se considera que a Petrobrás partiu do nada. Recebeu apenas um pequeno acervo do Conselho Nacional do Petróleo. Sabotada, obstaculizada pelo próprio governo, alvo de difamação pela grande

mídia, a Petrobrás se transformou na décima-quarta maior empresa produtora de petróleo do mundo, em 46 anos, quando a indústria de petróleo tem 150 anos de existência.

A Petrobrás é maior do que a Exxon americana, do que a Shell americana. Só é menor que a Shell e a Exxon mundiais. É a demonstração da capacidade, da competência, do patriotismo do homem brasileiro. Uma vitória da sociedade, das universidades brasileiras com as quais a Petrobrás mantém convênios, empresas, centros de pesquisas militares, firmas de engenharia, milhares de empresas que prestam serviços à Petrobrás. É uma vitória desses brasileiros que, na solidão do mar, na selva, em condições difíceis, criaram esta empresa.

Agora que estamos de cabeça baixa, num momento em que procuram nos agredir dizendo que somos o país mais corrupto do mundo, onde tudo acaba em pizza, que querem jogar nossa auto-estima lá embaixo, neste momento a Petrobrás é importante. Ela simboliza que, quando os brasileiros se unem, se organizam em torno de um objetivo, de um ideal nacional, esse objetivo é atingido.

A LONGO PRAZO, "VAI FICAR SÓ O ESQUELETO"

Argemiro Pertence, da Associação de Engenheiros da Petrobrás - Aepet, indigna-se ao falar do "esfacelamento" da estatal brasileira: "O genro de FHC quer vender as refinarias, ramo que dá retorno garantido. Com quê intenções? Não podem ser boas. " Para Pertence, "FHC foi além do que os americanos mandaram". Com a lei 9. 478/97, diz ele, a Petrobrás desaparece a longo prazo, "vai ficar só o esqueleto". Pertence falou a Gilberto Vasconcellos e Bautista Vidal.

Argemiro Pertence - O petróleo existe como insumo na produção de energia há 150 anos; o Brasil esteve aberto por mais de cem anos à exploração estrangeira. Aqueles que hoje querem participar do 'negócio das Índias', para ocupar o espaço

que a Petrobrás ocupa, estiveram envolvidos em negócios e pesquisas desde o início do século 20, na Venezuela, no México, no Golfo Pérsico, no Oriente Médio. Para cá não vieram porque talvez aqui existisse risco maior. Preferiram exportar para nós gasolina, gás, diesel, descobertos lá fora. Nunca se interessaram em vir pesquisar, como fez a Petrobrás. Nos anos 1947-48 surgiu o movimento "O Petróleo é Nosso", de que resultou a criação da Petrobrás. Getúlio Vargas fechou o mercado e a Petrobrás executou o monopólio estatal durante 42 anos. O Brasil tornou-se um país com reservas similares às da Shell.

Gilberto Vasconcellos - Graças à Petrobrás.

Pertence - Por isso as pressões começaram, o cerco fechou e agora querem que tudo seja aberto para as empresas estrangeiras. A Petrobrás investiu, desenvolveu tecnologia, formou quadros técnicos excepcionais. Tudo com capital próprio. Descobriu petróleo com reservas para mais de 30 anos, correndo todos os riscos.

Bautista Vidal - A estratégia seguida por essas corporações é concentrar-se no refino e na distribuição.

Pertence - A maior parte das descobertas de reservas no mundo estão nas mãos de empresas estatais. As reservas das vinte maiores corporações privadas são apenas da ordem de 6%. As reservas das estatais no Golfo Pérsico, as maiores do mundo, excetuando as da antiga União Soviética, chegam a 90% da reserva mundial. O refino e distribuição dominam o mercado. O negócio de risco fica com as estatais. Isso começa a esclarecer por que as hoje as quatro Irmãs agora estão interessadas. Todo o risco já foi corrido pela Petrobrás.

A intenção do ministro das Minas e Energia e do presidente da Agência Nacional de Petróleo é privatizar as refinarias, de acordo com a estratégia de dominação mundial. Elas achavam que no Brasil não existia petróleo. Com as descobertas da

Petrobrás, a posição mudou. Agora eles querem as reservas da Petrobrás, o refino, nosso mercado interno. A Petrobrás tem onze refinarias. Nunca faltou combustível, com todo boicote, toda a crise da Guerra do Golfo. O que elas querem é enquadrar o Brasil no modelo mundial, que concentra o negócio na parte rentável do refino e a da venda.

Gilberto Vasconcellos - Se considerar as reservas descobertas pela Petrobrás, daria para quantos anos de autonomia de petróleo?

Pertence - Mantido o atual consumo, 40 anos. Se você permitir que corporações estrangeiras venham para cá, em parceria com a Petrobrás ou não, e produzir petróleo aqui, como pela nova lei elas podem até exportar, nesse caso nossas reservas podem cair para dez anos ou menos.

Bautista Vidal - Se houver colapso no Oriente Médio, com a facilidade que eles têm de dominar os governos da América Latina, haverá uma demanda excessiva, assim como a necessidade de virem buscar petróleo no Brasil. Neste caso, nossas reservas podem desaparecer em cinco anos.

Pertence - Claro. Os norte-americanos consomem por dia dezoito milhões de barris de petróleo, sem contar Japão e Alemanha.

Bautista Vidal - Já estão franqueando? Isso está na nova lei?

Pertence - Se houver um colapso econômico, o que pode ocorrer, vão acabar com a estabilidade energética que a Petrobrás conseguiu. E o que vai acontecer com nossos filhos e netos? Vão comprar de novo da Shell e da Texaco, como no passado? E a que preço? Na Segunda Guerra Mundial aqui usava-se gasogênio. Faltou combustível, porque eles não entregavam para nós, tinham mercado para suprir lá fora. Faltou combustível no

tempo em que era delas o negócio, mas com a Petrobrás nunca faltou.

Bautista Vidal - Fale sobre o petróleo na Amazônia.

Pertence - A Petrobrás investe há longo tempo na Amazônia, em condições difíceis, pois é um santuário que é necessário preservar. Demorou para achar petróleo, o que veio a ocorrer na região do rio Urucu. A companhia achou uma área de petróleo ultraleve, de alto valor, sem agredir o meio ambiente. A Petrobrás tem produção de petróleo no coração da selva amazônica, ecologicamente muito sensível, e recebeu o certificado ISO-14000, ou seja, trabalha em condições ideais, preservando o ambiente sem interferir na vida das pessoas, na flora e na fauna. É um fato raro, já que do outro lado da fronteira, na Amazônia peruana, a Shell está poluindo. Sem achar óleo, a Shell polui rios que atingem o nosso grande rio. Essa a diferença, uma empresa estatal, com visão social, ambiental; e a privada, com visão apenas de lucro.

Bautista Vidal - Vocês da Aepet fizeram um levantamento internacional. Acidentes vêm ocorrendo há anos. Por que o acidente, ou sabotagem, na Baía de Guanabara recentemente ocasionou um bombardeio da mídia, jogando a opinião pública contra a Petrobrás? *Caros Amigos*, no número de março de 2000, fez excelente reportagem sobre isso.

Pertence - Façamos um preâmbulo importante. A Petrobrás tem uma frota de petroleiros, a Fronape, premiada há pouco tempo como a empresa de transporte de petróleo que menos polui em todo o mundo. Levantamos os 20 maiores vazamentos no mar dos últimos 20 anos. Não se fala, por exemplo, do caso do Exxon-Valdez, que vazou no Alasca, um navio gigantesco, trazia 100 mil toneladas de óleo; e o comandante, segundo jornais, estava bêbado. Encalhou num banco de areia, furou o casco e derramou 40 mil toneladas que atingiram cerca

de mil milhas de costa. Isso é 30 vezes mais do que se derramou na Baía de Guanabara. Fala-se que as aves, os peixes, as pessoas que pescam na baía foram afetadas, tudo bem. Mas o volume de perdas aqui foi insignificante comparado ao Exxon-Valdez. Lá o navio encalhou num berçário dos famosos salmões do Alasca. Os americanos ficaram sem salmão por cerca de cinco anos. Das 24 espécies de animais atingidas, apenas duas se recuperaram do extermínio. Até agora não pagaram a multa de 5,3 bilhões de dólares, isso ocorreu em 1990, e não vão pagar, pois a empresa está financiando a campanha do filho de George Bush, homem ligado à indústria do petróleo.

O vazamento da Petrobrás na Guanabara foi mais ou menos o vigésimo em volume de óleo, relativamente pequeno, tem coisa muito pior com navios da Atlantic, da Comoco; e o recente nas costas da Europa pela companhia francesa Total. No caso da Petrobrás, a companhia se apressou a recompor o estrago, além de pagar adiantado a multa de 51 milhões de reais, sem o governo ter permitido o desconto de 30% por ser pago no prazo.

Bautista Vidal - E o recente acidente na costa da França, da companhia francesa Total, foi de grandes proporções?

Pertence - Muito maior que o daqui. Ninguém pode tentar reduzir o impacto ambiental do vazamento, justificar um mal desse tipo. A grande imprensa, entretanto, aproveitou para fazer um escarcéu desproporcional. No mesmo dia, os jornais noticiavam na primeira página que David Zylberzstajn, presidente da ANP e genro de FHC, estava propondo a venda de refinarias da Petrobrás.

Bautista Vidal - Um fato importante indica o que motivou a repercussão. As causas não foram ainda evidenciadas, mas há aquelas que resultam de um longo período de redução de investimentos e de quadros técnicos especializados, impostos pelo governo. A Petrobrás tem se comportado de modo mais respon-

sável que as grandes corporações internacionais. A imprensa, porém, quer dar a versão de que a privatização da Petrobrás seja solução para que não venham a ocorrer problemas desse tipo no futuro. Você teve essa impressão?

Pertence - A regra é a Petrobrás não causar vazamentos. São as empresas privadas, as maiores, as quatro Irmãs, que fazem isso e o têm feito no mundo inteiro. Tem o caso da Nigéria, típico, emblemático. A Nigéria é um país pobre que exporta muito petróleo, talvez por isso seja muito pobre. Quem estava lá era a Shell, havia 30 anos, em torno do Rio Níger. Os colonizadores viveram em mar de petróleo. A Shell derramou tanto óleo lá que os nigerianos dessa região não conseguem mais criar gado ou plantar milho, e o índice de doenças coronárias é altíssimo, porque a Exxon e a Shell queimavam o gás excedente em plena praça pública, nas vilas, aldeias, em regiões habitadas. Há pessoas que têm doenças crônicas respiratórias. Quando o óleo acabou, a Shell foi embora. Essa é a diferença: a Petrobrás no Rio de Janeiro assumiu a culpa, trabalhou para refazer o meio ambiente, recompor. Hoje não há mais óleo na baía de Guanabara, e ela indenizou pescadores, pagou cestas básicas, limpou as praias, limpou a água, o solo, o fundo do mar, fez o que tinha obrigação de fazer. A Shell largou a Nigéria imunda, vendeu sua preciosa riqueza, tornou seu solo imprestável até para o plantio. Ou seja, a Nigéria ficou muito mais pobre do que era.

Gilberto Vasconcellos - Podemos concluir que, se as grandes corporações vierem, teremos problemas ambientais no futuro?

Pertence - A história do petróleo no mundo é uma história de poluição, agressões ao meio ambiente, por parte de grandes corporações privadas. Portanto, é plausível que o fato de se abrir agora no Brasil o setor para elas vai trazer um aumento do risco de agressões à natureza. Às vezes fazem isso até mesmo nos países que são sedes de suas matrizes.

Bautista Vidal - É o caso da França.

Pertence - Mas o usual é poluir, como no caso da Nigéria, Angola, Golfo Pérsico, sudeste da Ásia. A idéia é poluir lá; e ir para a terra deles só o lucro.

Bautista Vidal - Há informações de que a campanha da mídia resultou em boicote aos postos de gasolina vinculados à BR.

Pertence - Chegou aqui uma mensagem pela internet, pedindo para que as pessoas boicotassem os postos da BR. Eles não são da Petrobrás, são de empresários brasileiros privados, chefes de família, pessoas que trabalham vendendo gasolina. Se boicotarem os postos, não vão fazer mal nenhum à Petrobrás, mas ao dono do posto. Se uma pessoa optar por comprar gasolina em posto da Shell ou da Esso, essa gasolina é também da Petrobrás. A Esso e a Shell não produzem gasolina no Brasil.

Bautista Vidal - Mas não deixa de refletir contra a Petrobrás.

Pertence - A mídia deturpa a informação e leva a esse tipo de campanha.

Bautista Vidal - Façamos uma avaliação do peso da Petrobrás em relação às grandes corporações privadas. A posição delas quanto a reservas, produção, refino e o que está acontecendo, tendo em vista o processo de concentração que o neoliberalismo impõe.

Pertence - A Petrobrás tem posição confortável no contexto mundial da indústria do petróleo, que devia nos orgulhar, já que o petróleo é um mercado de gigantes. A Petrobrás ocupa a décima-quarta posição em faturamento, ainda que haja no conjunto gigantes estatais como na Arábia Saudita, no Irã, no Iraque, no México, na Venezuela. A Petrobrás está nesse miolo.

No caso do refino, tem o décimo pátio do mundo; em termos de reserva, tem 1,7% do total mundial, lembrando que 80% estão no Oriente Médio. A Petrobrás tem reservas que se equiparam às da Shell, empresa que tem 100 anos. Ela só tem petróleo e só opera no Brasil, além de pouquinhos negócios fora, por meio da Braspetro: na Colômbia, na África, em Angola. O grosso que ela faz é no Brasil, ao passo que essas corporações, esses mamutes privados fazem negócio no mundo inteiro. Ainda assim a Petrobrás se ombreia com elas em termos de resultados, de investimentos, de produção, de reservas.

As corporações privadas têm sofrido mudanças de posição em função de fusões. É modismo global as grandes corporações se fundirem para criar uma maior. Há pouco tempo, a Exxon fundiu-se com a Mobiloil. A tendência é haver incorporações para reduzir custos e riscos, dominar mercados. A lógica hoje são essas fusões na área do petróleo, automóveis, indústrias químicas, farmacêuticas, enquanto no Brasil o genro do FHC propõe que a Petrobrás seja fatiada em pedaços para ser, diz ele, mais competitiva. Não dá para levá-lo a sério.

Bautista Vidal - A Petrobrás sofreu nos últimos anos um esfacelamento ao perder seus ramos petroquímico, de fertilizantes, de borracha e vários outros, quando no mundo o que se vê é exatamente a integração desses setores.

Pertence - A exploração sempre foi negócio arriscado. O que se faz é diluir os riscos em termos de investimento e retorno. Essa é a parte complicada do negócio. Por isso, tem a parte de refino que produz derivados, combustíveis, lubrificantes, que dá dinheiro, dá lucro; e tem a petroquímica, a química, fertilizantes também. Estes outros setores diluem o risco do negócio. O lance é não colocar todos os ovos na mesma cesta, distribuir investimentos em vários negócios diferentes para poder um compensar o outro. A Petrobrás foi amputada dos setores de alta rentabilidade, ficou sem a parte lucrativa.

Bautista Vidal - Ficou só com a parte onerosa, de alto risco.

Pertence - Agora vem o genro de FHC e quer vender as refinarias, ramo que dá retorno garantido, pois vende para um mercado cativo. Todo o mundo consome derivados. E ele quer vender isso, com quê intenções? Não podem ser boas.

Bautista Vidal - É realmente um contra-senso. Chegam a chamar isso de operação *O Velho e o Mar*, lembrando a história do escritor Ernest Hemingway, em que só o esqueleto do peixe chega à praia, pois os tubarões comeram a carne ao ser arrastado pelo pescador. Não privatiza, mas esfacela.

Pertence - Essa é uma história do começo da década de 1990. Assim que tomou posse, Collor recebeu um documento americano propondo que o governo levasse avante um programa de privatização, seguindo o tal Consenso de Washington, em que o Estado brasileiro devia retirar-se da produção e dedicar-se apenas ao social. Propunham ao governo vender os setores elétrico, telefônico, siderúrgico, o que ele já fez.

Como a venda da Petrobrás tinha impedimento constitucional, o governo preferiu comer pelas beiradas, privatizando a petroquímica, fertilizantes e outros ramos mais, e até na distribuição, propondo vender a BR Distribuidora. Houve o intervalo do Itamar Franco, e retomou com mais força em 1995, com o FHC. Ele, de cara, mandou ao Congresso seis emendas à Constituição, uma das quais acabando com o monopólio da União que a Petrobrás executava. FHC foi além do que os americanos mandaram. FHC foi nas beiradas e no coração, acabou com o monopólio, agora a empresa está pronta para ser vendida, esfacelada. Fernando Henrique, para conseguir a ruptura do monopólio estatal, mandou carta ao Congresso em que se comprometia não vender a Petrobrás, não privatizá-la, mas ele muda de idéia muito rapidamente. Será que mudou ou foi apenas jogo de cena? A companhia está sendo fatiada, despedaçada para poder atender ao comando externo. A União detém na Petrobrás

um lote de ações que excede o controle mínimo do capital - o controle mínimo seria metade das ações mais uma. E a União tem 83% das ações. Vão vender esse excedente; o controle estatal vai ficar por uma ação apenas.

Gilberto Vasconcellos - Vão vender para pagar juros aos especuladores do sistema financeiro.

Bautista Vidal - A Petrobrás foi fundamental na criação de um mercado interno de bens de capital. Estimulou a criação de empregos e de empresas de capital nacional com mercado garantido. Tinha por norma capacitar tecnologicamente empresas de capital nacional, para que pudessem fornecer produtos de qualidade. Investiu em 46 anos mais que todas as empresas estrangeiras juntas em 100 anos. No momento em que for privatizada, internacionalizada, quais serão os efeitos sobre essa estrutura de capital nacional? Desaparecem.

Pertence - Isso já é notado. Desemprego, desativação do parque industrial. A Petrobrás, nos anos 1980, chegou a comprar no Brasil, investir, em média por ano, 3 bilhões de dólares. Comprava 93% no Brasil, ou seja, dinheiro nosso, aplicado aqui para dinamizar o mercado interno, gerando emprego, investimentos, desenvolvendo tecnologia que repassava a empresas nacionais. Há um parque hoje desativado que a Petrobrás ajudou a criar, de alta tecnologia, que permitiu à companhia ser líder mundial no setor.

O oposto da história seria a companhia privatizada, significaria o contrário de tudo isso que foi feito.

A Petrobrás teve que passar a importar bens de fora, porque a regra é competir. A Petrobrás pagou preços nominais mais caros para ter a indústria no Brasil. Foi indutora direta do desenvolvimento. Havia a política de desenvolver indústrias no Brasil. Por isso pagou mais caro em algumas ocasiões para poder ter esses bens fabricados aqui. Hoje, não. Hoje a ordem do governo é comprar mais barato, então isso torna-se para nós mui-

to mais caro; porque o que era feito aqui vem tudo de fora, equipamentos, mão-de-obra, a tecnologia que era desenvolvida aqui, hoje vem lá de fora. O Brasil perdeu duplamente, perdeu tecnologia, que mantinha o parque industrial competitivo. Perde dinheiro, divisas. E ganha desemprego. Hoje, o Brasil tem desemprego recorde, graças a esse modelo suicida implantado.

Bautista Vidal - A ausência da Petrobrás dificulta a manutenção do parque industrial privado de capital nacional, não?

Pertence - É evidente. As empresas de capital nacional, com a mudança da política econômica, perderam mercado aqui, porque precisavam competir com a escala lá de fora, que é muito maior. Assim, ela foi se esvaziando e hoje as empresas brasileiras que produziam para a Petrobrás nas décadas de 1970/80, foram compradas por empresas estrangeiras. Hoje ela pode estar aqui ainda, mas o capital é estrangeiro, então o lucro, o dividendo, o *royalty* vai lá para fora em vez de ficar aqui. No tempo da Petrobrás ficava tudo aqui dentro. Hoje o parque industrial é transnacional, não beneficia a nação brasileira.

Bautista Vidal - Quais modificações legais levaram a essa situação?

Gilberto Vasconcellos - A superestrutura jurídica do país favorece e garante o desaparecimento da Petrobrás. Então, quem é a favor do desaparecimento da Petrobrás é a favor do desaparecimento do Estado, o que significa o esfacelamento da Nação. Nesse caso, quem é a favor da permanência da Petrobrás está assumindo atitude subversiva, contra o quadro jurídico que se montou contra o Brasil. O que você acha?

Pertence - A lei (nº 9. 478/97) prevê claramente o fim da Petrobrás. A lei permite que a Petrobrás, leia-se "o governo", crie, em qualquer dos seus negócios, uma subsidiária para explorar qualquer filão. Mas a lei também permite que possa

admitir, nesse negócio que ela dividiu, um parceiro privado, na condição de majoritário ou minoritário. Permite a criação de uma nova empresa, resultado da cisão. Ou seja, a lei permite que a Petrobrás seja fatiada em pedaços, ao sabor do governo de plantão, e admitindo nesses pedaços parceiros privados estrangeiros, que podem ser os donos do pedaço a médio prazo. Uma hipótese sombria é que a companhia teria 15 ou 20 pedaços, com parceiros privados; dos quais, os que forem mais rentáveis teriam esses parceiros privados no controle do negócio. Assim a Petrobrás desaparece a longo prazo, vai ficar só o esqueleto. Esse é o horizonte, está na lei. Então, se diz: combater essa lei é ser subversivo. Inacreditável!

Gilberto Vasconcellos - Ora, se a lei é injusta e ilegítima, você tem que subverter essa lei, porque é contra a coletividade e a Nação.

Bautista Vidal - Havia um projeto nacional de construção de uma sociedade organizada, que tinha como espinha dorsal a Petrobrás e demais empresas estratégicas de economia mista, por uma razão simples: a energia é que movimenta o mundo. Uma empresa como a Petrobrás, de um país com a potencialidade do Brasil, portanto, é peça crucial. Essa legislação aprovada pelo Congresso pode provocar a destruição do país.

Pertence - Um governo sério não pode pensar em governar o Brasil desse modo. É impossível sobreviver com a atual estrutura legal, há que se fazer modificações profundas. Há a necessidade de convocar uma Constituinte para procurar preservar o que ainda resta, interromper o processo destrutivo.

Gilberto Vasconcellos - Temos que chamar ao tribunal ético da História os juristas. Porque os juristas têm a responsabilidade de reverter esse aparato que leva o Brasil ao suicídio.

Pertence - Quando Ulysses Guimarães levantou a Carta Magna, na semana seguinte vieram as vozes do liberalismo que

estavam ainda engatinhando. E disseram: com essa Constituição, o país é ingovernável. Em 10 anos mudaram a Constituição. É hoje um arremedo. Um grupo de brasileiros que pretenda que esse país volte a ser sério tem pela frente enorme tarefa de resgate do que é nosso.

Bautista Vidal - Há outros aspectos da lei que atingem o futuro, destruindo o passado. Enquanto não se tem solução alternativa para a substituição do petróleo, é pôr em risco nossa sobrevivência, como essa atitude de internacionalizar nossas reservas e autorizar a exportação. Podemos ficar num mar de amarguras em poucos anos, porque não vamos ter meios energéticos para movimentar nossa economia. Pensam que podem movimentá-la com cuspe?

Pertence - Em qualquer lugar existe uma maneira de gerenciar os negócios, para o bem de seu povo. Você tem lá um campo de petróleo. A regra é que você recupere o que está no fundo do mar, no subsolo, com eficiência; e só recupera a metade do óleo, o resto não se tira porque é caro. Com boa engenharia você tira o máximo. Ou seja, alonga o tempo de vida da jazida. Isso não combina com o capitalismo de hoje. O negócio é investir hoje para tirar amanhã. Chama-se produção predatória: você recupera o máximo no menor tempo possível e estraga o poço, depreda a jazida, ou seja, tira menos petróleo do que poderia tirar, mas tira rápido, ganha dinheiro em curto prazo. A que custo?

A Petrobrás tinha a preocupação até aqui de fazer esse processo de maneira cautelosa, recuperando o máximo do seu negócio com tempo, num horizonte mais longo, e produzir sem depredar. A lei permite a qualquer empresa que venha aqui e ganhe uma licitação, um leilão como teve há pouco tempo, tome conta de uma região, de um bloco onde tem óleo descoberto pela Petrobrás, retire o óleo ao seu bel-prazer, e faça com ele o que quiser, venda para nós aqui ou exporte. É fácil perceber que nessa hipótese a preocupação em produzir de maneira cau-

telosa, com engenharia conseqüente e competente, não vai ser a regra nesse "novo" Brasil.

Bautista Vidal - Quando a Petrobrás estava se formando, Eletrobras, Embratel, Embraer, esse conjunto de empresas de economia mista, as universidades tiveram de aumentar os quadros técnicos e, depois, essas pessoas foram para pós-graduação: formou-se um exército de pessoas competentes, que corresponde, do ponto de vista social e político, a uma classe média nova que não havia no Brasil, pessoas de competência internacional. O que vai acontecer com o desmoronamento e a destruição de toda essa fonte de trabalho de alta qualificação?

Pertence - Há segmentos sociais, no topo da pirâmide, preocupados. A base da pirâmide é grande, classe pobre; também estaria nesse processo por outros motivos. Você enumerou anteriormente a massa pensante, preocupada com a sociedade, a tal da classe média. Essa classe média foi mantida, suprida pelas empresas estratégicas e suas demandas.

Bautista Vidal - Pelas empresas de economias mistas.

Pertence - Sim, de controle estatal.

Bautista Vidal - Chamam de estatais, mas são de economia mista.

Pertence - A Petrobrás é uma delas. O pessoal foi recrutado das universidades e escolas técnicas que tiveram a demanda aumentada nesses últimos 40 anos. Basta ver o volume de investimentos feitos por essas empresas na capacitação de seu pessoal. É um gigantesco grupo de pessoas preparadas durante longo período para que crescessem profissionalmente, intelectualmente: treinamento, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado e outros investimentos dedicados a esse grupo de pessoas que pensa o país.

Com a globalização e a entrega das empresas que produziam essa massa de pessoas pensantes, a inteligência brasileira foi entregue ao capital estrangeiro, que prefere trazer seu próprio pessoal. Essa classe pensante está desaparecendo. A globalização transfere o centro do pensamento para as matrizes das corporações que passam a controlar o país. O que irá acontecer com a sociedade brasileira nessa situação? Cria-se um hiato, aumenta-se o abismo entre ricos e pobres. A minoria aquinhoada alia-se ao capital estrangeiro, mas a maioria vai sobrar, vai pular da condição de proletário e vai virar massa de manobra, como já é a maioria hoje. Do ponto de vista social, econômico, sociológico, o país vai sofrer um baita prejuízo pelo desaparecimento da inteligência que produz riqueza.

Bautista Vidal - Cite alguns números de referência.

Pertence - O número atual é irrisório, mas tenho o número dos anos 1980, do tempo em que a companhia investiu pesadamente na exploração de petróleo na Bacia de Campos. A Petrobrás tinha cerca de seis mil fabricantes nacionais de bens e serviços. Empresas pequenas, médias e grandes. Significava cerca de três milhões de postos de trabalho gerados pela Petrobrás, fora da empresa.

Bautista Vidal - Na empresa, quantas pessoas?

Pertence - A Petrobrás chegou a ter 90 mil empregados. Hoje, são só 36 mil.

Gilberto Vasconcellos - Inacreditável.

Pertence - Havia na companhia uma proposta de Arthur Giltle de chegar ao final do ano 2005 com 17 mil empregados. Essa situação foi revertida após o acidente com a Plataforma P-36 e as conclusões da Comissão que aprofundou as causas desse

acidente. Ficou claro que a redução de funcionários da empresa devidamente capacitados para evitar esses acidentes estava pondo em risco a segurança na empresa. Mas não é demissão como se faz no ABC paulista. É o incentivo à aposentadoria, ao pedido de demissão. A companhia paga para o cara ir embora, dá um dinheiro para montar uma padaria, um restaurante.

Bautista Vidal - E a riqueza para movimentar a economia virá de onde? Do dinheiro falso, de especuladores internacionais e de seus agentes no governo do país?

Pertence - O pessoal que sai é substituído por pessoal terceirizado, despreparado, com condições de trabalho precárias, temporário.

Bautista Vidal - Mas acontece que as empresas de capital nacional, que produziam para a Petrobrás, com a liberalização internacional praticamente desapareceram. Isto está interferindo na redução dos postos de trabalho e provocando redução drástica na estrutura da classe média nacional. É uma nova divisão internacional do trabalho, contra nós.

Pertence - Já que passamos a comprar lá fora bens e serviços, transfere-se renda daqui para o exterior. O que era gerado no Brasil passou a ser usufruído por franceses, alemães, americanos, japoneses, empobrecendo drasticamente nossa população e reduzindo a renda nacional a limites inacreditáveis, de devastadora penúria.

Bautista Vidal - O Brasil tinha, como sua única *trade* de porte, que cuidava de vendas no exterior, a Interbrás, subsidiária da Petrobrás - maior compradora individual de petróleo do mundo. Era um braço da Petrobrás no exterior. Servia até para vender produtos brasileiros como calçados, aço, serviços de engenharia etc. Foi fechada no governo Collor, embora altamente lucrativa. As *trades* que atuam,

praticamente, em todas as operações do mercado externo brasileiro, são estrangeiras. O Brasil não tem mais instrumento de ação próprio nem conhecimento do mercado internacional. Como você vê isso?

Pertence - A Interbrás surgiu num momento em que o Brasil importava muito óleo dos árabes, do Golfo Pérsico. Foi montada para viabilizar trocas: importava-se petróleo e gastava-se muita divisa. Isso foi logo após a crise do Golfo e do choque do petróleo. A Interbrás tinha a função de trocar petróleo por bens feitos aqui. Vinha petróleo do Iraque, do Irã, da Arábia, e ia para lá frango congelado, calçados, automóveis, têxteis, eletrodomésticos. Isso contribuía para equilibrar o balanço de pagamentos com esses países. Hoje é altamente deficitário.

A Interbrás equilibrava nossas contas externas. Tinha por função importar e exportar, assim passou a incomodar, pois havia poucas *trades* - a maior era a Cotia Trade. E quando o governo Collor assumiu em 1990, parece que a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso, tinha ligações com a Cotia Trade. Então, houve um decreto fechando a Interbrás. Fechou em meia hora. No dia seguinte à posse, Collor decretou o fim da Interbrás. Deu ensejo ao surgimento de *insights*. As pessoas que conheciam os negócios da Interbrás se aposentaram e foram fazer essa mediação. A Interbrás não era só braço da Petrobrás, era forte braço do Brasil no comércio internacional, por ser a maior compradora de petróleo no mundo.

"DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO É PILAR FUNDAMENTAL DA AUTO-ESTIMA NACIONAL"

"O negócio hoje é o mercado, não é mais o desenvolvimento nacional, já que não há projeto nacional de desenvolvimento", diz Guilherme Estrella. Formado em geologia em 1964, entrou na Petrobrás por concurso. Na Bahia, acompanhou a exploração na plataforma

continental. Logo no terceiro poço, a empresa descobriu o campo de Guaricema. Trabalhou no Iraque, onde a Braspetro localizou o gigantesco campo de Manjoon, último daquelas dimensões descoberto no planeta. No Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Melo - Cenpes, foi chefe de setor, de divisão, superintendência adjunta e superintendente-geral. Pediu demissão porque a diretoria deixou de promover engenheiro que se opôs ao desmonte da Petrobrás, a partir do governo Collor. Para Estrella, quando a gente resolve nossos problemas por nossa iniciativa, se sente bem: "O desenvolvimento tecnológico é pilar fundamental da auto-estima nacional."

Bautista Vidal - Podemos começar falando sobre tecnologia.

Estrella - Tecnologia é a reunião de conhecimentos práticos, científicos e teóricos, para que se produzam produtos e serviços que atendem às necessidades da sociedade. O Cenpes (Centro de Pesquisas da Petrobrás) restringiu-se à parte tecnológica da empresa, no início com um grande laboratório de serviço, análises e testes, atividades de laboratório na parte química, porque começou-se a pesquisa pelo refino.

Foi assim que o Cenpes começou há 30 anos. Um grande projeto dentro do programa de centros de pesquisas e desenvolvimento tecnológico das grandes estatais brasileiras no campus da UFRJ. Na ilha do Fundão começou logo uma forte integração com a Escola de Química, por meio dos cursos de pós-graduação de engenharia. Na década de 1970, a parte de desenvolvimento tecnológico da exploração e da produção de petróleo foi para o Cenpes. Depois, completou-se o ciclo de pesquisa industrial em refino, exploração e produção. Faltava a terceira perna desse tripé tecnológico que era a Engenharia Básica, acrescentada em 1979.

Bautista Vidal - Período Geisel ainda?

Estrella - Ainda. Conseguimos montar o grupo de Engenharia Básica de exploração e de produção, porque já havia atividades de engenharia básica na área de refino. Houve então a constituição formal da engenharia completa do ciclo petróleo: exploração, produção, refino e petroquímica. Isto foi importante porque consolidou o modelo de desenvolvimento tecnológico. Modelo empresarial em que os problemas eram gerados pela parte operacional nos campos de petróleo, nas áreas de produção e nas áreas de refino e petroquímica. Os problemas eram trazidos ao Cenpes, que realiza a pesquisa na área de laboratório; e depois o pessoal da engenharia elaborava os projetos básicos, ou seja, fechou-se o ciclo tecnológico em resposta à demanda industrial. E começaram a surgir efeitos práticos muito importantes para a empresa. Isso começou a quebrar as resistências internas naquilo que o senhor falava sobre o grande obstáculo ao desenvolvimento nacional: "Tecnologia a gente compra fora."

Quando as áreas operacionais da companhia recebiam o projeto, ele atendia muito mais e melhor às necessidades e condições disponíveis do que um projeto comprado fora. Este, quando chegava, era uma complicação para ser posto em funcionamento, mesmo depois de feitas as adaptações com a realidade brasileira.

Bautista Vidal - Esses pacotes eram desenvolvidos para condições e interesses diferentes dos nossos?

Estrella - Não levando em conta nossas matérias-primas, necessidades e condições ambientais. Comprávamos as primeiras plataformas com projetos usados no Mar do Norte. Pacotes fechados, com enormes custos, inadaptados às circunstâncias da Bacia de Campos. As primeiras plataformas foram montadas assim, não é? Quando o Cenpes começou a apresentar à área operacional projetos que se encaixavam com a nossa realidade e interesses, com a maior perfeição em relação às necessidades, esse ciclo virtuoso teve logo melhor aceitação do que a tecnologia gerada fora.

Bautista Vidal - Primeiro faz, depois a mente muda.

Estrella - Exatamente. O operador quer a coisa ali e na hora. Quando se tem um projeto na prateleira que ele pode tirar pagando não sei quanto, ele quer daqui a um ano, dois, estar produzindo, tirando resultados. Não se pode dizer que isso não seja racional e empresarial, não é? Essa postura da área operacional também é importante. Há sempre a ameaça da área operacional querer comprar projetos fora. Isso se transforma em desafio interno para a área tecnológica. Foi sempre assim.

Também era necessário que o Cenpes se preparasse para que, a tempo e na hora, com competência, estivesse pronto para atender à operação. Nós operávamos sempre sob pressão, não é? Isso é saudável. Nosso pessoal, engenheiros, geólogos e técnicos, tinha a permanente necessidade de atualização. É um grupo que tem que estar inteiramente atualizado com o que há de mais moderno no mundo, sempre em total interação com a operação. Todos têm que estar sabendo, no dia-a-dia, das dificuldades e o que o técnico da operação está precisando. Foi importante o sistema de gestão compartilhada que a empresa implantou conosco. O Cenpes tinha e tem até hoje independência administrativa e financeira, tem seu próprio orçamento. Na parte, porém, de aprovação da Carteira de Projetos, o Cenpes não é independente. Ela é fruto dessa gestão compartilhada com os órgãos operacionais visando ao estabelecimento de prioridades de projetos e dos programas de formação, graduação, pós-graduação e especializações no Brasil e no exterior.

Bautista Vidal - O Cenpes caminhou com extremo pragmatismo.

Estrella - O Cenpes não gera conhecimentos, mas soluções. Gera informações tiradas no laboratório e soluções para os problemas da empresa. O conhecimento vem da Universidade.

Bautista Vidal - Mas podem ser conhecimentos inconseqüentes para o país porque não chegam a soluções dos nossos problemas. Às vezes se ocupam com coisas que nada têm a ver conosco, mas com grupos externos.

Estrella - O senhor sabe melhor do que eu do impacto da sua atuação não só sobre a operação produtiva mas sobre a Universidade. Quando começamos a pedir da Universidade o conhecimento básico, ela também se ajustava às necessidades e realidade do país. Isso foi importantíssimo. Abrimos assim uma cooperação com as universidades de todo o Brasil. Mas começamos também a buscar em universidades do exterior. Quando a brasileira identificava uma área de conhecimentos em que não tinha o especialista ou o nível técnico-científico necessário, fazíamos um convênio com universidade estrangeira, mas não para vir o resultado só para o Cenpes, mas também para uma universidade local que se beneficiava desse modelo de gestão. O desenvolvimento tecnológico é um dos pilares fundamentais da auto-estima nacional quando a gente resolve nossos problemas por nossa iniciativa.

Bautista Vidal - Isso mostra que não somos 'raça inferior', como a mídia quer nos convencer.

Estrella - Não somos um país qualquer, somos um país enorme, com imensas possibilidades, com um povo magnífico, gente que veio de todas as partes do mundo. A tecnologia desenvolvida por nós cria entusiasmo. Havia uns 1. 660 empregados, pesquisadores, técnicos graduados, pessoal com doutorado, pós-doutorado, aquela coisa toda, mas era o entusiasmo de ver os problemas serem resolvidos o que nos dava mais orgulho.

Bautista Vidal - Curioso, esse era o número de especialistas que tínhamos no programa do álcool.

Estrella - Da própria empresa! Foi com o planejamento estratégico que o desenvolvimento tecnológico da companhia ga-

nhou forma final, sua consistência concreta, porque esse planejamento começou a pensar a empresa 20, 50 anos na frente. Investir desde o conhecimento, levantamento de dados, consecução de projetos de engenharia. Projetos estratégicos prioritários de médio e longo prazo aos quais a empresa destinava orçamentos largos.

Quando a área operacional dizia que nós teríamos que produzir petróleo a dois mil metros de profundidade de água, havia um posicionamento novo, a visão de um novo Brasil. Então, só dispúnhamos de tecnologia até 800 metros.

Bautista Vidal - Era o que as corporações dispunham.

Estrella - Claro! Criou-se então um projeto para atender a exploração em dois mil metros de profundidades marítimas. Com a mesma roupagem, fizeram-se projetos estratégicos na área de refino, pois havia a perspectiva de descoberta de óleos mais pesados. Era preciso que nossas refinarias estivessem preparadas para daqui a cinco, dez anos, para processar esse tipo de óleo. O planejamento estratégico completou este modelo e isso, hoje, não existe mais. O negócio hoje é o mercado, não é mais o desenvolvimento nacional, já que não há projeto nacional de desenvolvimento.

Bautista Vidal - Estamos à deriva.

Estrella - Volto a insistir que o Centro Tecnológico é um grande negócio e o resultado é a auto-estima, a internalização de cada um de nós, ao evidenciarmos do que somos capazes. Isso não tem preço.

Bautista Vidal - Esse governo quer provar que somos incompetentes. A tecnologia própria é a antítese do processo colonial que nos domina.

Estrella - Dizem que precisamos de dinheiro externo para investimentos, mas estamos pagando mais de 90 bilhões de dó-

lares, só de juros em 1999. Que dinheiro para investimentos?, se é tudo especulativo ou para comprar, na bacia das almas, nossas empresas estratégicas e se apoderarem, de graça, de nossos gigantescos patrimônios naturais essenciais? A área tecnológica, não me canso de repetir, tem como grande benefício a construção de uma auto-estima. Quando essa roda começa a rodar, até nosso relacionamento com grandes centros no exterior começa a ser diferente. Eles começam a nos respeitar. Ao mesmo tempo, quando a gente não conhece tecnologia e não sabe as informações importantes e estratégicas, ficamos vulneráveis.

Bautista Vidal - Não sabe nem comprar.

Estrella - Muitas vezes liberávamos informações que a gente não sabia se era estratégica ou corriqueira. Com o esforço tecnológico, a gente começou a ter mais clara a questão do nosso dia-a-dia. Saber distinguir entre um dado de informação estratégica e um dado corriqueiro, que podia ser liberado. Começou a haver dentro da companhia, inserido nesse processo de desenvolvimento tecnológico, um questionamento acerca do que poderia ser publicado e do que não poderia ser.

Bautista Vidal - Fechar as informações confidenciais é a essência do poder de competição. Empresa que não domina a tecnologia não tem condição de competir.

Estrella - Não só não compete, como fornece dados graciosamente para o competidor. Isso também é resultado importantíssimo do desenvolvimento tecnológico. Começamos a nos questionar. Criou-se uma cultura crítica. Para a gente publicar, era necessário que um grupo de especialistas desse um parecer.

Primeiro: por que dar informações aos competidores? Segundo: as informações eram importantes na competitividade da Braspetro. Por exemplo, poderia levar e vender, a comercializar no exterior essa tecnologia que a gente tinha desenvolvi-

do. No final das contas é um universo de coisas positivas e essenciais.

Bautista Vidal - Para a empresa e o país.

Estrella - Aí entra a soberania e a respeitabilidade internacional. A auto-estima, começando a galgar patamares de maturidade.

Bautista Vidal - De uma nação que sabe o que quer.

Estrella - Ninguém é contra a globalização entre iguais, nós temos que nos inserir soberanamente.

Bautista Vidal - Sou contra essa globalização, porque está nos levando à destruição. É impossível ter soberania sem tecnologia própria que significa a valorização dos fatores de prevenção nacionais.

Estrella - Somos completamente contrários. Existem poucos países no mundo como o Brasil. O nosso pode ser o país mais importante no mundo.

Bautista Vidal - É o patrimônio natural estratégico: água doce, sol, terra cultivável em grandes extensões, como ninguém tem. E uma raça cósmica, com dizia Andrada Serpa, no contexto planetário. É um povo que não tem grandes conflitos do ponto de vista religioso, étnico, cultural, que fala uma só língua. Estamos 500 anos na frente como povo miscigenado.

Estrella - A questão importante no contexto do desenvolvimento tecnológico é a formação de um pensamento genuíno sobre nossa realidade. Passamos a conhecer o nosso país. Não é nenhum *brasilianista* que vem aqui dizer o que somos. É obrigação primordial de uma sociedade, de um povo, gerar co-

nhecimentos sobre suas essências e realidades. Estamos retrocedendo em todos os campos. No campo social trabalhista, vamos proclamar a escravatura, como disse o Sérgio Porto na música. A geração de conhecimentos sobre nossos problemas e características está sendo massacrada. Uma empresa, patrimônio inalienável, está sendo despedaçada. Por meio dessa empresa, uma sociedade começa a conhecer seu subsolo. É uma coisa que é só nossa, diferente do dinheiro fictício que nos domina. Estamos importando modelos e doutrinas. Absurdo, intolerável. Quando me dirijo à Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj, o gerente é espanhol, mal fala o português.

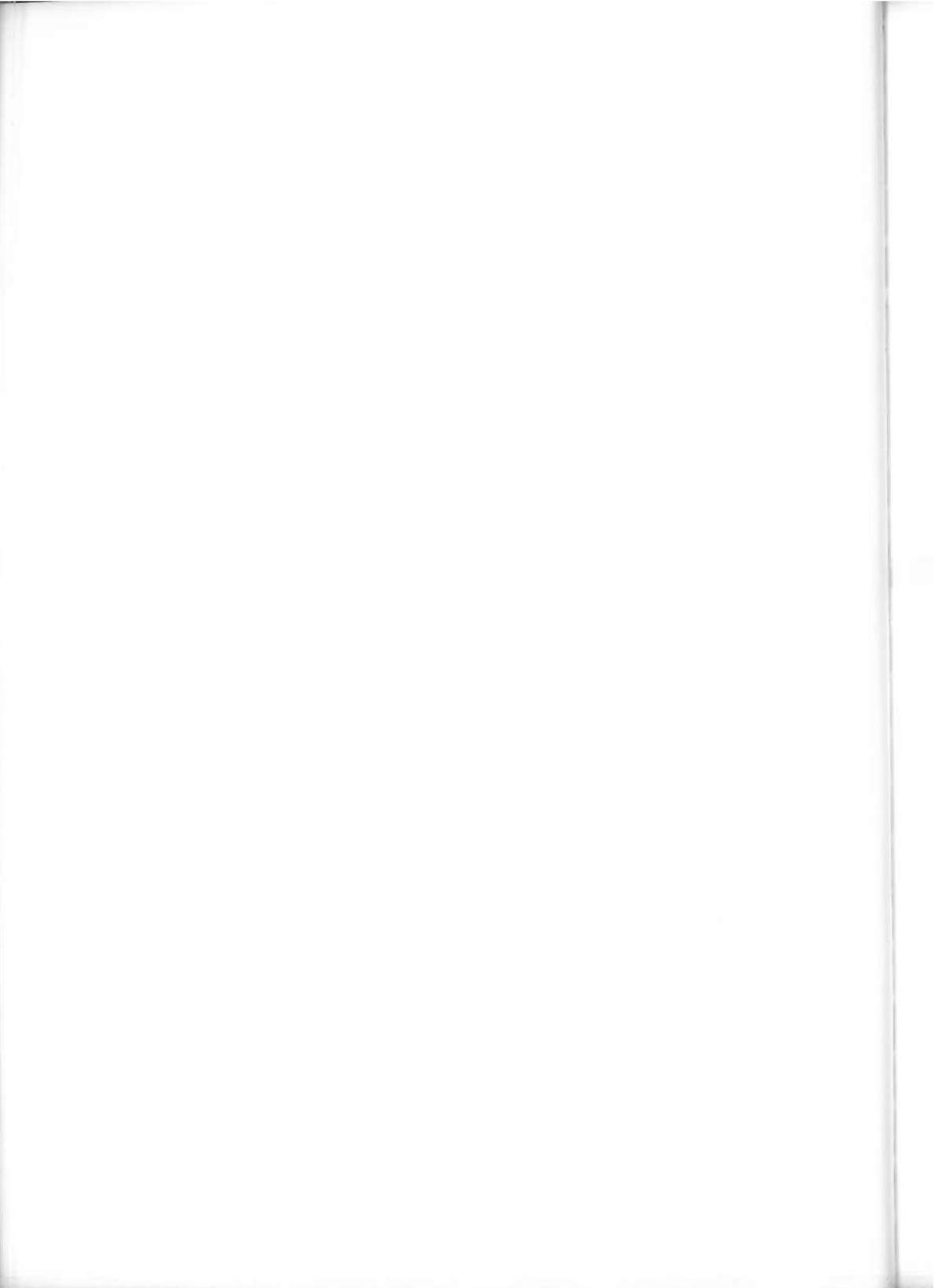
Bautista Vidal - Não é um espanhol radicado no Brasil. Ele está vinculado a interesses internacionais que não são os nossos.

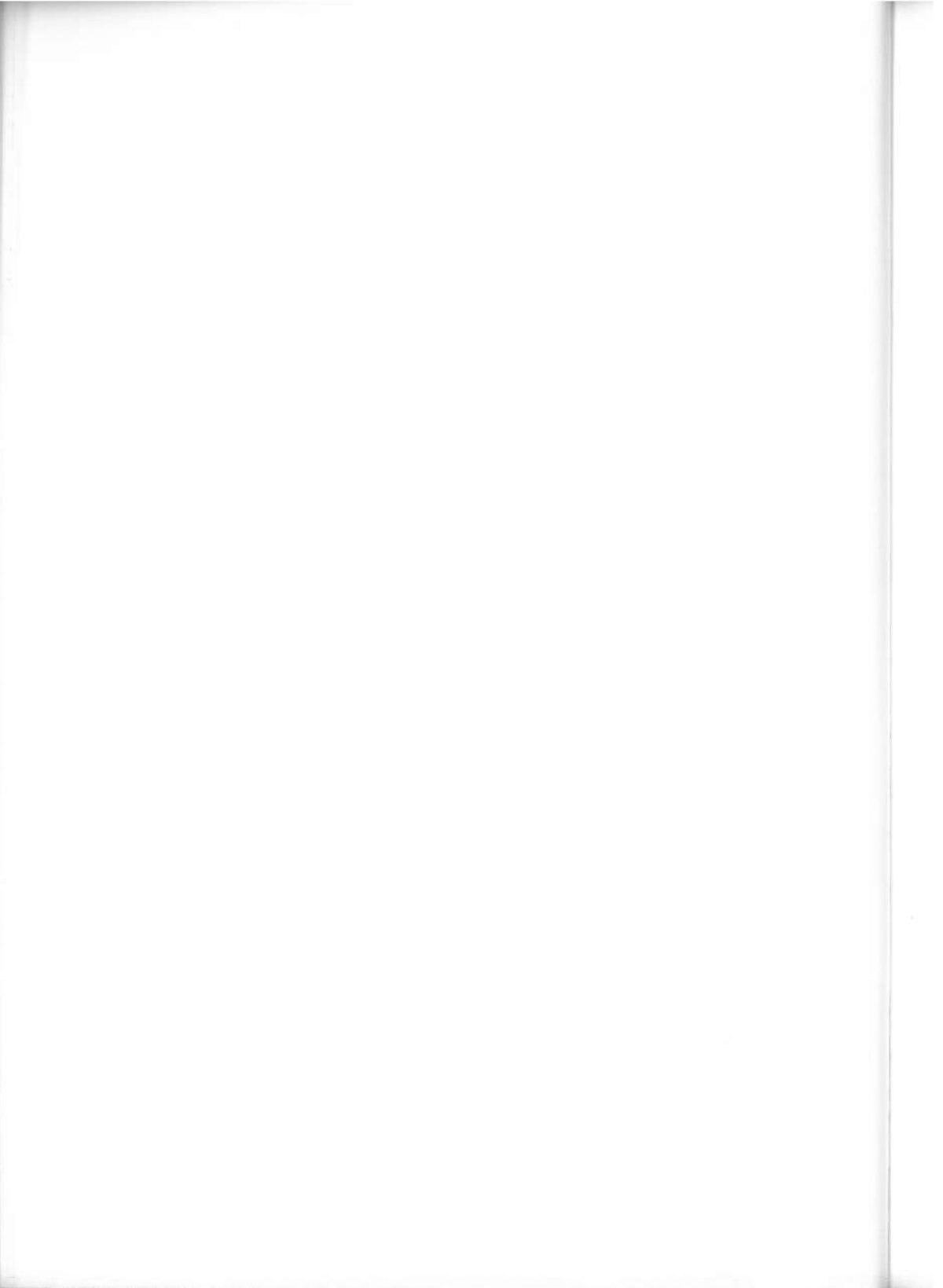
Estrella - Os gerentes, técnicos, todos estrangeiros. Estamos importando engenheiros. No ano passado foram mais de cinco mil, enquanto os nossos são desempregados. Estamos importando a gestão da engenharia. É ingênuo pensar que os grandes grupos vão investir em tecnologia no Brasil.

Bautista Vidal - As matrizes não abrem mão do controle tecnológico.

Estrella - Porque é o poder delas. É a estratégia delas. É a condição de sobrevivência delas. O setor estatal brasileiro contava com uma infra-estrutura tecnológica e programas de desenvolvimento tecnológico de nível elevado. Era o CPqD da Telebrás, o Cenpes da Petrobrás, o Cepel da Eletrobrás, os CPqD's da Vale do Rio Doce, da Usiminas e outros.

Bautista Vidal - Parou quase tudo que se estava fazendo na área tecnológica.

Estrella - Parou tudo.

TERCEIRA PARTE

O Desmonte

Dados Gerais

- Produção média de derivados
  -- 1.488 mil barris por dia
- Capacidade das refinarias
  -- 1.834 mil barris por dia
- Carga média processada (1988/1999)
  -- 1.483 mil barris por dia
- Importação de óleo
  -- 447 mil barris por dia
- Importação de derivados
  -- 411 mil barris por dia
- Exportação de derivados
  -- 115 mil barris por dia
- Comercialização de Derivados (1988/1999)
  -- 1.863 mil barris por dia
- Plataformas marítimas
  - Fixas -- 72
  - Flutuantes ------------------------------------- 20
- Número de poços em terra
  -- 6.573 (10% da produção)
- Número de poços no mar
  -- 658 (90% da produção)

IMPASSE

A primeira medida tomada na área financeira que atinge diretamente e de maneira considerável a Petrobrás foi a política de tabelamento dos preços dos derivados do petróleo no mercado interno, adotada logo após a primeira crise do petróleo. Essa política tentou impedir de forma artificial, que as elevações nos preços internacionais do petróleo fossem repassadas para os preços dos derivados no mercado interno.

Os prejuízos causados diretamente à Petrobrás e indiretamente ao Programa Nacional do Álcool, e ao restante da economia brasileira, montam a bilhões de dólares. Este assunto foi detalhadamente estudado no ensaio intitulado "Impasse - Adaptação do Brasil à Crise do Petróleo" escrito em agosto de 1980 pelo economista Marco Antonio Campos Martins do Ipea - Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Lamentavelmente, este trabalho teve restrições do governa à sua divulgação.

COMO DESMONTAR UMA EMPRESA ESTRATÉGICA

Corte de verbas, vazamento de segredos tecnológicos, entrega de campos para estrangeiros: algumas táticas para esquartejar a Petrobrás.

O FMI considera investimento na Petrobrás como déficit público. Não há concurso na Petrobrás há 10 anos. A média de idade do empregado hoje é de 40 anos.

Desde o primeiro governo FHC, 22 mil funcionários foram incentivados a demitir-se ou aposentar-se. Hoje há 100 mil pessoas terceirizadas - menos preparadas na profissão e dando margem ao vazamento de segredos e informações, chaves da competição.

Numa empresa, vazar informações tecnológicas é um passo para destruí-la. A competição na área do petróleo é acirra-

da. Imagine-se algo semelhante no Vale do Silício, na Califórnia. É inconcebível. Quatro empresas estrangeiras tiveram acesso a todos os dados da Petrobrás, até o número de filhos dos funcionários. Foram pagas para isso pelo Bndes.

Desde o governo José Sarney, há cortes sistemáticos de investimentos na Petrobrás, de 40% ao ano. Quando se descobre um campo (por exemplo: Roncador, com dois bilhões de barris de reservas), a Petrobrás é forçada a chamar um parceiro para explorá-lo. O parceiro estrangeiro (Agip, Shell, Repsol ou outro) pega o lucro sem correr o menor risco num campo que só a Petrobrás teria como chegar lá.

O pessoal de ponta na área da geologia, os melhores profissionais do mundo em prospecção marítima, ganhando 4 ou 5 mil reais, está indo trabalhar nas concorrentes estrangeiras, ganhando 20 mil reais ou mais. A Petrobrás conseguiu converter a geologia, de feição empírica, em ciência exata. Qualquer badameco cavoucando no Kwait ou no Iraque acha petróleo fácil. O difícil é encontrar petróleo a dois mil metros de profundidade, em águas em permanente movimento, ou no coração da Amazônia. É achar agulha em palheiro.

O interesse norte-americano é controlar a Petrobrás para abastecer sua orgia consumista. Em meados dos anos 1980, o petróleo vindo do Golfo Pérsico representava 40% da demanda americana; hoje decresceu para 15%. Nesse período, o fluxo da América Latina (México, Venezuela e Equador) para os EUA, que era de 15%, cresceu para 35%.

O governo Reagan preconizou diversificar suas fontes de suprimento, saindo do petróleo do Oriente Médio - que é inseguro, devido aos conflitos da região, e por isso é caro (em despesas militares) e politicamente desgastante. Em contraste, a América Latina abre as portas para a exaustão de suas reservas e suprimento para os EUA, incluindo agora Argentina e Brasil que, para isso, tiveram suas legislações alteradas.

Em 1995, FHC encaminhou ao presidente do Senado, José Sarney, carta dizendo que a Petrobrás não seria privatizada de jeito algum. Mentira. Seu genro David Zylberzstayn é de

opinião que a Petrobrás deve vender suas refinarias, a gaúcha Alberto Pasqualini e a baiana Landulfo Alves. Curiosidade: ambas estão ligadas umbilicalmente a dois pólos petroquímicos privados, Copesul e Camaçari.

O desmonte passo a passo

1993 - *Ministro da Fazenda, FHC cortou 52% da proposta orçamentária da Petrobrás para 1994. Isto só não inviabilizou a empresa porque o "escândalo do orçamento" no Congresso Nacional retardou o corte e a empresa executou o orçamento previsto. A Petrobrás não usa recursos do Tesouro desde 1972.*

1994 - O ministro FHC manipulou a estrutura de preços do setor petróleo de forma que, nos seis meses que antecederam à URV, a parcela do preço da gasolina destinada à Petrobrás aumentou 493% para uma inflação de 536%. A parcela destinada às distribuidoras, no período, aumentou 703%. Isto representou uma transferência de U$ 3 bilhões por ano. O acumulado já alcança US$ 18 bilhões. O novo critério produziu distorções. Nos EUA, as empresas que desenvolvem as mesmas atividades da Petrobrás ficam com 67% do valor do litro de gasolina; a estatal brasileira fica com apenas 17%.

1995 - Já presidente, FHC proibiu a ida de funcionários de estatais ao Congresso para subsidiar parlamentares sobre reformas constitucionais e contra a quebra do monopólio, sob ameaça de demissão. Criou o Serviço de Informação e Apoio Legislativo, que abrigava os delatores. Faltou ao compromisso com os petroleiros, levando-os à greve, com propósito de destruir o sindicalismo brasileiro. Pôs tropas nas refinarias, deixando as distribuidoras sonegar combustíveis à população e elevar os preços. Uma delas foi a Shell, que trabalhou para acabar com o monopólio.

- Deflagrou a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, estrategicamente um desastre. Demandou recursos da Petrobrás tirados da Bacia de Campos para permitir que multinacionais vendam um trilhão de metros cúbicos de gás a um único cliente: o Brasil.

1996 - Novo corte no orçamento da Petrobrás, US$ 1 bilhão, responsável pela paralisação da empresa por três meses para refazer o orçamento.

- O presidente envia ao Congresso projeto (lei 9. 478), quebrando o monopólio da União. O texto dispõe que "a concessionária que produzir o petróleo torna-se sua proprietária" (art. 26), ficando com a União o monopólio da rocha vazia; permite a exportação (art. 60): o petróleo descoberto pela Petrobrás, que daria para 40 anos de consumo brasileiro, pode acabar em menos de 10 anos.

1997 - FHC cria a Agência Nacional de Petróleo, ANP; nomeia o genro, David Zylberzstayn, para comandar o engessamento da Petrobrás e doar seus ativos, entregando campos da Bacia de Campos e propondo a venda de refinarias. A empresa é impedida de tomar empréstimos no exterior com juros de 6% ao ano, é obrigada a fazer parcerias, correr riscos e repartir lucros com "parceiros" que nada investiram.

- Novo corte de US$ 1 bilhão no orçamento da Petrobrás, o que a obriga a apelar para parcerias. Os parceiros, que no período dos contratos de risco rejeitaram as áreas de águas profundas pelo alto risco e pela necessidade de desenvolver tecnologia, agora vão dividir as áreas em que a Petrobrás descobriu petróleo investindo, sozinha, US$ 40 bilhões, desenvolvendo única tecnologia mundial disponível.

1998 - Novo corte nos investimentos da Petrobrás. FHC impede a empresa de emitir debêntures para obter recursos para investimentos.

- Libera para empresas estrangeiras a importação de equipamentos com isenção de IPI e ISS (Impostos sobre Produtos

Industrializados e sobre Serviços), liquidando a indústria nacional.

- Em plena Copa do Mundo, a ANP retira mais 35% das áreas escolhidas pela Petrobrás, restando à estatal apenas 7, 1% do total.

- Seis empresas de consultoria ocupam o 12º andar da sede da Petrobrás, sendo quatro estrangeiras. Tiveram acesso a dados técnicos, financeiros, econômicos, estratégicos e sociais. De agosto a dezembro de 1999, a Merryl Linch ganhou milhões com ações da Petrobrás.

1999 - Novo corte nos investimentos. Nova paralisação.

- A ANP abre licitação das áreas da Bacia de Campos. Os preços de referência que estabeleceu são tão ridículos que os ágios das proponentes chegaram a 53. 000%. A Aepet tentou impedir na justiça a concorrência, cheia de irregularidades, algumas já denunciadas pelo TCU - Tribunal de Contas da União. O juiz, em parecer vergonhoso, negou a liminar ao mandado de segurança. O mérito segue o tortuoso caminho da nossa justiça.

- FHC nomeia um Conselho de Administração formado por inimigos da Petrobrás. Exemplos: Rodolpho Tourinho, ligado a ACM; José Pio Borges, presidente do Bndes, com mais de 20 ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro; Jaime Rotstein, *lobbista*; Pedro Parente, homem de ACM; Maria Sílvia, empregada e representante de Benjamin Steinbruck, genro de Schaimn Cury, empreiteiro de plataformas.

2000 - O presidente da Petrobrás, sob pressão da ANP, negocia a troca de ativos (refinarias e campos da Bacia de Campos) com a Repsol, companhia privada espanhola que comprou a YPF argentina.

- Usando firma contratada sem concorrência, a Arthur de Little, a direção da Petrobrás prepara reestruturação da em-

presa para transformá-la em unidades de negócio, estrutura que levou a IBM e a British Petroleum ao maior prejuízo de suas histórias.

O jornalista Aluysio Biondi escreveu artigo sobre a lesiva licitação de áreas que a Petrobrás descobriu. Chegou a dizer que os sindicatos e a Aepet "estão estranhamente calados". Não, não estão calados. Informaram aos congressistas, apelaram para a justiça, publicaram boletins e protestaram no programa Faixa Livre (Rádio Bandeirantes, do Rio). A grande imprensa e as TVs, sendo estas concessões públicas, negaram espaço para a defesa dos interesses nacionais, mesmo quando como direito de resposta. Estão do lado de quem anuncia; 90% das matérias de publicidade e propaganda são pagas por multinacionais e os 10% restantes são pagas pelo governo.

A MEGA-MEGA SENA DO PETRÓLEO. ROUBADA.

No artigo, publicado em Caros Amigos *de março de 2000, Aloysio Biondi mostra como o povo brasileiro ganhou uma mega-mega sena e não levou.*

Nunca é demais repetir: o brasileiro ficou bilionário, ou trilionário, e não sabe. Não é exagero, não. Em fevereiro do ano passado, o campo de Marlim, explorado pela Petrobrás na bacia de Campos, produzia 200.000 barris de petróleo. Por dia. Um único campo. Agora, em janeiro de 2000, o mesmo campo produziu 400.000 barris por dia. Qual o faturamento da Petrobrás, do governo brasileiro, com essa produção fantástica?

É fácil fazer as contas: 400.000 barris por dia significam 12 milhões de barris por mês, ou algo como 150 milhões de barris por ano. Ao preço atual de 30 dólares o barril, são 4,5 bilhões (com a letra "b") de dólares por ano, ou 9 bilhões de reais por ano. Mesmo que o preço atual, que está exagerado, venha a cair para 25 dólares o barril, o faturamento chegará a 3,75

bilhões de dólares, ou 7,5 bilhões de reais. Cifras fantásticas, e que vão ser duplicadas em poucos meses, pois os estudos da Petrobrás mostraram que as reservas da região permitem dobrar o número de poços perfurados. Serão, portanto, uns 18 bilhões de reais de faturamento por ano - e com uma margem de lucro fantástica. Por quê?

Os poços da plataforma brasileira têm uma produção também espantosa, igual à obtida nos campos do Irã, Iraque, Arábia Saudita, com 7.000 a 10.000 barris produzidos por dia. Em cada poço. Assim, mesmo calculando todos os investimentos feitos, o custo de produção de cada barril não passa de 2,50 a 3 dólares, o que significa um lucro de 27 dólares o barril, ou 1.000%, isto é, dez vezes o custo, por barril... Somente nesse campo de Marlim, portanto, o povo brasileiro pode faturar 18 bilhões de reais, o equivalente a um mês e meio da arrecadação federal. E há muitos outros campos de petróleo no litoral brasileiro, já descobertos pela Petrobrás, a serem explorados.

Alguma dúvida diante da afirmação? Então, é só relembrar que, em janeiro, o presidente da República fez questão de anunciar pessoalmente (precisava de "*marketing* otimista") a descoberta de um mega-campo, Roncador, mais ao sul do litoral fluminense, e já situado na bacia de Santos (formação geológica equivalente à da bacia de Campos e que, apesar do nome, estende-se até o litoral do Rio). O que isso significa? Que Marlim e Roncador, juntos, feitos os mesmos cálculos, podem oferecer um faturamento de 36 bilhões (com "b") por ano, cobrindo, sozinhos, mais de quatro meses de todas as despesas do governo federal (deixando de lado os juros, como o FMI faz).

E por quanto tempo esses campos poderão ser explorados, com essa produção e esse faturamento? De 15 a 20 anos, representando portanto, multiplicando-se pelo valor de 36 bilhões de faturamento anual, de 540 a 720 bilhões de reais. De meio trilhão a três quartos de trilhão. Uma fortuna. Uma fábula em apenas dois campos do litoral. Uma enxurrada de reais e dólares que poderiam, se usados para tirar o Brasil das mãos do FMI e dos credores internacionais, com recurso para investir,

voltar a crescer, resolver problemas sociais, criar empregos. Voltar a ser um país, e não uma colônia-capacho dos países ricos.

Não há exagero nenhum, portanto, em gritar aos quatro ventos que o povo brasileiro, com as reservas de petróleo, e mais ainda, com os campos fantásticos descobertos pela Petrobrás, tirou a Mega-Mega Sena. Virou trilionário. Mas não sabe disso. O povo não sabe, o Congresso não sabe. Por isso, o governo FHC prepara-se para nova rodada de leilões destinados a entregar o petróleo brasileiro a multinacionais. Ou, mesmo, já vem entregando indecentemente o petróleo descoberto pela Petrobrás, que pertence efetivamente a cada cidadão brasileiro, a meia dúzia de empresários nacionais e banqueiros nacionais e estrangeiros. Exemplo?

O fantástico campo de Marlim, com sua produção de 400. 000 barris/dia, por exemplo, foi "repartido" agora com meia dúzia de sócios que se juntaram em uma empresa de fundo de quintal para... fornecer parte do dinheiro necessário para duplicar a produção. Essa operação já seria um assalto contra a sociedade brasileira, mesmo que os "sócios" realmente desembolsassem a cifra de 1,5 bilhão de reais para financiar sua parte no projeto de exploração de Marlim. Nem isso existe. A empresoca de fundo de quintal tem um capital fajuto de 200 milhões de reais, e foi formada - como narrado em nosso livrinho *O Brasil Privatizado* - apenas... para tomar 1,2 bilhão de reais emprestados no exterior, que o Bautista Vidal esclarece que, a própria Petrobrás poderia obter. Um negócio da China, um assalto: uma mina de ouro, capaz de faturar centenas de bilhões de reais, entregue por 200 tostõezinhos fajutos.

A Mega-Mega Sena ganha pelo povo brasileiro, e que seria sua redenção, está sendo literalmente tungada pelo governo FHC. O Congresso Nacional não pode continuar impassível diante dessas aberrações. O povo brasileiro tem o direito de partilhar diretamente dos lucros da exploração do seu petróleo, por vários caminhos, dos quais dois podem ser prontamente lem-

brados aos congressistas: utilização de 6 bilhões de reais "esquecidos" em contas do FGTS, e que foram reunidos em um fundo "congelado" (a Petrobrás teria bilhões para investir e os rendimentos das ações da empresa, no caso, pertenceriam ao FGTS, isto é, a todos os trabalhadores que contribuem para o fundo).

A outra alternativa, diferente de proposta já cogitada pelo governo, é a venda de ações "novas", relativas a um aumento de capital da empresa, para milhões de brasileiros, com um sistema igual ao adotado por Margaret Thatcher na Inglaterra: vendas a prestação, e com garantia de recompra pelo governo.

A esperança, hoje, está no Congresso, pois os sindicatos, como o dos petroleiros, e entidades como a Aepet - Associação dos Engenheiros da Petrobrás -, que tradicionalmente tomavam posição diante dos desmandos do governo, estão estranhamento silenciosos. Muito, muito estranhamente. Mesmo.

A estratégia do gás da Bolívia

Demanda inventada e superdimensionada fará o país queimar gás poluente; e mais: a torneira fica lá fora; e mais: multinacionais passam a ter o domínio das águas dos brasileiros.

Em 1983, a Shell descobriu o Campo de Camisea, no Peru, com reserva estimada de 400 bilhões de metros cúbicos de gás. Mas, atravessar a cordilheira dos Andes e exportá-lo na forma de gás natural liquefeito tornava o empreendimento inviável.

Um caminho seria exportá-lo para São Paulo (cerca de 4.000 km) e outros estados brasileiros. Mas era antieconômico. Para Porto Velho e Manaus, também. Nem a demanda justificaria.

Em 1990, na Bolívia, com reservas de gás estimadas em 200 bilhões de metros cúbicos, começou-se o processo de privatizações, que culminou em 1995: a Amoco (British Petroleum-Amoco-Atlantic), a Shell e a Exxon compraram as reservas.

A Argentina, que possui estimados 600 bilhões de metros cúbicos de gás (Neuquen e Terra do Fogo), privatizou a Gas Del Estado em 1992. Entre 1978 e 1983, houve crescimento espetacular na indústria petrolífera argentina. Coincidiu com a crise do petróleo e a falta de reservas nos países do G7, cujas corporações formam o cartel das Sete Irmãs (hoje apenas quatro, após fusões), além da Agip (italiana) e da Total e ELF (francesas). Assim, houve crescente pressão sobre Yacimientos Petrolíferos, da Argentina (YPF), e Gas Del Estado (desmembrada da YPF).

O governo argentino iniciou perniciosa política de preços, criando para as duas empresas sérios problemas financeiros. Enquanto isso, a mídia desencadeava campanha sobre a "ineficiência das estatais". No Brasil, a campanha começou em 1989, no governo Sarney, depois que o ministro Francisco Dornelles iniciou o estrangulamento tarifário das estatais, sob a desculpa de conter a inflação. Ou seja, começou no governo Sarney a manipulação da estrutura de preços contra a Petrobrás, a favor do cartel das Cinco Irmãs.

Lá, como cá

Diz o engenheiro argentino Victor Bravo:

"O estranho é que as causas dos desequilíbrios eram perfeitamente corrigíveis, mas os diagnósticos não as contemplavam."

Eram preços internos muito favoráveis aos grandes consumidores; relação inadequada dos preços de petróleo e gás; contratos privados em que a YPF comprava gás de produtores privados mais caro do que revendia para Gas Del Estado, até cinco vezes mais caro do que o gás das próprias reservas da YPF; compressão das tarifas com crescente carga de impostos; e leonino contrato com o consórcio internacional Cogasco para a constru-

ção e operação do gasoduto Centro-Oeste, com condições péssimas para a Gas Del Estado.

Assim, Gas Del Estado, "empresa com balanços positivos, com os melhores profissionais do Estado, com muito poucos acidentes em comparação internacional, com boa eficiência e ótimas perspectivas de futuro", foi privatizada. As reservas estimadas na época eram de 250 milhões de metros cúbicos de petróleo e 540 bilhões de metros cúbicos de gás.

A auditora americana Gaffney Cline "achatou" para a venda as reservas de óleo em 30%. Apesar da política de preços perniciosa imposta pelo governo, a Gas Del Estado apresentava indicadores de eficiência superiores aos da British Gas e Gas de France. Privatizadas YPF e Gas Del Estado, petróleo e gás argentinos passaram às mãos da Shell, Repsol, Exxon, British Gas e outras empresas privadas, além da francesa Total, já situada no país. Nos últimos dois anos, foram acrescentados 700 bilhões de metros cúbicos na Bolívia das quais 300 bilhões descobertos pela Braspetro-Petrobrás.

Existem portanto na Bolívia, Argentina e Peru cerca de 1,9 trilhão de metros cúbicos de gás: 600 bilhões na Argentina, 400 bilhões no Peru e 900 bilhões na Bolívia. Com um único cliente, o Brasil. Começaram então as pressões para a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, de Santa Cruz de la Sierra até Porto Alegre, via Campinas (cerca de 3.500 km). Não era projeto comercialmente viável, pois a taxa interna de retorno era da ordem de 10% ao ano para um custo de investimento de 12% ao ano. As multinacionais, portanto, não fariam o investimento. Como começaram as pressões sobre o Brasil?

No governo Collor, fez-se levantamento superestimado de demanda e procurou-se atrair empresários incautos para "novo e não poluente combustível": o gás da Bolívia. Prometiam vender a preços mais atraentes do que os do óleo combustível. Todos fariam "bons negócios".

Ingênuos ou cooptados, esses empresários saíram a fazer *lobby*, defendendo a idéia na mídia e acusando a Petrobrás de ser contra o uso do gás. Usavam argumentos do tipo:

"A média mundial de utilização do gás é 20%, no Brasil é só 2,5%.". Ora, cada país usa o energético que tem. O Brasil tem potencial hídrico, a Argentina não tem. Mas tem gás. Que use gás. A China e os EUA têm carvão mineral, terrível poluidor. Usam até hoje, desrespeitando acordos internacionais de proteção do meio ambiente.

A falsa demanda

O governo FHC contratou consórcio internacional, Booz Allen, para o planejamento estratégico do Brasil até 2020. As diretrizes do país serão dadas agora pelo conglomerado Booz Allen, Shell, Monsanto, Keidaren, British Petroleum e outras empresas. A Coopers and Librand já se encarregava do planejamento energético. Disso resultou o abandono das hidrelétricas (mais de 90% do potencial instalado brasileiro), em favor de termelétricas a gás. Criou-se artificialmente o mercado para o gás (sem mercado) em torno do Brasil, já nas mãos dessas corporações.

A pressão aumentou. O governo Itamar Franco (1992-1994), sob pesada influência de seu então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, assinou o contrato, via Petrobrás, com a YPF Boliviana.

Levantamento de demanda industrial no governo Collor (1990-1992) chegou ao valor irreal de 60 milhões de metros cúbicos por dia. Demanda mentirosa. Em Santa Catarina, por exemplo, foi estimada em 1,6 milhão de metros cúbicos por dia. Visitamos os potenciais consumidores e, com seus técnicos, constatamos que o máximo de consumo, nos próximos 20 anos, não chegaria a 25% do "levantado".

Os empresários cooptados fizeram o *lobby*, mas quem vai usar o gás são as usinas termelétricas recém-contratadas pelo governo FHC, única forma de "gerar" consumo para o gás controlado pelas multinacionais.

Desastre estratégico: torneira fora do país

a) Vamos sair de uma matriz energética limpa, com 95% de geração hidrelétrica, para geração termelétrica que queima

combustível fóssil, gás poluidor, emissor de CO_2 (gás carbônico).

b) Vamos sair da independência energética para ficar dependente de um monopólio (ninguém fará um segundo gasoduto para concorrer), controlado por multinacionais, só visando seus lucros. Um desastre estratégico, pois a torneira ficará fora do país.

c) Optou-se por combustível pago em dólares que, com estudo sério, não estaria entre as três melhores opções econômicas, sem considerar seu déficit em divisas. A primeira opção, limpa, barata e longe de estar exaurida, seria a geração hidroelétrica; a segunda, carvão vegetal ou gás de madeira, limpos, extensivos e de grande potencial para redução de custos; e a terceira, o óleo combustível nacional.

d) Como único consumidor possível, o Brasil poderia usar seu poder de barganha e exigir a entrega do gás aqui, nos locais de consumo, e não obrigar a Petrobrás a deslocar investimentos altamente lucrativos da Bacia de Campos para favorecer interesses de multinacionais. O retorno dos investimentos em Campos é da ordem de 80% ao ano, pago em reais, gera emprego, tecnologia e riqueza para o país. No entanto, estamos aplicando num gasoduto inviável economicamente para depois repassá-lo às multinacionais a preços de moedas podres financiadas pelo BNDES.

e) O custo de geração da energia termelétrica a gás fica três vezes mais caro que o preço atual da energia gerada via hidrelétrica. Para viabilizar o projeto, as multinacionais estão forçando a compra das nossas distribuidoras de energia elétrica e respectivas usinas geradoras (Furnas, Cemig, Cesp, Cpfl, Cetel, Cetesp, Eletropaulo e outras), com objetivo de cartelizar o setor e elevar as tarifas a seu gosto, como já vêm fazendo. Acreditar que a Aneel, agência reguladora criada e controlada pelo governo, vai regular algo é acreditar em Papai Noel. Ao contrário, veio para facilitar a entrega.

Tem mais

O cartel que se formou de multinacionais passa a ter o domínio dos rios brasileiros. Há profunda preocupação mundial

com a crescente cartelização da água doce, que vem escasseando em toda parte. Pense na água para a agricultura e o consumo humano sob o domínio de um cartel de multinacionais.

A questão gás foi uma das cinco mudanças principais da ordem constitucional econômica que visava ao desmantelamento da soberania nacional.

Com 70% do controle de nossa economia em mãos de não-residentes poderosos, perder o controle da energia e da água pode não ser o fim do mundo, mas pode significar o fim do Brasil.

GESTÃO TEMERÁRIA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

É bom negócio o Governo vender 31, 7% das ações ordinárias da Petrobrás?

Em suas justificativas ao projeto de Lei proibindo o governo de vender 31, 7% das ações ordinárias da Petrobrás, o Senador Álvaro Dias entende que não. Ele argumentou que a venda das ações significa o governo perder uma fatia muito grande de poder na Petrobrás e que era muito perigoso o governo manter apenas 50% das ações ordinárias, mais uma ação.

Quando o projeto de Lei do Senador Álvaro Dias começou a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e os primeiros três votos foram favoráveis ao projeto, um senador da base de sustentação de FHC (PSDB, PMDB, PFL, PTB, PPB) pediu vistas, interrompendo a votação. O objetivo era dar tempo a FHC para "mudar" votos.

Na base do toma lá dá cá, FHC estimulou a promoção de rega-bofes para "negociar" com os senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado votos contrários ao projeto de lei do Senador Álvaro Dias.

Segundo a mídia, a maioria dos senadores que mudou o voto foi convencida porque, com a venda das ações, o Governo arrecadará R$ 8 bilhões para abater os juros da dívida interna. O

senador Luiz Otávio que, no início da reunião, de 23/05/2000, havia declarado seu voto a favor do projeto, mudou de opinião depois de atender ao telefonema do presidente da República e confessou: "vou votar com o presidente diante do apelo e pelas explicações (!?) que me foram dadas."

Sem entrarmos no mérito de outras promessas feitas nos rega-bofes (cargos, liberação de verbas e outras não confessáveis), vejamos o que dizem os números e os fatos a respeito deste "negócio".

Em 1999, até o 3º trimestre, a Petrobrás apresentava prejuízo de R$ 1,5 bilhão. O espetacular lucro do 4º trimestre anulou o prejuízo e a empresa apresentou em seu balanço de 1999 lucro de R$ 1,7 bilhão. E mais, o lucro do 1º trimestre de 2000, de R$ 2,29 bilhões, confirmou a performance do 4º trimestre de 1999. Mantida essa tendência, é possível estimar o lucro de 2000 em R$ 10 bilhões/ano, principalmente porque os lucros do 2º e 3º trimestre são maiores, devido às maiores demandas de derivados de petróleo em relação à do 1º trimestre. E esse lucro será crescente com o aumento da produção de petróleo e do mercado de derivados de petróleo, ao longo dos anos.

O capital da Petrobrás é constituído de ações ordinárias com direito a voto e de ações preferencias sempre sem direito a voto (art. 62 da Lei 9478).

Ora, 31,7% das ações ordinárias eqüivalem a 18,1% do total das ações (preferenciais + ordinárias). Logo, a venda dessas ações significaria o Governo abrir mão de 18,1% de R$ 10 bilhões/ano, ou seja, R$ 1,8 bilhão/ano. E esse era mais um dos argumentos fortes do Senador Álvaro Dias contrário à venda das ações ordinárias da Petrobrás.

Trocando em miúdos: em 5 anos, os compradores das ações recuperariam os R$ 8 bilhões e passariam a lucrar R$ 1,8 bilhão/ano e esse lucro seria crescente com o aumento da produção de petróleo e com o aumento do mercado de combustíveis.

Por que lucros crescentes?

Simplesmente porque o governo FHC, embora tenha remetido uma carta endereçada ao Presidente do Senado se com-

prometendo a não privatizar a Petrobrás, preparou-a para ser privatizada nivelando os preços dos seus produtos aos praticados no mercado internacional.

Quando o Congresso flexibilizou o monopólio do petróleo por meio da Lei 9478, de 6 de agosto de 1997, A Petrobrás recebia R$ 0,08/litro de gasolina vendido e era remunerada pelo petróleo que produzia a US$ 8/barril. Atualmente, após ter sido preparada para ser privatizada, recebe R$ 0,63/litro de gasolina vendido e US$ 25/barril de petróleo que produz.

Ora, o Brasil caminha a passos largos para a auto-suficiência de petróleo. Produzimos atualmente 1.200.000 barris/dia e pretendemos atingir 1.800.000 barris/dia rapidamente. E há declarações de autoridades do governo FHC de que pretendemos ser exportadores de petróleo. Além disso, o mercado de combustíveis do Brasil continuará crescendo.

Isto significa que, considerando o lucro de R$ 10 bilhões projetado para o ano 2000, teremos, dentro de cinco anos, uma Petrobrás com capacidade de lucrar R$ 15 bilhões/anos. E, ai, os donos dos 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás (correspondem a 18% do total das ações) que o governo FHC pretende abrir mão estarão remetendo para fora do Brasil R$ 2,7 bilhões/ano (18% de 15 bilhões) na forma de lucros, gerando riquezas e empregos lá fora. Um negócio da "China", quer dizer, do Brasil.

Esses recursos, isto é, o lucro que a Petrobrás tem na comercialização de petróleo e seus derivados sempre foram investidos no país. Concretizada a vendas das ações serão remetidos para o exterior, é claro. E FHC e os 15 senadores que votaram a favor da venda das ações acham que isso é um bom negócio para os brasileiros.

Enfim, mesmo trocando uma capacidade de lucrar R$ 1,8 bilhão/ano, podendo atingir R$ 2,7 bilhões nos próximos cinco anos e transferindo grande parte do poder da Petrobrás para grupos alienígenas, os quais deterão o poder de indicar diretores e membros do Conselho de Administração da Petrobrás, com condições, portanto, de interferir na política estratégica do petró-

leo brasileiro, o governo FHC conseguiu que 15 senadores votassem a favor desse "negócio", a venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás.

Além disso, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei do Petróleo, quebrando o monopólio da União, garantiu, ao mesmo tempo, a propriedade a quem explorar o óleo no Brasil. Com isso, transformou a Petrobrás em concessionária na exploração, dando-lhe, em conseqüência, também, a propriedade sobre as nossas reservas, avaliadas em 17 bilhões de barris, volume equivalente a US$ 400 bilhões, a preços internacionais.

Desta forma, vender 1/3 das ações da Petrobrás pelo valor de R$ 8 bilhões, representa, portanto, a médio prazo, a transferência de 1/3 deste patrimônio ao setor privado, abrindo mão de US$ 126 bilhões, tendo em vista o potencial existente em função das reservas brasileiras de petróleo.

Dívida interna

Outra falácia que precisa ser bem assimilada pela população e pelos Senadores é o argumento do governo de que, com a venda das ações, será possível garantir as metas fiscais, reduzindo a dívida interna. Segundo dados mais recentes (Fundasp/SP), a dívida interna do país alcança, hoje, a soma de cerca de R$ 540 bilhões, com um serviço anual de cerca de R$ 108 bilhões anuais para amortizá-la. E a venda das ações da Petrobrás serviriam para amortizar apenas R$ 8 bilhões dos juros dessa dívida nesse ano da venda das ações. Ocorre que, desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, o déficit público que representava 30% do Produto Interno Bruto, hoje chega a 50%.

As privatizações realizadas na década de 90 renderam aos cofres do governo US$ 56,2 bilhões, com a venda de um patrimônio "avaliado" em US$ 38,3 bilhões. Ou seja, o ganho com a desestatização foi de US$ 17,9 bilhões, ao passo que os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somam US$ 45 bilhões ("moe-

das podres", financiamentos subsidiados e abatimento de impostos por conta do pagamento de ágio ou de dívidas acumuladas pelas empresas).

O valor, portanto, é maior do que o patrimônio vendido e mais que o dobro do ganho obtido com as desestatizações. Desse total, US$ 20,3 bilhões foram emprestados aos compradores de estatais pelo Bndes, com retorno previsto para 10 anos, a taxas de cerca de 15% ao ano. É bom frisar que não existe nos bancos privados financiamentos a prazos tão longos, e as taxas de juros superam em 35% ao ano. Os outros benefícios ("moedas podres") representam US$ 24,7 bilhões.

Assim, a justificativa do governo de que vai receber R$ 8 bilhões pela venda das ações da Petrobrás para reduzir a dívida pública, diante do forte potencial de lucro da empresa e da inexpressiva influência que terá sobre a dívida interna de R$ 540 bilhões, é, no mínimo, digna de ser investigada pelo Congresso e pela justiça. Se o governo fosse descontar esse valor do total da dívida, conseguiria reduzi-la em, no máximo, 1,48%. E como ele próprio admite que vai abater juros dessa dívida o efeito será, rigorosamente, "zero", contra um patrimônio projetado de cerca de R$ 2,7 bilhões/ano, e crescente ao longo dos anos.

Quadro político

O mais triste desta história foi o anúncio da mídia: o Senador Álvaro Dias informou que apresentará recurso ao plenário para que a decisão da CAE seja revista. Ele acredita que isso é possível porque a votação na CAE é terminativa, e se a matéria tivesse sido aprovada, também poderia ser reanalisada pelo plenário. Temos nove assinaturas e vamos recorrer ao plenário, disse Álvaro Dias. Queremos continuar com esse debate, vamos levar até as últimas conseqüências que o regimento permitir, porque o governo está cometendo um erro histórico. O líder José Roberto Arruda disse, no entanto, que a pretensão de Dias não é amparada pelo regimento, e garantiu que o projeto será arquivado.

Este resultado, fruto de negociação de votos, não deveria surpreender. Afinal, o que esperar de um Senado onde o seu presidente acusa o presidente do maior partido político do Brasil (Pmdb) de ladrão e este retruca acusando o presidente do Senado de batedor de carteira?

Segundo o governo FHC, a venda das ações está sendo preparada pelo Bndes. A oferta global será pulverizada no mercado interno e externo. Haverá limite para aquisição dos papéis, tanto para pessoa física quanto jurídica. O objetivo é evitar que os investidores adquiram um bloco de ações que lhes permitam ter assento no conselho. A aprovação da CAE foi considerada pelos bancos envolvidos (Merril Lynch, ABN-Amro - Rothschild e Credit Suisse First Boston Garantia) como "menos um *cumulus nimbus* no horizonte".

Nós não somos um país de otários. Não sabemos quem o governo FHC está querendo enganar. O fato é que após FHC concretizar a venda das ações ordinárias da Petrobrás elas serão negociadas livremente nas bolsas de valores nada impedindo que investidores adquiram um bloco de ações que lhes permitam ter assento no Conselho de Administração da Petrobrás e interferir na política estratégica do petróleo brasileiro.

A votação da CAE aprovando a venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás merece um título: Gestão Temerária do Patrimônio Público, passível de condenação por meio de ação movida por Procuradores da República.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet

"O PETRÓLEO AGORA É VOSSO"

É espantoso que estejamos entregando o controle de nossas reservas a corporações transnacionais, sem compromisso algum com o Brasil.

Até o fim da Guerra Fria em 1991, o Pentágono estava preocupado com hostilidades vindas do Terceiro Mundo, de "regimes párias". Recentemente, especialistas militares levan-

taram a emergência de oponentes "de potência comparável", ou seja, com poder para enfrentar os EUA. Ainda não existem, mas sua emergência começa a modificar as estratégias norte-americanas.

A prioridade continua sendo a manutenção de força militar suficiente para ganhar "conflitos regionais". Um no Golfo Pérsico (Irã e Iraque), outro na Ásia (Coréia do Norte).

Mas surgiram cenários novos: conflito com Moscou objetivando recursos petrolíferos no Mar Cáspio; e guerra com Pequim para garantir a "livre" navegação no Mar da China. A estratégia visa operações regionais tipo guerra com o Iraque, como explicou à época o secretário de Defesa, Richard Cheney:

"A guerra do Golfo é a precursora do tipo de conflito que nos dispomos a enfrentar com mais freqüência no futuro: conflitos regionais que nos colocarão frente a inimigos bem armados e dotados de armas convencionais sofisticadas e de cargas químicas e nucleares."

A estratégia "antipária" vem caindo, pois o nível de "ameaça" reduziu-se. É o caso da Córeia do Norte, descrita como devastada pela fome, começando a desmantelar seu potencial nuclear. O Irã elegeu presidente mais moderado. O Iraque perdeu controle das províncias curdas no norte e não mantém seu antigo poder militar.

Nem Irã nem Iraque

A estratégia do dique-duplo (*dual-containment*) contra Iraque e Irã não está sendo muito convincente para os aliados e tem recebido críticas dentro dos próprios EUA, especialmente em círculos de negócios, mas também entre personalidades políticas, como Brzezinski e Scowcroft, ex-chefes do Conselho de Segurança americano, que denunciaram em recente artigo na revista *Foreign Affairs* a política de Washington no Golfo.

Durante décadas a tradição diplomática norte-americana admitia que o Irã deveria impedir a emergência de um Estado árabe, ribeirinho do Golfo, capaz de estabelecer hegemonia na

região. Essa foi a carta jogada pelo xá Reza Pahlevi, derrubado há mais de 20 anos pelo povo iraniano, sob liderança do aiatolá Komeini.

O Iraque, por sua vez, serviria de contenção a possíveis empreendimentos perturbadores do Irã. Saddam Hussein assumiu o papel quando desencadeou a primeira guerra do golfo (1980-1989). Esse jogo terminou ao fim da segunda guerra do golfo (1990-1991).

As novas experiências da política externa norte-americana continuam vendo ameaças potenciais no aprofundamento da revolução islâmica no Irã e sua expansão externa. Trata-se de assegurar a completa destruição da capacidade militar do Irã e de privar o Iraque de qualquer meio para reconstruir um pólo de potência política no Oriente Médio.

Com o Irã fora do jogo e a presença americana reforçada na Península Arábica, os Estados vizinhos de Israel se sentiriam inferiorizados ante esta potência militar regional. Para alcançar tal objetivo, apoiado pelo poderoso *lobby* pró-Israel, é necessário manter o rigoroso bloqueio econômico sobre o Iraque e vigilância permanente sobre o Irã.

Essa é a política do dique-duplo. Clinton se valeu dela para ajudá-lo na crise decorrente de suas aventuras extraconjugais com a estagiária Monica Lewinsky. Mandou bombardear o Iraque depois que Saddam Hussein rejeitou um dos chefes de grupos da ONU que fiscalizavam as armas do Iraque. A acusação iraquiana foi de que se tratava de espião militar norte-americano. Segundo jornais, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso apoiou a aventura, apesar da ampla rejeição mundial.

A validez do jogo do dique-duplo é posta em dúvida por muitos, que reclamam sua revisão.

Vejamos o Iraque. Por exemplo, a aplicação da Resolução 986 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que propôs a troca "de petróleo por alimentos e remédio", foi durante muito tempo impedida pelos EUA. Este país continuará sendo muito vulnerável e débil, devido às espantosas conseqüências humanas que isto provoca.

A situação é completamente diferente com o Irã. O fracasso da política americana é inegável. As medidas de embargo decretadas por Washington não têm sido secundadas por nenhum outro país. Japão continua principal importador de petróleo do Irã. China considera o Irã seu principal sócio no sudoeste asiático. Rússia, apesar das pressões dos EUA, não renunciou a vender-lhe centrais nucleares. Os países da União Européia, por unanimidade, rejeitam "as imposições econômicas dos EUA sobre o Irã, especialmente aquelas que implicam em sanções extraterritoriais". Esses países conservam ali importantes mercados. Na prática, essas medidas apenas privaram as indústrias americanas do mercado do Irã. Ou seja, o dique-duplo não funcionou.

De olho até na Índia

É essencial compreender que os EUA dependem vitalmente de importações de matérias-primas estratégicas. Especialmente petróleo: têm de importar 60% do consumo. Suas reservas caíram dos 180 bilhões de barris originais para cerca de 20 bilhões. A dependência cresce à medida que as reservas internas continuem caindo (o que vem ocorrendo na medida de cerca de 6% ao ano). O que resta mal dá para pouco mais de cinco anos. Por isso, garantir o acesso ao petróleo do Oriente Médio é fundamental, além de justificar o crescente interesse pelas regiões do Mar Cáspio e do Mar da China, ricas em petróleo e gás natural.

Essas são as razões da inquietação em relação à evolução da Rússia, que considera o Mar Cáspio como pertencente a sua influência histórica; e em relação à China, que reivindica boa parte do Mar da China como "território nacional *off-shore*".

Assim, um número cada vez maior de estrategistas militares do Pentágono colocam a perspectiva de enfrentamento com China e Rússia. Mas admitem que nenhuma das duas se constitui atualmente em ameaça à segurança americana. Acreditam, contudo, que em 10 ou 20 anos tanto Rússia como China podem converter-se em sérios competidores. E, para isso, os EUA têm de estar preparados.

O último informe do Instituto de Estudos da Segurança Nacional (Inss) dá sinais da tendência estratégica predominante, embora destaque que o risco de conflito mundial desapareceu:

"Os EUA não devem julgar inverossímil qualquer desafio militar que venha de outra potência."

Esta potência não teria meios para enfrentá-los na liderança mundial, mas poderia "ser bastante forte para pretender equilibrar-se com os EUA em um teatro de operações próximo ao seu território". Ao estabelecer a diferença com a estratégia que vingou até recentemente, o informe do Inss enfatiza o que distingue esses inimigos "regimes párias" daqueles que têm força nuclear, capacidade de enviar foguetes e satélites, e dispõem de importantes efetivos militares. Por isso, "esses oponentes potenciais constituem ameaça muito mais significativa do que a dos "regimes párias".

No momento, somente Rússia e China preenchem essas condições. O informe, porém, sugere que "potências regionais importantes, como a Índia, poderiam converter-se em ameaças militares significativas ao longo do próximo decênio".

Treinando em Kosovo

Nesse contexto, perguntamos: por que não o Brasil, que reúne potencialidades energéticas e reservas minerais estratégicas potencialmente maiores do que as da Índia? A resposta, naturalmente, está na baixa qualidade dos dirigentes brasileiros, servis às potências hegemônicas.

Vejamos o que disse o general Patrick Hugues, diretor da Agência de Informação da Defesa dos EUA, no dia 6 de fevereiro de 1997, na Comissão de Defesa do Senado americano:

"A China é uma das raras potências que dispõe de potencial necessário - político, econômico e militar - que lhe permitiria converter-se, daqui a 10 ou 20 anos, em ameaça regional significativa para os interesses norte-americanos."

Na pior das hipóteses, disse Hugues, "poder-se-ia afirmar que os EUA representam para ela uma ameaça militar direta". E acrescentou:

"Igualmente a Rússia dispõe de potencial necessário que lhe permitiria converter-se daqui a 20 anos em enorme ameaça regional para os interesses norte-americanos."

Sua debilidade econômica atual descarta esta hipótese nos próximos dez anos. Os que insistem no perigo do potencial russo se inquietam com os laços de Moscou com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central e mais particularmente pela importância decisiva do petróleo do Mar Cáspio. Em maio de 1997, Caspar Weinberg, ex-Secretário de Defesa de Reagan, dava o sinal de alarma:

"No momento em que o Ocidente celebra a expansão aparente da Otan na Europa Central, a Rússia dedica-se a obter uma vitória estratégica sobre ela: o domínio sobre os recursos energéticos da região do Mar Cáspio. Se Moscou consegue essa vitória, ela poderá significar muito mais do que o êxito ocidental ampliando a Otan."

Dirigentes chineses consideram que as recentes ações mili-tares da Otan em Kosovo visaram a sinalizar para eles o que as forças norte-americanas podem realizar em outras partes do mundo.

A China é hoje um dos principais parceiros comerciais dos EUA e as corporações norte-americanas vislumbram todas as vantagens do gigantesco mercado que se desenvolve ali.

A questão crucial que se desenha por trás dessas estratégias é, a curto prazo, a questão petróleo. Assim como a ocupação militar de grande parte do Oriente Médio e a guerra com o Iraque já estavam planejadas muito antes da invasão do Kuwait, por causa da questão energética, também se planeja a ocupação do Mar Cáspio e do Mar da China pelas mesmas razões. Volta-se ao pavor do apocalipse nuclear.

À luz desses fatos que envolvem a todos, especialmente os países de maior população, é espantoso que o Estado brasileiro esteja entregando o controle de suas reservas de petróleo, as quais

resultaram de extraordinário trabalho da Petrobrás, com performance incomparável, superior às corporações anglo-americanas do petróleo, em quase meio século de existência. As corporações transnacionais, sem compromisso algum com o Brasil e com seu povo, receberão de mão-beijada o controle de reservas já descobertas e essenciais à nossa sobrevivência. O controle do petróleo é questão de âmbito mundial e de natureza essencialmente militar.

Perguntemos: entregues essas cruciais reservas, qual o poder militar nuclear de que dispomos para recuperá-las? Essas circunstâncias podem ocorrer a qualquer momento. Quem garante que não nos converteremos em outra Angola, com exércitos mercenários a serviço de corporações disputando o controle de nossas reservas naturais estratégicas?

O mesmo estamos fazendo com o setor elétrico. Sob a estratégia do uso do "gás da Bolívia", estamos entregando o excepcional sistema integrado do centro-sul a um cartel de multinacionais, que ademais controlarão o suprimento externo, criando mais dependência.

Em quase meio século, a Petrobrás demonstrou competência a favor da afirmação nacional e da nossa sobrevivência como nação independente. O homem a quem foi confiado o poder absoluto de decidir o que fazer com nosso petróleo, na condição de dirigente máximo da Agência Nacional de Petróleo, com poderes acima do Estado, por aprovação do Congresso Nacional, definiu desde o primeiro instante a que veio. Na posse, perante *lobbistas* e dirigentes de multinacionais, contrapondo-se à frase histórica que simboliza a luta dos brasileiros para tornar possível a criação da Petrobrás, declara:

"O petróleo agora é vosso."

PETROBRAX

A insana tentativa de mudar a marca da nossa mais estratégica empresa para PetroBrax, retirando-lhe a referência ao Brasil, criou generalizada reação na opinião pública obrigando o governo a retroceder.

Além de jogar no lixo um símbolo consagrado em todo o mundo, essa medida rompia a tradição de deixar explícito nas empresas de petróleo o nome da nação que a controla. Serve para afirmar sua soberania sobre o combustível que movimenta o mundo e tranqüilizar países que não dispõem dessas estruturas, distinguindo-a de corporações que ganharam fama por ações imperialistas.

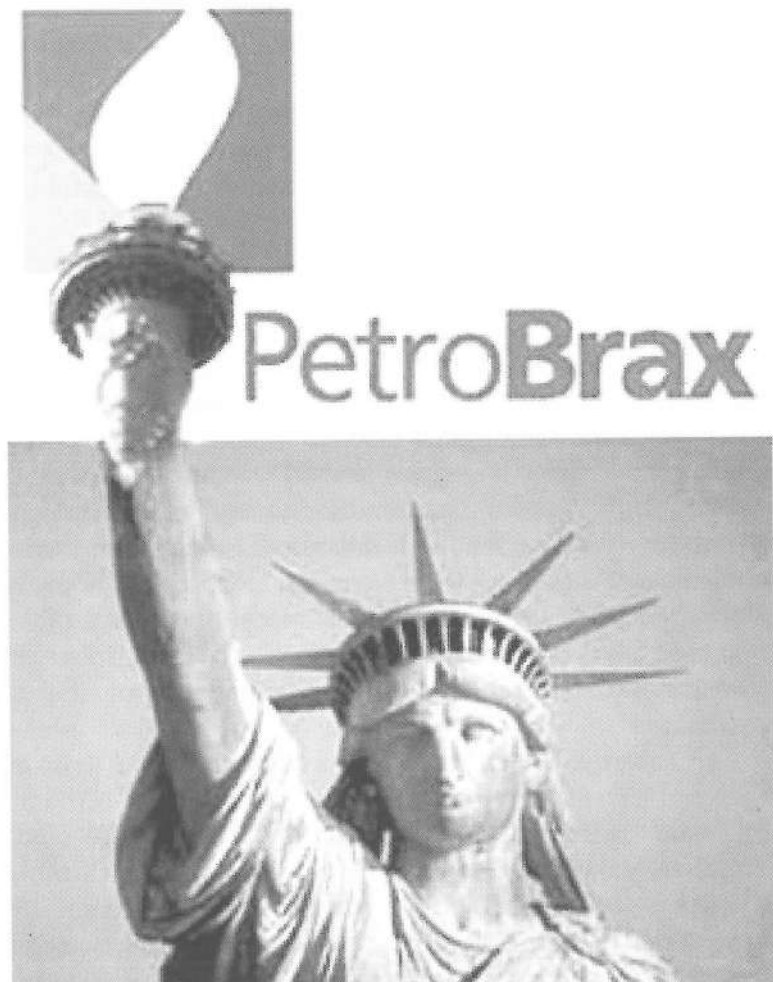
Essa tendência é quase unânime, excetuam-se umas poucas como Exxon e Chevron em processo de fusões que concentram poder nas atuais "Quatro Irmãs do Petróleo". A única corporação imperial que sofreu alteração na marca foi a British Petroleum - BP, que com o ocaso do petróleo, fusões com outras, pensando no futuro, mudou para "Beyond Petroleum" ("Além do Petróleo").

Marca consagrada significa domínio de mercado só superado por Estados hegemônicos que usam força militar para controlar reservas como vem ocorrendo no Oriente Médio, onde os EUA gastam cerca de 100 dólares por cada barril que importam. Controlam assim também o suprimento das demais potências econômicas e assim impõem sua moeda, a única que compra petróleo.

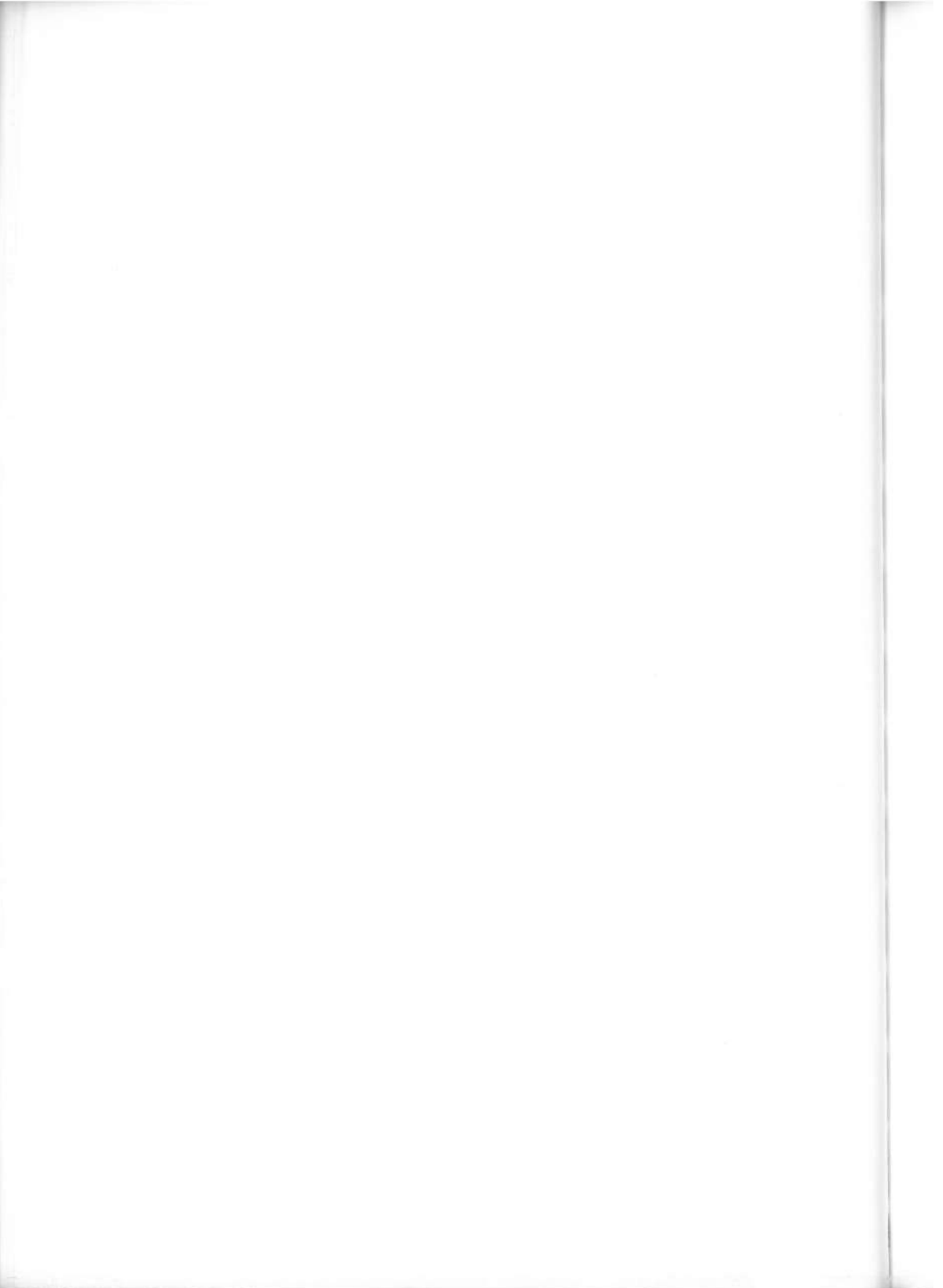
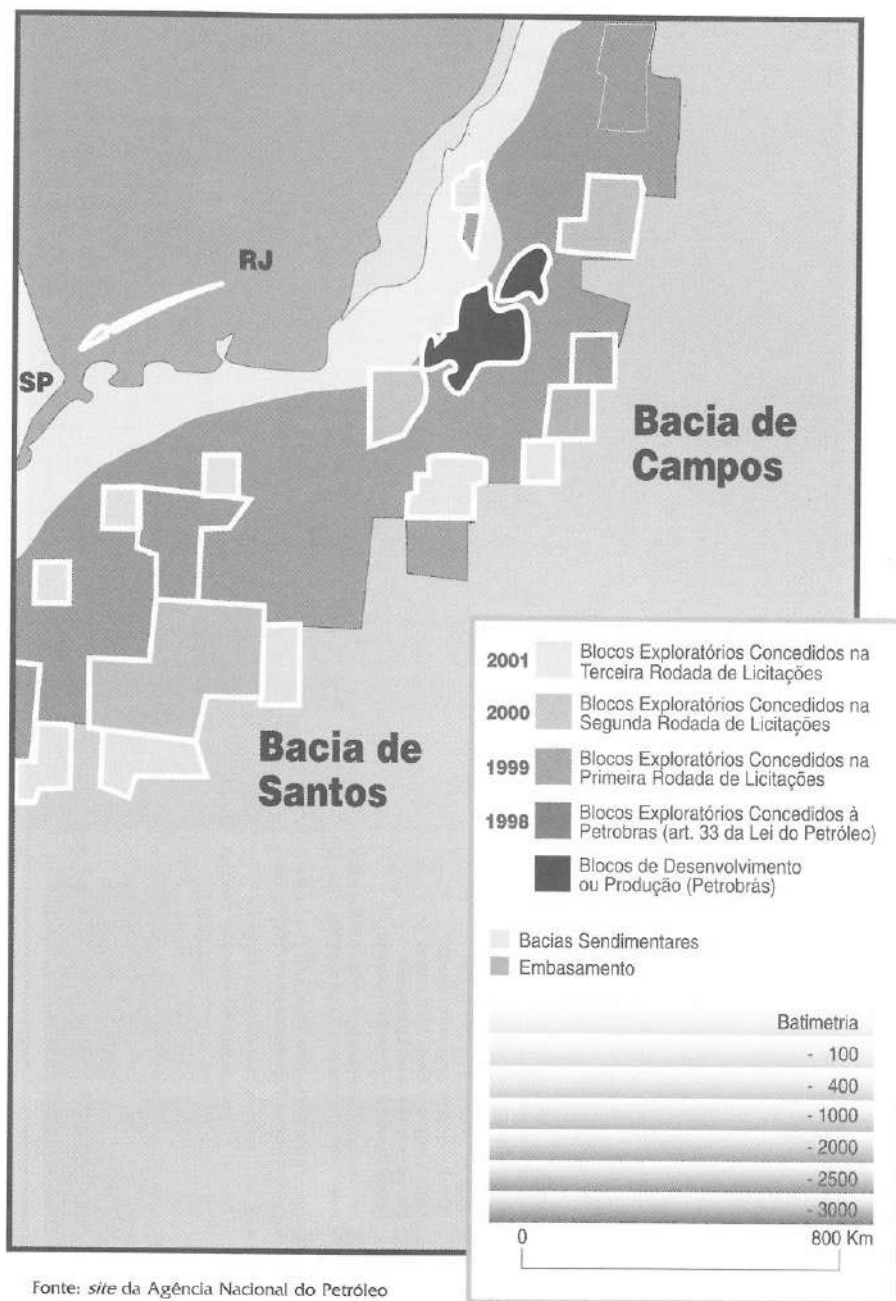
Petrobrás como detentora do monopólio estatal do petróleo tornou-se das grandes do mundo. Deu ao Brasil incrível estabilidade nesse crucial setor controlando mais de 90% das refinarias de petróleo, descobrindo importantes reservas e obtendo grande êxito no campo tecnológico: a única a ganhar dois prêmios internacionais na prospecção em grandes profundidades marítimas.

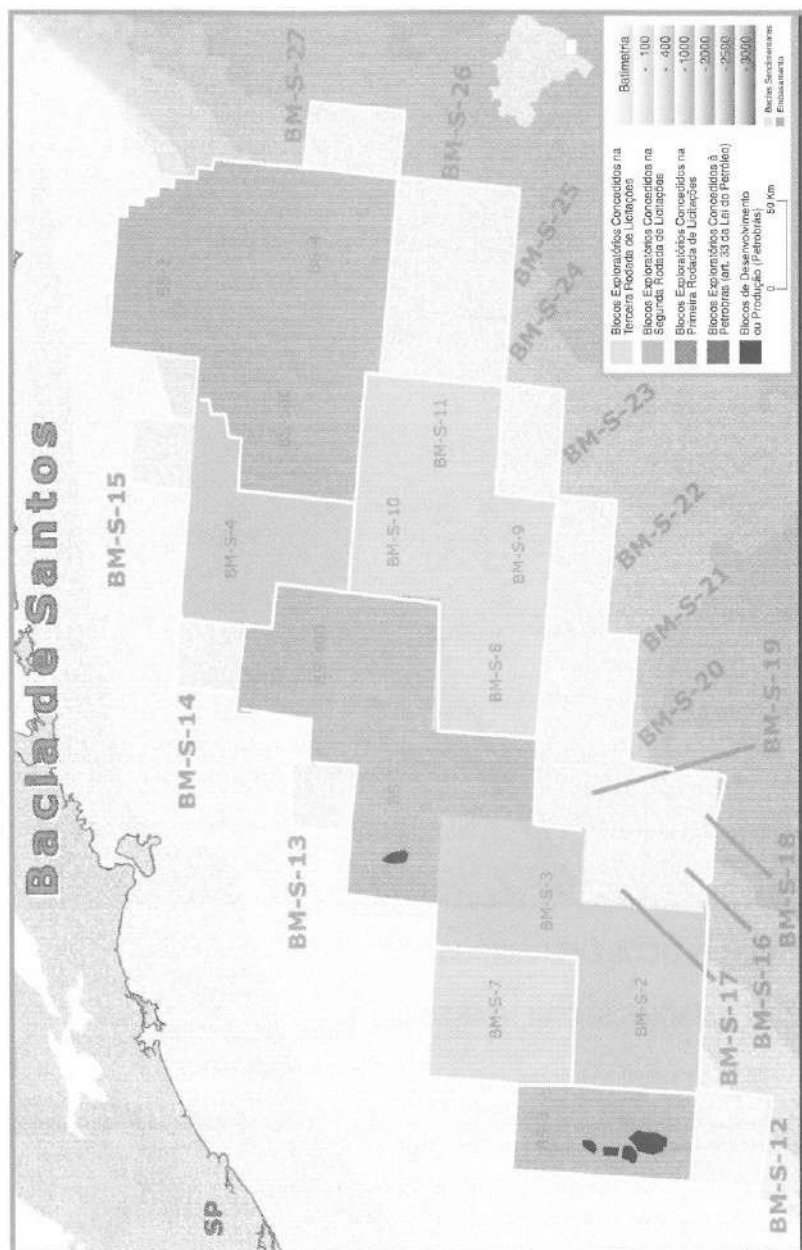
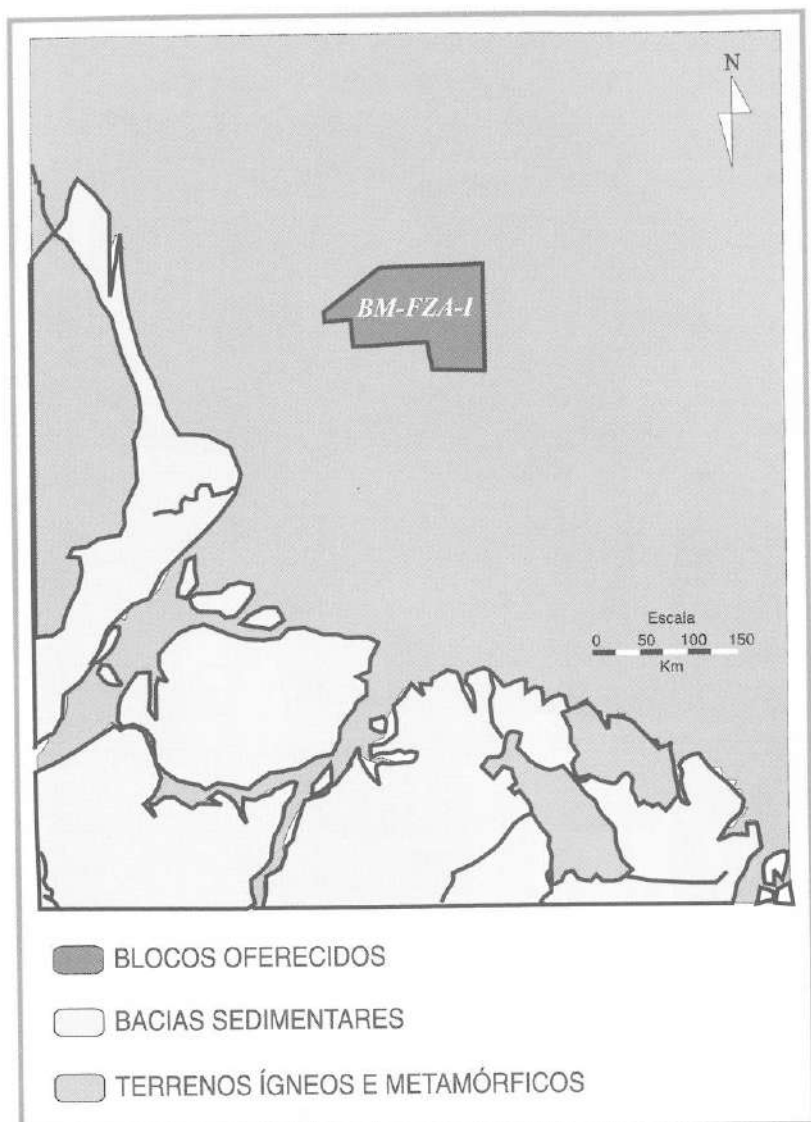
O objetivo da mudança era desvincular o Brasil dessa excepcional estrutura de poder e promover sua internacionalização. É impossível imaginar algo semelhante com a Tennessee Valley Authority - TVA, empresa pública norte-americana. Considerar nesse contexto o petróleo como *commodity* é um absurdo geopolítico, crime de lesa pátria que compromete a sobrevivência nacional no tempestuoso período previsto com o fim do petróleo.

Essa excepcional estrutura construída pelo povo brasileiro na forma possível - monopólio estatal -, significou acerto incomparável que forças externas precisam destruir para enfraquecer o país nessa perigosa situação. O grande perdedor seria o Brasil quando a nação encontra-se enfraquecida por políticas financeiras estúpidas que nos levam à beira da ruína.

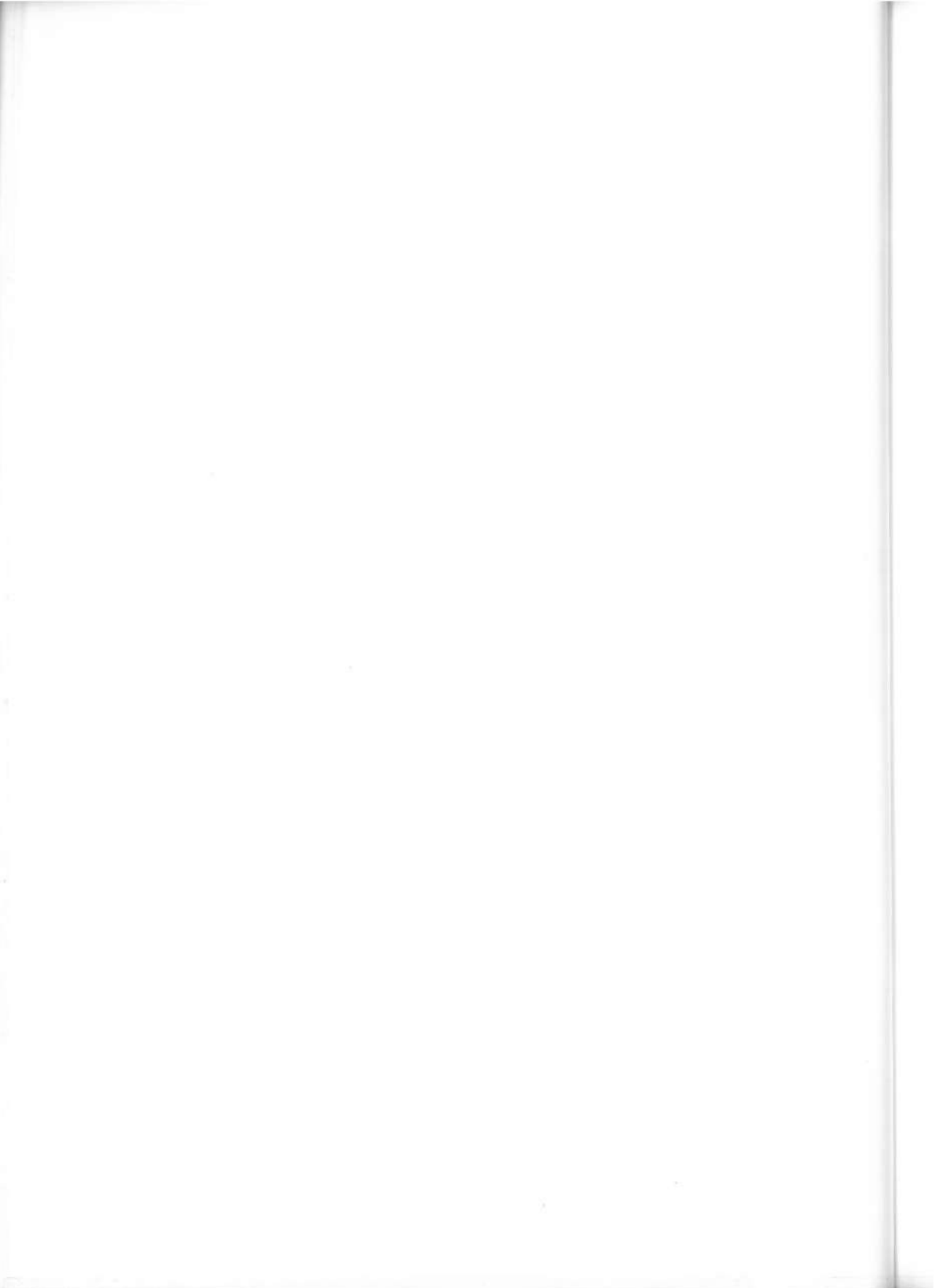
PetroBrax

Heliodoro

MAPAS

Concessões para prospecção, exploração e produção de petróleo nas Bacias de Campos e Santos, e na Foz do Amazonas

Fonte: *site* da Agência Nacional do Petróleo

Fonte: *site* da Agência Nacional do Petróleo

Fonte: *site* da Agência Nacional do Petróleo

Fonte: *site* da Agência Nacional do Petróleo

QUARTA PARTE

Os Fatos

"PERDER CONTROLE SOBRE A ENERGIA COLOCA EM JOGO A PRÓPRIA SEGURANÇA NACIONAL"

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Aepet, assina este capítulo. Com o enfraquecimento da Petrobrás, diz a Aepet, "a nação perderá o controle sobre suas fontes energéticas, o petróleo brasileiro será incorporado ao cartel internacional e os lucros da indústria não serão reinvestidos no país". Para os engenheiros da empresa, a própria segurança nacional estará em jogo com a quebra do monopólio estatal do petróleo.

A questão petróleo não é trivialmente política, mas vitalmente estratégica. Sua compreensão implica a análise de questões fundamentais e a desmistificação de tabus artificialmente montados.

Um mito afirma que o Brasil tem presença estatal inchada. Relatório da ONU de 1991 demonstra que, nos países do Primeiro Mundo, a presença do Estado é da ordem de 40% a 50% do PIB, enquanto nos países do Terceiro Mundo, entre os quais se inclui o Brasil, a relação é inferior a 20% (isto antes da orgia privatista do governo FHC).

Outro mito sustenta que o petróleo é uma *commodity*, como a soja ou o suco de laranja. Mas uma publicação especializada americana, o *Defense Monitor*, informa que o petróleo importado do Oriente Médio pelas companhias norte-americanas custa mais de US$ 90 o barril - dos quais US$ 30 pagam o combustível e os US$ 70 a US$ 90,00 restantes são gastos com

o aparato bélico que mantém os fornecedores do Oriente Médio sob controle americano. A mais simplista análise da Guerra do Golfo - e suas causas - deixa claro que uma *commodity* não seria capaz de gerar o conflito. Fica clara, também, a importância do petróleo para os países do Primeiro Mundo, que consomem 80% do que se produz e não têm reservas. Vamos restringir os comentários aos EUA, que consomem muito mais do que podem.

Reservas Estratégicas

Os Estados Unidos consomem, por ano, 28 barris de óleo por habitante, contra 12 na Europa, 3,4 no Brasil e uma média de três nos outros países do Terceiro Mundo. Se estes consumissem o que os europeus consomem, não haveria hoje combustível disponível. Essa é uma das razões pelas quais as nações dependentes são mantidas no subdesenvolvimento.

As reservas norte-americanas caíram de 33 bilhões de barris, em 1990, para 21 bilhões de barris, em 1999 - e continuam caindo a uma média de 3% ao ano. Enquanto isso, o Brasil elevou suas reservas de 8,1 bilhões para 17 bilhões e as projeções são otimistas: nos próximos cinco anos vamos superar as reservas americanas e temos chances de atingir os 30 bilhões de barris. Esses dados mostram a importância do petróleo para os Estados Unidos. Consomem 30% do petróleo mundial e têm reservas para menos de cinco anos, caso não importassem.

As 10 principais companhias de petróleo do planeta são estatais e detêm 93% das reservas mundiais, tendência que deve aumentar. As quatro irmãs, que dominam o oligopólio mundial, têm menos de 4,5%. Até cinco anos atrás isso não chegava a ser um problema, já que as multinacionais compravam petróleo e ficavam com a parte lucrativa: refino e distribuição. Os riscos, portanto, ficavam com as empresas públicas, que faziam os investimentos de risco necessários. A cômoda situação acabou a partir do momento em que os estados produtores resolveram investir no segmento lucrativo, comprando refinarias e distribuidoras - estratégia que colocou em risco a supremacia das companhias transnacionais.

Contratos de risco

Constituem mais um capítulo da rica mitologia neoliberal. Falou-se que as empresas transnacionais trariam investimentos e tecnologia. Mas, nos 13 anos de vigência dos contratos, a Petrobrás investiu US$ 26 bilhões contra apenas US$ 1,8 bilhão das empresas estrangeiras contratadas - dos quais US$ 500 milhões contabilizados na aventura da Paulipetro do governador Paulo Maluf (1979-1983). A maior parte dos recursos das transnacionais foi gasta no aluguel de sondas em disponibilidade no Mar do Norte para cumprir formalidades contratuais. Os investimentos destinados à geração de emprego não passaram de US$ 350 milhões.

Enquanto os contratos de risco estavam em vigência, a Petrobrás descobria os gigantescos campos de Marlin, Albacora, Barracuda e Roncador, gerando tecnologia em águas profundas, premiada internacionalmente.

Também não é verdade que a Petrobrás só abriu áreas que não tinham petróleo: 85% das bacias sedimentares foram colocadas à disposição nos contratos de risco. As áreas localizadas em águas profundas também foram oferecidas, mas as multinacionais não entraram porque se negaram a assinar cláusula contratual que impunha o desenvolvimento de tecnologia caso achassem petróleo. A Petrobrás investiu e hoje, superados os riscos, todos querem "pesquisar" na região.

Desde que foi criada em 1953, a Petrobrás vem sendo alvo de constantes ameaças. Getúlio Vargas, em sua carta-testamento, já denunciava pressões internacionais.

Criada em 1961 para lutar pela preservação da Petrobrás, enquanto instrumento da independência e do progresso econômico, tecnológico e social do Brasil, a Associação de Engenheiros da Petrobrás - Aepet, vem chamando atenção para a sucessão de medidas administrativas, tomadas à revelia da sociedade e responsáveis pelo enfraquecimento da empresa. Para mudar a regra que premia o distribuidor em prejuízo de quem refina (distorção que vem ocorrendo desde 1989), a Aepet encami-

nhou três cartas ao então presidente Itamar Franco. Pedia, pelo menos, o restabelecimento da estrutura de preços anterior a 1989, mecanismo capaz de reduzir o preço ao consumidor em até 20% e ainda assim gerar lucro para a empresa.

A entidade questiona também a maneira tendenciosa com que a grande imprensa trata os temas relacionados ao estratégico setor de energia. Em 1996, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* afirmaram que a Petrobrás era ineficiente porque produzia 33 barris por empregado (explorando jazidas a grandes profundidades marítimas), enquanto nos países do Oriente Médio (onde o custo é reduzido pela quantidade de petróleo disponível) essa relação era mais produtiva. Beirando as raias do absurdo, a análise, além de ignorar dados fundamentais como as condições geológicas, usou uma média mundial baseada nos três maiores produtores.

A manipulação foi tão grosseira que o especialista Daniel Yergin, pretenso autor das considerações, esclareceu que não diria uma bobagem daquelas e ameaçou processar os citados veículos.

Sérios Riscos

Sabemos que um formidável volume de recursos vem sendo usado para defender a filosofia neoliberal e a onda de privatizações perpetradas pelo governo FHC. As bem elaboradas e rebuscadas peças publicitárias, no entanto, não resistem a uma simples exposição dos fatos.

O que fez a Petrobrás nos últimos 45 anos? É bom lembrar que o país nunca ficou desabastecido e a estatal ganhou dois prêmios mundiais de indústria petrolífera pela tecnologia que desenvolveu na exploração em águas profundas. Economizou US$ 200 bilhões em divisas e outros US$ 120 bilhões para os consumidores (vendendo combustível a preços mais baratos). Investiu US$ 80 bilhões no país, nos primeiros 40 anos de sua existência, enquanto 6.311 multinacionais, dos mais diversos setores, investiram US$ 72,5 bilhões em mais de 100 anos. A companhia já distri-

buiu mais de US$ 10 bilhões em dividendos e recolhe, em média, US$ 6,5 bilhões de impostos por ano (movimentando apenas 3% do PIB), enquanto todo o sistema financeiro recolhe apenas US$ 3 bilhões.

É conhecido também o compromisso da companhia com a indústria de capital nacional, a geração de tecnologia e a criação de postos de trabalho. A Petrobrás absorveu e gerou tecnologia que repassou ao país e adquiriu mais de 80% de seus equipamentos no Brasil. Elevou as reservas de petróleo sete mil vezes, alcançando 17 bilhões de barris e com perspectivas de ir a 30 bilhões.

Produzindo mais de 70% do consumo nacional, a estatal tem todas as condições de chegar à auto-suficiência. Responsável por convênios com diversas universidades, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, a Petrobrás é a empresa que mais cresce no setor, vende a segunda gasolina mais barata do planeta, gera 1,5 milhão de empregos indiretos e tem 37 mil empregados.

Embora as evidências indiquem o contrário, o volume de propaganda favorável à venda de empresas públicas é sufocante e praticamente impede o acesso da população às informações necessárias à compreensão da questão.

Com a quebra do monopólio estatal do petróleo, corremos uma série de riscos, a começar pelo aumento do preço dos combustíveis, que já passou de R$ 0,52 para R$ 1,30, e a conseqüente elevação dos produtos agrícolas, já que os combustíveis têm um peso considerável na estrutura de custos do setor, tanto na mecanização quanto no transporte. Regiões mais afastadas correm risco de desabastecimento (em Rondônia, por exemplo, só a BR está presente).

Por último, a própria segurança nacional estará em jogo: a nação perderá o controle sobre suas fontes energéticas, o petróleo brasileiro será incorporado ao cartel internacional e os lucros da indústria não serão reinvestidos no país.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet

O TURISTA E O VULCÃO

Neste item, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet - faz curiosa comparação entre um turista e os moradores de região em que um vulcão está prestes a entrar em erupção.

O mais recente golpe contra a soberania nacional envolve a participação da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Acionada para desmantelar a Petrobrás por meio da venda de significativa parcela de suas ações ordinárias (que lhe garantem o direito de controle), a ANP também passou a vender seus ativos. A manobra, iniciada na área de transportes, já está sendo praticada no segmento de refino.

A ANP não se conforma com o fato de a Petrobrás ser responsável por 98% do refino no país. Sob o argumento de que a Petrobrás detém um monopólio, ameaça apelar ao Cade para obrigar a companhia a se desfazer de parte dessa capacidade - vendendo suas refinarias para que outros atores surjam no mercado brasileiro.

Mas que monopólio é esse da Petrobrás?

Nosso parque de refino corresponde a 2% do refino mundial e as transnacionais, estas sim, formam um cartel e monopolizam 98% do refino no planeta. É inaceitável, portanto, a proposta do diretor-geral da ANP, que quer ver a Petrobrás dividindo seus 2% com quem já monopoliza 98%.

Para inibir investimentos da Petrobrás no parque de refino, o governo fundamentou-se no argumento segundo o qual sua estratégia levaria a iniciativa privada nacional ou estrangeira a investir para eliminar o déficit de derivados existentes, uma vez que a capacidade de refino da Petrobrás é de 1,5 milhão de barris por dia e o consumo de derivados é da ordem de 1,8 milhão de barris por dia (as projeções prevêem um consumo de 2,2 milhões de barris por dia em 2005).

Equivocada logo na primeira premissa, a política ensaiada pelo governo tem contornos suicidas, pois o capital privado não investe em refino no Brasil e em nenhuma outra parte do

mundo. O motivo principal é que o custo para construir uma refinaria nova é de US$ 12 mil por barril, enquanto na aquisição de uma refinaria já existente o valor cai para US$ 2 mil por barril (na gestão FHC é de se imaginar que o preço caia ainda mais). O segundo motivo é a existência de capacidade ociosa de refino no exterior. Na verdade, só se constrói refinaria nova quando é muito complicado trazer o derivado para o país (tornando-se um problema estratégico garantir a produção interna dos derivados, como acontece nos países asiáticos).

A Petrobrás tem refinarias já amortizadas e adequadas ao processamento do óleo pesado de produção nacional, em qualidade e quantidade. Por isso, vender parte do parque de refino desestabilizaria o sistema integrado de produção-refino-distribuição. A venda não traria retorno satisfatório, devido à depreciação de refinarias no mercado atual.

Atualmente, o parque de refino nacional é de fundamental importância para a agregação de valor ao óleo de produção nacional. Hoje, a Petrobrás está faturando US$ 11/barril extraído, graças a essa integração. Note-se que este valor é líquido e já inclui impostos, depreciação e *over-head*. Isto representa um ganho líquido mensal da ordem de US$ 400 milhões, para nossa produção de 1,2 milhão de barris/dia. Este ganho, de proporções significativas em termos de Brasil, só é possível porque o país tem onde colocar todo o petróleo produzido dentro de suas fronteiras.

O óleo da Bacia de Campos é pesado e tem teor elevado de sal, nitrogênio e ácidos naftênicos; mas tem baixo teor de enxofre. Nas proporções em que é produzido e, principalmente, nas proporções em que será produzido, de acordo com as projeções existentes, não tem e não terá colocação no mercado internacional porque não há refinadores internacionais preparados para processá-lo - nem nos volumes produzidos atualmente e, muito menos, nos volumes previstos.

Há ainda a considerar que um refinador internacional que adquirisse uma refinaria da Petrobrás dificilmente manteria o perfil de produção daquela refinaria. O comprador buscaria ampliar seu retorno, maximizando a produção com maior valor agrega-

do, usando, para isso, óleos mais leves; e reduzindo, conseqüentemente, a utilização de óleo de produção nacional.

Tem mais. A Petrobrás sempre investiu no desenvolvimento de tecnologia no país, em programas de pesquisas junto a Universidades, na especialização de mão-de-obra regional, em atividades que beneficiam as comunidades - cumprindo seu papel social. Uma empresa multinacional não substituirá a Petrobrás nesses aspectos, pois, além de trazer tudo pronto lá de fora, não tem laços com nossa sociedade.

Como se pode verificar, de nada adiantará produzir mais óleo se a Petrobrás não puder processá-lo ou vendê-lo. Diante desse quadro, o parque de refino, a distribuição e toda a logística desenvolvida ao longo de 40 anos são itens de fundamental importância para garantir a lucratividade dos campos de petróleo. O parque garante, também, que flutuações no preço internacional do petróleo tenham impacto atenuado nos resultados da companhia, a não ser em casos extremos que, como mostra a experiência, têm sido raros.

O México e a Venezuela perceberam a necessidade de integração para garantir a colocação do óleo pesado que produzem. Aproveitando a queda do preço das refinarias americanas, esses países estão adquirindo refinarias nos EUA para processar seu óleo pesado. Se o Brasil vender refinarias, estará agindo em sentido diametralmente contrário a essa saudável estratégia, o que não parece razoável em termos empresariais ou em termos da defesa dos interesses nacionais.

O fato mais grave é que o presidente da Petrobrás assinou carta de intenção para a troca de ativos com a Repsol. A negociação inclui, por exemplo, a entrega da Refap (Refinaria Alberto Pasqualini) em troca de postos de serviço na Argentina. Tudo isso acontece no momento em que os industriais estão fugindo daquele país - em virtude da crise econômica e a quebra de mercado lá vigente. Pode-se comparar a situação com a atitude de um turista que se aproxima de um vulcão instantes antes de sua erupção, enquanto a população local foge. Nós, brasileiros, somos o turista.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet

A VENDA DAS REFINARIAS DA PETROBRÁS

Você abre o jornal e lá está mais uma notícia sobre fusão ou incorporação de empresas, com o objetivo de ganhar mercado, eliminar deficiências e custos, sobretudo de pessoal. No Brasil, a entrada de capital para investimento visa, principalmente, à aquisição de empresas existentes, estatais ou privadas. O fenômeno, que era saudado como altamente salutar para fechar as contas deficitárias do país, devido à explosão de importações, serviços e juros, passou a preocupar algumas autoridades governamentais pela falta de estatais a serem vendidas, ou pelos níveis alarmantes de desnacionalização, remessa de dividendos, **royalties** *e importações dos países de origem. Enquanto Japão e tigres asiáticos usavam seus mercados internos para alavancar as exportações, no Brasil, oferecíamos nosso mercado, sem qualquer estratégia, política industrial, ou seja lá o nome que se queira dar. O resultado está à vista de todos: desindustrialização e desemprego.*

Numa situação destas, o diretor da Agência Nacional de Petróleo(ANP), David Zylberzstajn, vem a público exigir que a Petrobrás venda suas refinarias para que se estabeleça a livre competição no setor, ameaçando levar o assunto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Enquanto isso, a Repsol espanhola, que comprou a ex-estatal argentina YPF, anunciou que pretende trocar 815 postos de gasolina na Argentina por refinarias da estatal brasileira.

A Petrobrás possui 11 refinarias distribuídas pelo território brasileiro. Existem duas outras: a de Manguinhos, no Rio de Janeiro, da Repsol-YPF, e a Ipiranga no Rio Grande do Sul. Os derivados produzidos são levados aos postos de revenda e outros grandes clientes pelas distribuidoras. A BR tem 34% do mercado global nacional, caindo esta participação na região Sudeste, onde está localizado o filet-mignon do setor. Na região Norte e nos estados mais pobres do Nordeste, menos atrativos, sua participação é superior a 50%, havendo estados onde têm mais de 90% do mercado

distribuidor. As multinacionais Shell, Esso, Texaco e Agip ficam com 37% do mercado; a Ipiranga, com 15% e o restante com centenas de pequenas distribuidoras. Se forem considerados apenas os postos de revenda, a participação se modifica: BR(23,3%), multinacionais (42,7%), Ipiranga (18,7%), outras (15,1%). A Petrobrás é a nona maior refinadora mundial (1,8 milhão de barris diários), segundo a PIW. A Exxon é a primeira e a Shell a segunda. Temos 2% da capacidade de refino mundial e necessitamos vender refinarias para que as duas gigantes possam competir conosco. A partir do momento que a ANP liberar a importação de petróleo e derivados, estas distribuidoras poderão continuar a comprar os derivados das refinarias existentes no país, ou importá-los diretamente do exterior, deixando ocioso o parque de refino nacional e onerando as importações brasileiras. Não faz o menor sentido.

Mas, há outros detalhes que não são levados ao público. O Brasil produz 70% do óleo que consome e o campo de Marlim responde por 33% da produção nacional. O óleo de Marlim é pesado e possui teores mais elevados de nitrogênio e metais que os crus habitualmente processados, necessitando adaptações nas refinarias e gastos adicionais em unidades de tratamento.

Se as refinarias forem vendidas e o novo proprietário preferir processar petróleo importado, para não investir em adaptações nas refinarias, o petróleo nacional terá de ser vendido ao exterior ou deixar de ser produzido. Seu valor será depreciado devido à oferta de óleos pesados como o venezuelano no mercado internacional, reduzindo os recursos para aumentar, ou mesmo manter a produção nacional.

As conseqüências serão o agravamento das contas nacionais, pelo aumento da importação de petróleo e derivados, redução de *royalties* pagos aos estados e municípios brasileiros, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, onde se concentra mais de 70% da produção nacional.

Quando, em 1962, abastecimento nacional passou a ser responsabilidade da Petrobrás, a razão foi exatamente porque o petróleo importado pela estatal era 30% mais barato que os trazidos pelas companhias estrangeiras.

Outro aspecto importante é o tecnológico. O país foi buscar petróleo no mar em áreas profundas, porque é lá que se localizam nossas principais reservas. Não existia disponível no mundo e teve que ser criada internamente. O petróleo nacional só pode ser processado devido ao esforço tecnológico da Petrobrás, testando modificações nas unidades pilotos de seu centro de pesquisas (Cenpes) e refinarias espalhadas pelo país. Quem se interessar pelo assunto pode ler o artigo do editor da *Oil & Gas Journal* de março do ano passado. Caso contrário, teríamos que vender nosso petróleo pelo preço que os grandes refinadores se dispusessem a pagar. Afinal, não é um óleo leve, de colocação garantida e altamente valorizado.

No ano passado, a Petrobrás produziu 1,1 milhão de barris por dia (70% do consumo nacional), um aumento de 13% sobre o ano anterior, processando 1,5 milhão de barris/dia em suas refinarias. Para cada barril de petróleo produzido foram acrescidos 2,5 barris nas reservas provadas, atestando a preocupação com o abastecimento futuro.

Analistas de investimentos já fazem circular informações sobre o pretenso desinteresse das grandes companhias de petróleo pelo refino, devido ao baixo retorno. Segundo um deles, as empresas petrolíferas estão dispostas a vender suas instalações por, em média, 15% a 25% do custo de construir uma nova refinaria, apenas para não serem responsáveis pelo refino. Não é necessário ser especialista no assunto ou muito esperto para imaginar que as grandes companhias tenham interesse em perder mercado na área de refino. Também não é necessário ser profeta ou adivinho para deixar de tirar as conclusões pretendidas: a Petrobrás deverá ser instada a vender suas refinarias de 15 a 25% do valor de uma nova (afinal quem terá interesse em gastar U$ 1,8 bilhão numa nova refinaria?) para permitir que a livre competição se estabeleça no setor.

Com a palavra os governadores, prefeitos e parlamentares responsáveis pela geração de impostos e empregos em suas regiões.

Diomedes Cesário da Silva
Engenheiro Mecânico - Vice-Presidente
da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet

Consultores: agentes do sistema financeiro internacional

*Consultorias funcionam como braços do sistema financeiro internacional, escreve Argemiro Pertence, engenheiro-mecânico e diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet - entrevistado na Parte II (*A longo prazo, "vai ficar só o esqueleto"*). Os "vendedores de conselhos", diz Pertence, são recrutados em universidades americanas e outras engajadas nas teses "neoliberais". Já sabem mais sobre a Petrobrás do que a maioria de seus funcionários. E aconselham à estatal um modelo "rejeitado por empresas como a IBM, a British Petroleum e a Shell Oil por sua inadequação e pífios resultados".*

Muito do que se passa no Brasil tem o dedo de um novo tipo de atores que vêm assumindo papel decisivo na formulação política de países marcados pela debilidade institucional, pela corrupção, sufocados pelo peso de dívidas impagáveis. Trata-se das empresas de consultoria. Onipresentes na periferia do capitalismo, esses grupos multinacionais se especializaram em "vender conselhos" a governos pseudo-reformistas dos países dependentes, sob a ótica do pensamento único que monopoliza a opinião mundial.

As empresas de consultoria operam como extensão do sistema financeiro internacional. Sua missão é assegurar a manutenção e ampliação do domínio sobre as economias periféricas. Os quadros são recrutados predominantemente em universidades americanas e outras, engajadas nas teses liberalizantes. Os principais executivos têm laços com as cúpulas das corporações transnacionais e dos "bancos globais".

Sua estréia no Brasil deu-se em abril de 1990, quando a consultoria CS First Boston entregou ao governo Collor, logo depois da posse, documento intitulado "Idéias Preliminares para o Desenvolvimento de um Plano Diretor de Privatização". Detalhava etapas para a privatização do setor público brasileiro:

empresas de siderurgia, petroquímica, fertilizantes, energia elétrica. E destacava um capítulo intitulado "Petrobrás - Estratégia para a Privatização", com a ressalva de que a privatização deste setor era inviável, pois havia restrições constitucionais.

O documento recomendava abertamente a retirada da Petroquisa, subsidiária da Petrobrás, do setor petroquímico; a privatização dos setores de fertilizantes e de distribuição de derivados; e a seleção de subsetores dos negócios relacionados ao petróleo onde houvesse a possibilidade de transferência para a iniciativa privada.

Na realidade, só foi possível então vender a participação da Petroquisa nas empresas petroquímicas de segunda geração e uma drástica redução da sua participação nas três centrais de matérias-primas (Copene, Petroquímica União e Copesul), já que isto garantiria aos compradores o fornecimento de matéria-prima - a nafta - a preços subsidiados e a privatização da Petrofértil, a *holding* do setor de fertilizantes.

Na mesma época dessa investida, a Petrobrás contratou outra empresa de consultoria - a americana Booz-Allen - para promover a reestruturação da empresa. A Booz-Allen propôs modelo de organização baseado no conceito de "segmentos de negócios", onde diferentes partes da empresa se tornariam autônomas, com objetivos próprios, vendendo e comprando bens e serviços de outros segmentos da empresa, então denominados "clientes". Aparentemente, o quadro gerencial da Petrobrás à época percebeu a falta de consistência da proposta e a condição de cobaia a que a empresa estava sendo submetida. E abortou o processo.

Desde então, o assédio das empresas de consultoria às mais diferentes instâncias do poder público no Brasil tem assumido proporções absurdas. Criou-se o mito de que somos irresponsáveis e precisamos de tutores "para evitar o desastre". Há consultores estrangeiros em todos os ministérios de Brasília, em todas as empresas ainda sob controle do Estado, nos governos estaduais e municipais. Todo o programa de privatização, desde 1990, está entregue às consultorias - até mesmo o Plano Estra-

tégico do governo federal. O país já gastou milhões de dólares para pagar esses serviços, desviando recursos para engordar o bolso de tecnocratas, a maior parte estrangeiros, com intenções e competência discutíveis.

A Petrobrás tem se destacado nesse aspecto. Conta com quadro profissional altamente qualificado, treinado e experiente, que a levou à condição de líder do ramo em escala internacional. Apesar disso, a maior empresa do país optou por contratar esse tipo de serviço, escancarando seus arquivos, revelando seus segredos, fragilizando sua posição no cenário internacional, humilhando e desmotivando seus quadros técnicos.

Em 1998, por exemplo, a Petrobrás foi forçada a receber, em sua sede no Rio de Janeiro, um consórcio de seis empresas de consultoria - quatro delas estrangeiras. Pretexto: sob a batuta do Bndes, fazer uma avaliação da empresa, tendo em vista a intenção do governo federal de vender um lote de ações da companhia. Os consultores ocupavam uma parte do 12° andar da sede, em área de acesso vetado à maioria dos próprios funcionários da Petrobrás. Gerentes e técnicos foram constrangidos, sob pena de punição, a responder extensos questionários, expondo a esse grupo privilegiado de empresas todo tipo de informação relativa a projetos, planos estratégicos e segredos empresariais.

Evidentemente, o objetivo dessas empresas de consultoria não era avaliar um simples lote de ações. Estes são vendidos diariamente, em todo o mundo, sem a necessidade desse aparato inquisitório. O alvo principal eram informações que lhes permitissem conhecer os negócios da empresa, para mais facilmente realizar a tarefa de desmontá-la, após a quebra do monopólio estatal, patrocinada pelo atual governo.

Nunca a Petrobrás esteve tão vulnerável. Sua área de desenvolvimento tecnológico, principal arma para se manter atualizada e competitiva, está ocupada por empresas terceirizadas, com acesso irrestrito a informações estratégicas.

Recentemente, o Conselho de Administração, curiosamente em reunião realizada em Brasília - a mais de 1.000 km da sede -, aprovou alteração na estrutura da empresa que autoriza

a implantação de um sistema de "unidades de negócio", semelhante à proposta da Booz-Allen, descartada em 1991. Estabeleceu-se a competição interna entre as "unidades", cada qual tendo autonomia gerencial e metas independentes, ou seja, prepara-se o desmantelamento da empresa. O modelo já foi rejeitado por empresas como a IBM, a British Petroleum e a Shell Oil por sua inadequação e pífios resultados. As empresas de consultoria, de maneira sorrateira, "aconselham" a adoção de modelo condenado pela experiência internacional.

Circula nos meios empresariais que a direção da Petrobrás já pensa em reduzir sua participação no refino ao tamanho da participação da BR no mercado de distribuição de derivados, ou seja, pouco mais de 30%. Isto significa que a Petrobrás vai vender suas refinarias. Ótimo negócio para os compradores, pois o preço de uma refinaria em operação é de cerca de US$ 2.000/barril, ao passo que a construção de uma refinaria exige investimentos de US$ 12.000/barril.

Foi contratada recentemente, por US$ 18 milhões, mais uma empresa de consultoria estrangeira, com objetivo de propor soluções para a redução do custo operacional do refino. Por meio de ações a desenvolver-se nos próximos três anos, segundo os consultores, o custo vai baixar em US$ 0,5/barril refinado. Incrível: a Petrobrás, que produz petróleo em lâminas d'água superiores a 1.200 metros, que perfura poços marítimos em lâminas de 2.700 metros, que adaptou seu parque de refino para processar o complexo petróleo da Bacia de Campos, que produz gasolina para a equipe Williams-BMW do reduzidíssimo circo da Fórmula-1, vir a necessitar de técnicos estrangeiros para, em três anos, ensinar-lhe a reduzir em meio dólar seu custo de refino, além de permitir o acesso dessa gente à intimidade de seus negócios e segredos industriais.

Nesse quadro, pouco se pode esperar. Centenas de técnicos experientes da Petrobrás já pularam do barco que, para eles, parece estar afundando. Uns foram para casa, incentivados pela direção da empresa. Outros foram emprestar seus conhecimentos a concorrentes, a troco de altos salários. A maior empresa do país está entregue ao interesse de curto prazo e ao lucro fácil.

Os que ainda trabalham na empresa poucos motivos têm para se sentir seguros. Tudo o que fizeram até aqui está sendo feito agora por consultores cujos salários são cinco a 10 vezes maiores que os seus, ou por trabalhadores terceirizados mal remunerados. Seus espaços de trabalho desaparecem. Os mais otimistas acreditam que o pior acontecerá com o colega do lado ou, quem sabe, conseguirão passar para o lado das consultorias. Este é o modelo a que o governo submeteu a maior empresa brasileira.

Seqüência da Colonização

1977 - *Henry Kissinger declara que os países industrializados não podem mais viver sem os recursos não-renováveis do planeta (em poder do Terceiro Mundo) e prega um sistema sofisticado de pressões e constrangimentos para controlar esses recursos a preço de custo. Seria a senha para o início das negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio - Gatt.*

A negociação durou oito anos e culminou com a Rodada Uruguai, convocada pelo presidente Reagan. Como as negociações emperravam, os EUA e a União Européia resolveram jogar sujo e pesado. Reuniam-se na chamada Sala Verde (*Green Room*), tomavam as decisões bilateralmente e depois chamavam os demais países apenas para referendá-las.

1977 - Da Rodada Uruguai saíram os alicerces da globalização, como privatização generalizada, desregulamentação, Trips (Acordo de Patentes e Direitos de Propriedade) e o *Free Logging Agreement*, que prevê incentivos fiscais para exploração de florestas.

1989 - Governo dos EUA convoca os países latino-americanos e os pressiona a implantar de imediato as conclusões da

Rodada Uruguai. Foi o chamado Consenso de Washington. O governo Collor adotou integralmente as orientações e o Plano Collor foi feito em cima daquelas diretrizes, as quais foram levadas à exacerbação neoliberal nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

1995 - Primeiro ato do governo FHC: reforma de cinco itens da Constituição (ordem econômica), que desmontou a soberania nacional:

a) Abriu para estrangeiros nosso subsolo, igualando empresas estrangeiras e nacionais. Sem possibilidade de obter recursos, as empresas brasileiras não têm chance de competir.

b) Abriu a navegação de cabotagem, permitindo a entrada de embarcações estrangeiras no interior do país para escoar suas riquezas. (Nos EUA, a cabotagem tem obrigatoriamente tripulação e embarcação americanas).

c) Quebrou o monopólio do gás canalizado que passa a ser desnacionalizado e promove a vinda de gás da Bolívia, Peru e Argentina, todos propriedades do cartel internacional. Perderemos a auto-suficiência energética, passando para a dependência de fornecimento multinacional que só visa lucro e usa combustível que, além de poluente, seria a quinta opção econômica para gerar energia elétrica. Ainda vamos construir as termelétricas para eles e repassá-las por preços aviltados.

d) Quebrou o monopólio estatal das telecomunicações, o que permitiu fazer uma verdadeira doação da Embratel e do sistema Telebrás a empresas estrangeiras, entregando o controle da informação, o que é crime.

e) Quebrou o monopólio da União sobre o petróleo e elaborou a Lei 9. 478/97, que permite a desnacionalização desse estratégico setor.

Começaram as negociações do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico dos Países Ricos - Ocde.

MOVIMENTOS INTERNACIONAIS CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

Paris - outubro/1998

Encontro internacional contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Participaram delegações de 25 países. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet - esteve presente representando 26 entidades brasileiras (OAB, Cnbb, ABI etc.). O encontro foi composto de discussões, protestos de rua, entrevistas à imprensa, protesto junto à sede da Ocde (29 países mais ricos) onde estava sendo discutido para ser aprovado o AMI. Em face dos protestos, o primeiro ministro Leonel Jospin se recusou a assinar o AMI, propondo que ele fosse rediscutido em Seattle em novembro de 1999, na chamada rodada do milênio.

Paris - junho/1999

Em face da rodada do milênio, novo encontro foi realizado em Paris, sob a coordenação da entidade Attac (Associação pela Taxação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos), visando discutir e organizar a atuação das entidades internacionais contra a globalização e o neoliberalismo. Nesse encontro, a delegação brasileira apresentou a proposta, aceita por unanimidade, de concentrar a luta internacional contra a rodada do milênio, deixando as outras para após Seattle. O nosso argumento foi o de que, se Seattle se realizasse e o AMI fosse sacramentado, não restaria muito o que defender. A partir daí, via Internet, se preparou a resistência de Seattle. Nesse encontro, estavam presentes 25 países e cerca de 700 entidades.

Seattle - nov/dez/1999

100. 000 manifestantes foram às ruas e impediram a realização da rodada do milênio. Durante uma semana, conferências paralelas eram realizadas em diversos pontos da cidade. Delegações de mais de 100 países participaram mostrando fatos e dados dos seus

países onde o efeito devastador do neoliberalismo levava à miséria e à fome. Uma índia da Colômbia, aos prantos, falou como o governo colombiano massacrava os índios e os pobres sob a desculpa do combate às Forças Armadas Revolucionária Colombianas - Farc. Publicações de todas as partes do mundo desfilavam os horrores da globalização. Lideranças internacionais mostravam palestras consistentes e profundas sobre as ações deletérias das transnacionais contra o meio ambiente, a natureza e a população menos favorecida dos países em desenvolvimento. Os protestos nas ruas eram pacíficos, mas a polícia usou gás lacrimogênio, cassetetes e prendeu mais de 500 manifestantes. Havia cerca de 30 jovens vestidos de preto e encapuçados que promoviam arruaças, quebra-quebras tentando desmoralizar o movimento. Nenhum deles foi molestado pela polícia. Um deles disse na Internet que fora contratado e treinado por uma empresa multinacional. A rodada foi suspensa e mais uma vez o AMI foi derrotado.

Davos - janeiro/2000

Manifestações perturbam o encontro de políticos e empresários que participavam do fórum econômico mundial. Uma loja do Mcdonalds teve suas janelas quebradas.

Washington - abril/2000

Cerca de 20. 000 manifestantes, incluindo ambientalistas, agricultores, e ativistas em defesa dos países mais pobres tumultuaram a reunião anual do Fundo Monetário Internacional. Foram presos 1. 300 manifestantes.

Londres - maio/2000

Cerca de 4. 000 manifestantes se reuniram no centro da cidade e protestaram contra o neoliberalismo. Ativistas mascarados atacaram um loja Mcdonalds.

Praga - setembro/2000

A assembléia conjunta do FMI e do Banco Mundial teve de terminar um dia antes do previsto devido aos conflitos da

polícia com cerca de 15. 000 manifestantes de 54 países, terminando com 900 presos e 150 feridos. Os 13. 000 agentes destacados para garantir a segurança não deram conta.

Davos - janeiro/2001, Porto Alegre/2001

Polícia isola a cidade de Davos e fecha temporariamente a fronteira do país para evitar a entrada de manifestantes no Forum Econômico Mundial. Simultaneamente, realiza-se no Rio Grande do Sul o Fórum Social Mundial com enorme sucesso e a participação de mais de 100 países e 10. 000 pessoas, contrapondo-se ao forum de Davos.

Quebec - abril/2001

No Encontro das Américas (visando à criação da Alca), a polícia teve que usar bombas de gás lacrimogênio e canhões de água para dispersar os manifestantes anti-globalização e anti-Alca. FHC assinou o compromisso de vincular o Brasil a essa organização sem consultar o povo e o Congresso.

Barcelona - junho/2001

Encontro do Banco Mundial marcado para discutir formas de combater o pobreza no mundo foi cancelado por falta de segurança. O debate aconteceu por meio de teleconferência.

Gotemburgo - junho/2001

A reunião da União Européia foi perturbada por cerca de 20. 000 manifestantes. Os protestos deixaram 78 feridos e 600 presos.

Gênova - julho/2001

Devido à reunião do G-8, foi erguido um muro com placas metálicas e 15. 000 policiais sairam às ruas para enfrentar mais de 100. 000 manifestantes de todo o mundo. Um manifestante foi assassinado, e o veículo dos policiais deu marcha-à-ré para passar por cima do corpo.

Mas as manifestações não se restringiram à Gênova. Aconteceram em cidades de todo o planeta, "da Cidade do México a Lugano, passando por Manila e São Paulo. O inimigo de todos os grupos é uma espécie de dragão de duas cabeças: a globalização e o neoliberalismo".

Cresce, portanto, a reação internacional contra os instrumentos das transnacionais para oprimir e explorar os povos deixando atrás de si um rastro de miséria, pobreza, devastação e degradação do meio ambiente. A falácia neoliberal está chegando ao seu final. Esperamos que seja o mais próximo possível. Que a ganância do lucro fácil, a especulação financeira, a lavagem de dinheiro, a concentração de riquezas, a exploração do ser humano pelas empresas dêm lugar a uma crescente humanização, socialização e respeito aos direitos de soberania, cidadania e da própria sobrevivência dos povos, mormente os menos favorecidos.

O QUE ESTÁ HAVENDO NA PETROBRÁS?

O nosso objetivo aqui é oferecer aos parlamentares informações que os ajudem a buscar respostas para a grande pergunta que estarrece as mentes dos brasileiros:

"Por que a Petrobrás, que ganhou em 1992 e 2000, o prêmio máximo da indústria do petróleo por sua competência tecnológica e tendo sido considerada a oitava empresa mais admirada do mundo no setor - conforme publicado pela Revista Fortune de 2/10/2000 - está passando por sucessivos desastres até chegar ao lamentável acidente da P-36?"

De maneira geral, acidentes dessa envergadura não são causados por fatos isolados. São frutos de uma série de fatores conjugados. No caso da Petrobrás, há inúmeros. Vamos citar alguns mais relevantes:

1 - Em março de 1990, o Banco Credit Suisse First Boston apresentou ao governo Collor o plano para a privatização da Petrobrás. Considera a Petrobrás uma empresa emblemática,

portanto, de difícil privatização. O plano consistia numa estratégia com dois pontos básicos:

a) privatizar as subsidiárias existentes;

b) dividir a Petrobrás em novas subsidiárias e privatizá-las.

Em 1992, o governo Collor iniciou a privatização das subsidiárias. Foi vendida a participação da Petrobrás na Petroquisa e na Petrofértil. A Petromisa e a Interbrás foram liquidadas.

Naquela época, criou-se na Petrobrás a Assessoria de Modernização Empresarial - Asseme - uma assessoria para reestruturar a empresa. O estudo da Asseme propunha a divisão da empresa em unidades de negócio. Combatemos essa fragmentação da Petrobrás e tivemos êxito naquela ocasião. Ajudou-nos o fato de empresas como a IBM e a British Petroleum terem implantado esse tipo de estrutura organizacional e terem tido o maior prejuízo de suas histórias: a IBM perdeu US$ 4 bilhões. A BP 3 bilhões. Teoricamente boa, na prática, a divisão em unidades de negócio desmonta qualquer empresa.

O principal formulador daquela reestruturação, o administrador da Petrobrás Carlos Alberto Novaes, chefe da Asseme, logo após aquele fracasso, aposentou-se e foi trabalhar na empresa de consultoria Arthur de Little. A mesma que agora foi contratada sem concorrência para fazer o planejamento estratégico da Petrobrás, e também encarregada de dividir a Petrobrás em unidades de negócio.

Em 1997, o Congresso Nacional transforma em lei o projeto do governo para a regulamentação do setor petróleo, a Lei 9.478/97. Esta lei contém vários artigos que, além de inconstitucionais, quebram de fato o monopólio da União e facilitam a privatização e a desnacionalização da Petrobrás.

O Artigo 64 da Lei 9.478/97 permite a divisão da Petrobrás em novas subsidiárias. É inconstitucional porque fere o Artigo 37, Incisos XIX e XX. O presidente Reischstul dividiu a Petrobrás em dezenas de unidades de negócio e está usando este artigo para transformar estas unidades de negócio em subsidiárias e privatizá-las.

Começou criando a "refinaria Alberto Pasqualini S. A. ", em sociedade com a Repsol, transnacional que comprou a YPF da Argentina. Para constituir o capital dessa subsidiária, usou 30% da refinaria Alberto Pasqualini, uma das mais estratégicas da Petrobrás, por estar localizada junto ao Mercosul, 10% do campo de Albacora Leste (um bilhão de barris em reservas) e postos de gasolina da BR.

Em troca, a Repsol entrou com uma refinaria velha, que refina cerca de 30. 000 barris por dia e está sujeita a ser condenada pelos órgãos ambientais, e alguns postos de gasolina num país em condições econômicas preocupantes, hoje à beira de um colapso. Tudo isto foi feito sem avaliação pública dos ativos como recomendam os diplomas legais que regulam as negociações envolvendo o patrimônio público.

Esta divisão em unidades de negócio mostrou o seu efeito devastador no acidente com a P-36. Ocorrido o desastre, levou-se cerca de 24 horas para organizar a tomada de providências.

A pulverização dos técnicos, a divisão de responsabilidades, a dificuldade de encontrar as pessoas certas, enfim, a Torre de Babel que se instalou em Macaé gerou o caos.

A plataforma era gerenciada pela unidade de negócio Rio, localizada no edifício sede da Petrobrás. O gerente da unidade de negócios da Bacia de Campos, eng. Bellot, é que acabou assumindo o comando do processo, mesmo não sendo a sua atribuição, nem competência, retornando ao esquema da antiga estrutura, onde as atribuições e as responsabilidades eram perfeitamente definidas e racionais.

2 - o Artigo 26 da Lei 9.478/97 também é inconstitucional porque quebra de fato o monopólio da União, ao dar à concessionária, que produzir petróleo, a propriedade dele após a extração. Isto contraria o Artigo 177 da Constituição que manteve o monopólio. O Artigo 60 ainda permite a exportação desse petróleo, restando à união o monopólio da rocha vazia.

Este fato acima relacionado e mais a determinação do governo de que os poços descobertos são obrigados a entrar em operação num prazo de três anos foram, ao nosso ver, motivos que contribuiram para o desastre da P-36.

Desde que assumiu a direção da ANP, em 1997, o senhor David Zylbersztajn só tem se preocupado em licitar as áreas que a Petrobrás havia descoberto. A Aepet solicitou audiência para levar a ele algumas preocupações, inclusive aquela que fora a principal razão alegada para a quebra do monopólio: a vinda de investimentos externos para pesquisar novas áreas e não a venda das áreas que a Petrobrás descobriu. Até hoje não recebemos sequer uma resposta. O senhor David tomou da Petrobrás áreas em que ela havia corrido riscos, investido e descoberto, licitando-as, em alguns casos, por um preço mínimo de até R$ 53.000,00. A Agip pagou U$ 137 milhões por uma área, o que resultou num ágio de 53.000%!

Tendo descoberto o Campo de Roncador, o melhor campo brasileiro, a Petrobrás sentia a ameaça de perdê-lo. Em 1998, durante a Copa do Mundo de Futebol na França, contrariando a Lei 9.478/97, a ANP tomou mais 30% das áreas que a Petrobrás havia garantido. À empresa, só restaram 7% das áreas potencialmente produtoras. Além disto, a Lei 9.478/97 dá à Petrobrás apenas três anos para explorar as reservas em águas profundas, enquanto uma simples portaria da ANP concede oito anos para outras concessionárias realizarem o mesmo serviço.

Esta situação obrigou a uma corrida em busca de uma plataforma que permitisse a colocação do Campo de Roncador em produção dentro do prazo de três anos - prazo inteiramente inadequado, tratando-se de águas profundas. A P-36 acabou sendo uma adaptação da plataforma *Spirit of Columbus*, transformada de plataforma de perfuração para plataforma de produção com projetos de empresas inglesas e construção do estaleiro Davies, no Canadá, que faliu antes de completar a reforma.

O fato de o projeto e da construção terem sido executados no exterior dificultou a realização da atividade de pré-operação que consiste, entre outras coisas, na implantação da equipe operadora da plataforma nos seis meses finais da construção. Além de sanar qualquer defeito de projeto ou construção, que normalmente ocorrem, apesar da certificação por empresas sérias, como a americana ABS ou a norueguesa DNV.

Esta pré-operação possibilita a familiarização rápida dos operadores com os equipamentos. Manuais de operação são discutidos e elaborados com a ajuda dos fabricantes. Isto não aconteceu da forma ideal no caso da P-36.

3 - Há ainda um outro ponto: produção a todo vapor. Em função dos problemas da balança comercial brasileira, há uma pressão muito grande para que se aumente a produção. Ademais, é preciso ajudar a restaurar a popularidade cada vez mais abalada do presidente, cujo governo enfrenta seguidas denúncias de corrupção que não são investigadas. Esta pressa pode comprometer a segurança operacional.

A empresa estatal mexicana Pemex foi pressionada a retirar as válvulas de segurança de fundo de poço para aumentar a produção. O objetivo era forçar a baixa do preço internacional do petróleo e aliviar a balança comercial americana, sufocada pela importação de nove milhões de barris por dia. Já foi cogitada essa solução na Petrobrás.

Acrescente-se que foi mostrado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre que os EUA acabam de liberar para empresas americanas, que ajudaram a eleger o presidente Bush, a exploração de petróleo no refúgio natural da vida selvagem, no Alaska, reserva que era cultuada como santuário ecológico.

Quando as empresas que adquiriram as áreas descobertas pela Petrobrás passarem a produzir seus campos, é previsto que façam uma produção predatória, como fizeram na Argentina recentemente: produzir mais do que o poço permite, danificando as jazidas. É o mesmo estilo de produção. Lá e cá, os atores são os mesmos.

4 - Empresa financeira ao invés de empresa de petróleo. A alta gerência da Petrobrás está empenhada em transações financeiras o tempo todo. *Project Finance*, *Swap* de ativos, internacionalização. Esses são os jargões que predominam nos diálogos dos gerentes. Acompanhamento das operações e busca de novas soluções técnicas não são mais as prioridades.

A Aepet reuniu-se com alguns gerentes da empresa para discutir esses pontos. A maioria, no entanto, está falando a

mesma língua, defendendo a internacionalização. Virou jargão: "A Petrobrás agora é uma empresa de energia e, por isto, precisa se internacionalizar", dizem, entre outras "modernidades".

Na área de Exploração e Produção (E&P), constatamos o desmonte das equipes de engenharia que haviam sido implantadas. As duas divisões técnicas da sede (Denge - Divisão de Engenharia e Divap - Divisão de Águas Profundas) que, junto com a área de engenharia básica do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - Cenpes e o Serviço de Engenharia (Segen), apoiados pelo *feed back* operacional, desenvolveram e consolidaram a tecnologia conhecida e respeitada internacionalmente, simplesmente desapareceram.

Questionamos este desmonte e fomos informados de que todo o trabalho de tecnologia seria agora transferido para coordenadores na região de produção. Argumentamos que havíamos levado 20 anos para acertar a função engenharia na Petrobrás e quando tudo está funcionando, pessoas que não são da área vêm e desmontam tudo sem nenhuma certeza de sucesso. Disseram-nos que ficássemos tranqüilos e que tudo daria certo.

Em Macaé, o que há hoje é uma desestruturação total da capacitação tecnológica. Técnicos estão pulverizados por uma estrutura confusa e amorfa. O diretor da área de E&P tentou extinguir o Serviço de Engenharia (Segen). Houve protestos. Agora este mesmo diretor patrocina a compra de pacotes no exterior, no regime *turn key*, o que na prática acaba com a engenharia (Segen) e o desenvolvimento tecnológico (Cenpes) na Petrobrás de uma só canetada. A proposta é a compra de caixas pretas, com os nossos engenheiros - os melhores do mundo no ramo - regredindo para a condição de simples leitores de manuais de operação e manutenção produzidos no exterior.

As mais recentes declarações do presidente da Petrobrás, que deixou a batata quente na mão da alta gerência da companhia, foi uma seqüência de erros. Denunciamos à imprensa a tentativa de arranjar logo um bode expiatório para culpar e demitir.

Os relatórios dos dias 11 a 14 acusavam ter havido sobrepressão no sistema de segurança (*vent*) e a suspeita era de

que a causa seria o abafador de chamas. Acusava ainda que estava sendo especificado um novo e que a sua futura troca exigiria parada de produção porque ele se localizava próximo da chama do queimador de gás.

Não se procurou saber de quanto era a sobrepressão, nem se o problema tinha sido resolvido. Foram para a televisão com informações que induziam estar descoberta a causa do problema e apontando nomes que, supostamente, não tomaram as providências adequadas.

Surpreendido com estas informações e sem conhecer o relatório, a Aepet alertou que esta poderia ser uma tentativa de imputar os erros aos escalões inferiores, pois o assunto requeria uma investigação mais profunda, por uma comissão independente, para o bem da Petrobrás e da própria diretoria.

Esta comissão seria formada por técnicos do Crea, Clube de Engenharia, Coordenação da Pós-Graduação em Engenharia da Ufrj - Coppe, Sindicato dos Engenheiros, e outras entidades não sujeitas a pressões da diretoria e do Conselho de Administração da Petrobrás. Soubemos depois que a sobrepressão havia sido de 10%, tinha sido aliviada e esta pode não ter sido a causa do acidente. À noite, os diretores da Petrobrás foram à televisão, constrangidos, dizer que não foi constatada a culpa antes levantada.

Os gerentes da empresa estão com a mente voltada para a gestão financeira e não tiveram condição de analisar os relatórios de operação e evitar o vexame. Ou, pior, não quiseram contrariar o presidente e não o alertaram. Este é um real perigo da submissão funcional.

5 - Cooptação dos gerentes.

Para não ser contestado, o presidente da Petrobrás concedeu um aumento de 100% para os gerentes e de 5% para os demais trabalhadores. Hoje, se um gerente contestar qualquer política da empresa, corre o risco de perder o cargo, saindo de um salário mensal de R$ 20. 000 para um salário de menos de R$ 5. 000.

O presidente contratou, sem concorrência, a Consultoria Arthur D. Little, dirigida por um amigo seu, Paulo Absten, para fazer o planejamento estratégico da empresa. Neste plane-

jamento, foram estabelecidas diretrizes como troca de ativos, reestruturação organizacional e "enxugamento" da companhia.

6 - Além da anomalia salarial, a direção da Petrobrás criou alguns outros meios de cooptação de empregados: bônus por produtividade e cargo de consultor técnico. Subjetivos, por serem concedidos pelo chefe imediato, são mais uma forma de cooptação. Se o empregado segue tudo que o seu gerente quer, ele ganha o bônus ou pode ser nomeado consultor técnico e ter o salário elevado em até 100%. Isto pode ser devastador para a empresa, porque ninguém discute qualquer ordem. Apenas cumpre.

Ademais, a direção da Petrobrás vem praticando uma política salarial predatória concedendo "abonos" (gratificação contingente e participações nos resultados) em substituição a parcelas salariais. Tal prática resulta em achatamento salarial daqueles que não estão "agraciados" com cargos de gerência, bônus, títulos de consultores e outras formas de cooptação, promovendo êxodo dos mais capazes, insatisfação dos que ficam e postura de falta de participação ("obedece quem tem juízo").

Administrativamente isto é um perigo. "As vacas de presépio", ou mais modernamente conhecidos como *yes men* proliferam e os verdadeiros gerentes, atuantes defensores da empresa desaparecem, cedendo lugar aos defensores do chefe. O clima organizacional está péssimo, a insegurança é gritante. Além disto, visando inviabilizar os fundos de pensão das empresas estatais o governo publicou o Decreto nº 3.721/00, excrescência jurídica que, desprezando direitos, prorroga o prazo para a aposentadoria. Isto aumentou ainda mais a insegurança e a insatisfação do quadro.

O nível de cooptação é tão dramático que, pelo fato de a Aepet ter discordado e apontado algumas atitudes do presidente como erradas, levou a que 21 gerentes pedissem desligamento da entidade. Não foram todos os gerentes porque alguns não eram associados da Aepet. Alguns dos missivistas, por conhecer a seriedade com que a entidade procura tratar os assuntos, nos ligaram para tentar justificar a saída. Dissemos-lhes que

compreendíamos que perder 3/4 do salário era um preço alto demais. Um deles ainda brincou: "Não temos mais gerentes com a coragem do Fernando Siqueira ou do Leonel para contestar uma ordem superior errada". Retrucamos dizendo: lembre aos companheiros que quem lhes paga o salário é a Petrobrás.

7 - Mudança no Conselho de Administração da Petrobrás.

Este Conselho era integrado pelos antigos diretores e mais três conselheiros externos eleitos. Foram substituídos por conselheiros eminentemente privatistas como Rodolfo Tourinho, José Pio Borges, Pedro Parente, Maria Sílvia Bastos Marques (representando o senhor Benjamim Steinbruch), Jayme Rotstein (pretenso defensor dos alcooleiros, que os tem jogado contra a Petrobrás) e o senhor Henri Philippe Reischstul.

Nesse conselho está prevista uma vaga para um empregado da empresa, eleito pelos empregados. Criada há dois anos, até hoje não foi preenchida. Isto é mais uma amostra de que há um processo de privatização dissimulada em marcha e aumenta o clima já ruim dentro da empresa.

8 - Enxugamento e terceirização da empresa.

É outro fator que contribui para o desmantelamento da empresa e geração dos problemas. Há oito anos, a Petrobrás tinha um quadro de 60. 000 empregados, pessoal treinado e qualificado para as atividades de operação das suas instalações. Hoje esse quadro foi reduzido para cerca de 34. 000 empregados enquanto as atividades quase triplicaram. Foram substituídos por empregados terceirizados e mal treinados.

O planejamento estratégico da empresa prevê ainda uma redução de 50% nos próximos quatro anos. Os empregados sabem disto, o que aumenta a insegurança e o medo.

Na Bacia de Campos, responsável por 80% da produção nacional de petróleo, segundo os dados divulgados, há 30. 000 terceirizados para 6. 000 empregados. Tirando desse número os gerentes e chefes de unidades de negócio, sobra pouco para o pessoal técnico e de operação.

Atividades como instrumentação (o cérebro da plataforma), manutenção, operação de alguns equipamentos são

terceirizadas (a General Electric opera os turbogeradores da P-35). O problema dos empregados terceirizados é que eles jamais recebem o nível de treinamento que a Petrobrás oferecia aos seus empregados. Há uma exploração da mão-de-obra e, para que haja lucro, é necessário que se invista pouco no profissional.

Há ainda uma grande rotatividade do pessoal. Cada vez que uma empresa perde uma concorrência ela tende a levar os melhores trabalhadores para outras atividades. Com isto o pessoal terceirizado jamais adquire a experiência necessária.

9 - Fatos estranhos mas, relevantes, referentes ao senhor Henri Philippe Reischstul:

9.1 - O caso Marítima - logo após assumir, o presidente da Petrobrás, intempestivamente, suspendeu os contratos com a empresa Marítima com argumentos tão inconsistentes que nos deixou a dúvida se ele estava do lado da Marítima ou contra ela. O fato é que ele deu munição à Marítima para processar a Petrobrás. É provável que o acidente com a P-36 tenha retirado essa munição. Todavia, o preço foi alto demais. Custou vidas humanas.

9.2 - As seguradoras americanas, que buscam um pretexto para não honrar o seguro de "performance bond" feito pela Marítima para garantir as obras das plataformas por ela contratadas tiveram uma ajuda considerável: o argumento principal delas seria de que os contratos das plataformas envolveram corrupção. Coincidentemente, o presidente Reischstul destituiu das funções gerenciais quatro engenheiros de alto nível e reputação.

Dois deles foram demitidos da empresa por justa causa. Um deles, Alceu Barroso Lima, foi convidado, ainda na condição de demitido, para defender a Petrobrás contra as duas seguradoras americanas que entraram com uma ação nos EUA para não pagar o seguro.

O que iria pensar um juíz americano sobre uma testemunha que foi demitida por justa causa e que sai em defesa de quem o demitiu? O engenheiro Alceu usou esse convite como argumento de defesa no seu vitorioso processo de reintegração aos quadros da empresa.

9. 3 - Consta do *curriculum* do presidente Reischstul: membro do Conselho de Administração da Lion desde 1995; vice-presidente executivo do Banco Inter American Express desde 1986. As demais atividades têm as datas de entrada e saída. Estas duas referências não têm as datas de saída.

10 - Fatos estranhos, todavia relevantes, a respeito do senhor David Zylbersztajn e da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

10. 1 - Ao assumir a direção da ANP o senhor David Zylbersztajn deu uma declaração inusitada para uma platéia predominantemente formada por representantes de empresas transnacionais - "o petróleo agora é vosso"

10. 2 - Quando a Petrobrás foi obrigada a construir o gasoduto Bolívia-Brasil, projeto antieconômico que visava viabilizar as reservas de gás da Shell no Peru, da BP/Amoco na Bolívia e da Total e British Gas na Argentina tendo ela assumido todos os riscos de mercado, o Banco Mundial acertou com o então ministro Raimundo de Brito uma garantia: a Petrobrás só seria obrigada a ceder os seus dutos para outras empresas quando a quantidade de gás transportado atingisse o montante de 24 milhões de m^3 por dia.

Houve uma briga de bastidores sobre isto e o ministro acabou caindo. Recentemente, o senhor Zylbersztajn concedeu às empresas Enron e British Gas o livre acesso quando a Petrobrás estiver transportando apenas sete milhões de m^3 por dia.

Há ainda um agravante sério: a Petrobrás paga a tarifa integral, como se o gás fosse sempre até o Rio Grande do Sul, a ponta do gasoduto. As demais pagam uma tarifa proporcional à distância. Considerando que a British Gas comprou a Comgás, que o senhor Zylbersztajn transformou em monopólio em São Paulo, quando secretário estadual, dificilmente a Petrobrás vai conseguir mercado para o gás que ela assumiu comprar na Bolívia.

10. 3 - A ANP já fez duas licitações de áreas descobertas pela Petrobrás com o preço mínimo de R$ 53. 000. A Petrobrás comprou algumas. A Aepet entrou na Justiça mostrando várias

irregularidades no processo. Algumas foram levantadas pelo próprio TCU. O juíz negou a liminar com argumentos evasivos.

Falta ainda julgar o mérito. Agora a ANP vai licitar mais 53 áreas, cujo tamanho é maior que 100 vezes as áreas licitadas nos EUA e na Inglaterra. Recebemos informações da ANP e da Petrobrás de que a empresa não irá participar. Vai alegar incapacidade técnica e financeira. Como no caso da compra da Comgás, quando ela foi impedida de participar do leilão.

10. 4 - Em 1998, em plena Copa do Mundo de Futebol a ANP retirou mais 30% das áreas que a Petrobrás havia conquistado, para licitá-las, deixando a empresa com apenas 7% do total de áreas potencialmente produtoras do país.

10. 5 - A ANP criou uma série de exigências para a criação de distribuidoras nacionais. Entre elas, a exigência de capital mínimo de R$ 1,5 milhão. Permitiu às petroquímicas a fabricação de gasolina de baixa qualidade a partir de solventes e nafta.

10. 6 - A Lei 9. 478/97 concedeu às refinarias privadas (Ipiranga e Manguinhos) uma prorrogação por cinco anos de um subsídio absurdo criado antes e durante a gestão FHC no Ministério da Fazenda. Pela lei, este subsídio deveria cair se a produção delas aumentasse. A ANP emitiu uma portaria aumentando esses subsídios. A Aepet questionou por carta solicitando à ANP quais eram as margens de refino do segmento como um todo. A ANP respondeu informando apenas a margem de refino das refinarias privadas: US$ 17 por barril. Omitiu a margem da Petrobrás, que é de apenas US$ 3 por barril.

A ANP ainda incluiu na portaria um artigo que congela os subsídios, violando o Artigo 72 da Lei 9. 478/97. A produção das refinarias aumentou 30% e não houve redução do subsídio. Se a legislação é única, como justificar tamanha disparidade entre as margens da Petrobrás e o das refinarias privadas?

Fernando Siqueira
Depoimento - Presidente da
Associação os Engenheiros da Petrobrás - Aepet
na Câmara dos Deputados e Senado Federal em 27/03/2001

IRREGULARIDADES E ILEGALIDADE DO "LEILÃO DA COPENE" - *No dia 25 de julho p. p. o Banco Central do Brasil, promoveu o leilão da totalidade do capital de controle do Econômico S. A. - Empreendimentos - Esae, porte mais expressivo de massa falida do Banco Econômico, organismo sob sua intervenção.*

Arrematando pelo preço mínimo (R$ 758 milhões) o ativo posto a venda, os Grupos Odebrecht e Mariani, associados em empresa constituída para este propósito, a Nova Camaçari, assumiram o controle total da *holding* Conepar e, portanto 23,5% do controle da Norquisa, empresa do qual reunidos os grupos referidos já dispunham de 32,1% do capital de controle, alcançando a maioria de 55,6%, e o controle da Norquisa. Como a Norquisa detém 58,3% do capital de controle da Copene, maior empresa petroquímica do país e produtora de matérias-primas para o Pólo Petroquímico do Nordeste, significa que adquiriram o controle da Copene.

A Nova Camaçari concorreu sozinha porque as regras do leilão davam um discutível direito de preferência ao Grupo Odebrecht. Qualquer que fosse a oferta de outro grupo, a Odebrecht tinha 60 dias para cobrir a oferta, além de obrigar o outro interessado, o Grupo Ultra, a adquirir, por decorrência de uma chamada cláusula de obrigação de venda conjunta (*tag along*), a comprar as ações da Odebrecht e da Pronor (*holding* do Grupo Mariani) que avolumaria os seus esforços financeiros a R$ 1,3 bilhões.

Todos os que conhecem o desempenho das empresas petroquímicas do Grupo Odebrecht e Mariani sabem da situação de alto comprometimento financeiro dessas empresas e a baixa ou negativa rentabilidade que apresentam. Sabiam também das dificuldades intransponíveis que os grupos mencionados tiveram para financiar o seu comparecimento ao leilão, negando-se tanto o Bndes como os grupos financeiros privados o apoio necessário - em suma, os grupos não eram mais financiáveis.

Finalmente, a solução encontrada pelos Grupos Odebrecht e Mariani foi propor aos financiadores (Citibank, ABN Amro Bank e outros), o seguinte esquema:

a) Os grupos adquiririam os ativos postos a venda, assumindo o controle da Norquisa e, portanto, da Copene;

b) Incontinentemente, a Copene adquiriria, por compra, os ativos operacionais (Polialden, ações da Politeno e outros ativos da Odebrecht e do Grupo Mariani), assumindo as dívidas dos grupos comprometidos com os financiadores. Em suma, os grupos Odebrecht e Pronor adquiriam o controle da Copene com o caixa da própria Copene.

Os grupos financiadores se comprometeram com os recursos necessários, exigindo, no entanto, prévia concordância do Conselho de Administração da Copene para esta inusitada operação.

Para atender a essa exigência, os grupos Odebrecht e Mariani necessitaram contar com os votos da Petrobrás, da Petros e da Previ no C. A. - Conselho de Administração da Copene, o que, por incrível que pareça, foi conseguido, resultando que essas empresas, com alto comprometimento no capital da Copene, dessem o respaldo a tão inusitada operação, elevando consideravelmente o grau de endividamento da Copene, em proveito unicamente dos grupos privados mencionados.

Como o leilão seria realizado no dia 25 de julho, a reunião do C. A. da Copene teve de ser realizado no dia 24 de julho. Para isto e para a concretização dos intentos dos Grupos, várias ações irregulares e ilegais tiveram que ser cometidas como a seguir se descreve.

Irregularidades e ilegalidades da Reunião do Conselho de Administração da Copene:

1 - As irregularidades cometidas na reunião da Copene começam a se caracterizar, de princípio, pela sua convocação pressurosa e ao arrepio do Estatuto Social da empresa que, no seu artigo 21 estipula:

"O Conselho de Administração se reunirá a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Pre-

sidente, pelo Vice Presidente ou por quaisquer dois de seus membros.

Parágrafo primeiro - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião extraordinária mediarão, no mínimo 10 dias, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém nunca inferior a 48 horas".

2 - No final da tarde de 20/7/2001, os representantes da Odebrecht e da Pronor emitiram convocação para reunião do CA da Copene para o dia 24/7/2001, em flagrante arrepio ao estabelecido no estatuto da companhia. Somente na segunda-feira, dia 23, durante expediente de trabalho, os conselheiros representantes da Petroquisa, Petros e Previ procuraram dar caráter de licitude à atitude da Odebrecht e da Pronor, emitindo "Carta de Concordância" com a realização da reunião. Certamente, mesmo considerando o frívolo ato dos representantes da Petroquisa e dos fundos de pensão como legítimos, da emissão dessas "cartas de concordância" ate às oito horas do dia 24/7/2001, para quando a reunião foi pautada, não mediaram as 48 horas estatuídas.

3 - Na verdade, o que provocou tal açodamento da Odebrecht e Pronor, que por razões inexplicáveis foram acompanhadas por instituições que deveriam zelar pelo bem público dos seus mantenedores (caso da Petros e da Previ).

4 - A explicação encontra-se no item três das matérias que deveriam ser tratadas na reunião extraordinária:

"item 3 - A autorização da operação de aquisição pela companhia (leia-se Copene) de participações societárias direta ou indiretamente detentoras de ativos petroquímicos localizados no Pólo Petroquímico de Camaçari".

5 - O que ambicionavam os grupos Odebrecht e Pronor? Fica claro que esses grupos pretendiam conseguir do CA da Copene uma autorização para que, após o leilão realizado, incorporassem à Copene os ativos adquiridos no mencionado leilão e outros ativos a eles pertencentes, sem nenhum exame prévio da diretoria da Copene ou de seus sócios minoritários (inclusive Petroquisa, Petros e Previ).

6 - Caracteriza-se, portanto, a extrema leviandade e falta de zelo dos representantes da Petrobrás, Petros e Previ, não só com a Copene, como era seu dever explícito pela Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) em seus artigos, mas também com o bem público, como é o caso da Petroquisa, e o patrimônio inalienável dos mantenedores, como é o caso de Petro e Previ.

7 - A violação dos princípios da Lei das S/A consumou-se com a aprovação na reunião do CA, realizada em 24/7/2001, contando com a maioria de seis representantes (dois representantes da Petroquisa e um de cada da Odebrecht, Pronor, Petros e Previ) de 11 representantes.

A aprovação foi perpetrada conforme "Proposta de Aquisição dos Ativos Nordeste Operacionais", distribuída a alguns conselheiros no dia 26/7/2001, isso é, na véspera da reunião do CA da Copene. Difícil pensar que tal violência aos princípios das SA tenha sido antes perpetrada. Impossível seria pensar que a Petroquisa, subsidiária de Petrobrás, empresa com um passado de respeito ao bem público, possa ter tratado com tal desleixo uma empresa de que ela detém mais de 21% de participação societária. Agrava-se a característica de leviandade do ato quando se considera que somente os ativos negociados no leilão de 25/7 alcançam R$ 758 milhões.

8 - Em decorrência dessa suspeita transação, sucedendo ao leilão do Banco Central, realizado em 25/7, o grupo Odebrecht em uma aliança não explicada com o grupo Mariani, adquiriu o controle societário da Copene, para tanto, utilizando essa própria empresa como garantidora de financiamentos conforme explicado na introdução deste documento.

9 - Para que isto ficasse bem claro, o item B da "Proposta de Aquisição do Nordeste Operacional", impingida pela Odebrecht e Pronor a seus sócios, com a leniência da Petroquisa, Petros e Previ, estabelecia:

"B - autorizar a Copene a pagar o preço de aquisição dos ativos Nordeste Operacionais com recursos obtidos por meio de financiamentos bancários, emissão de títulos e valores mobiliários, assunção pela Coepene dos financiamentos contratados pelo

vencedor do leilão (Odebrecht/Pronor) para aquisição dos Ativos Nordeste e/ou ainda, por qualquer meio de financiamento julgado apropriado pela diretoria (hoje composta por elementos de confiança da Odebrecht/Pronor)."

A convocação irregular do CA satisfez somente os interesses dos grupos Odebrecht e Mariani, em claro desrespeito ao Artigo 154 da Lei 6.404/76, já mencionada, que determina que o Conselho de Administração como órgão de administração da companhia só deve agir tendo em conta os interesses e fins dessa empresa.

10 - A decisão de aceitar a proposta dos grupos Odebrecht e Pronor violou também o Artigo 163, parágrafo 3° da Lei 6. 406/76, quando registra como indispensável na reunião do C. A. a presença do Conselho Fiscal que deve opinar sobre proposta de integração de ativos quando esta operação refletir-se no orçamento, na expansão de atividades e na modificação da estrutura societária da companhia. Respaldando as ponderações acima, o endividamento da Copene ficou multiplicado por três, em conseqüência da integração dos ativos, e suas atividades, ponderavelmente expandidas, sem nenhum compromisso com a racionalidade. Cabe dizer que a expansão da capacidade da Copene, tão importante para a elevação de sua produtividade como para o suprimento de petroquímicos básicos a indústria petroquímica brasileira, ficaram prejudicadas pelo alto nível de endividamento que a empresa alcançará com a incorporação desses ativos e de outros, como a Triken e a Nitrocarbono, que os Grupos Odebrecht e Pronor, agora majoritários, incorporarão. Diga-se de passagem que essas empresas há anos vêm em periclitante situação financeira, face ao seu alto nível de endividamento.

11 - Os atos praticados atropelaram também, e de diversas formas, o próprio estatuto da Copene que já no seu artigo 30 parágrafo três atribui à Diretoria Executiva a competência para determinar "o preparo de ... estudos de viabilidade econômico-financeiros para a participação, fusão, cisão ou incorporação, submetendo relatório circunstanciado ao Conselho de

Administração. A Reunião C. A. decidiu sem nenhum parecer da Diretoria Executiva.

12 - Coroando a série de irregularidades praticadas, acobertadas pelos conselhos representantes da Odebrecht, Pronor, Petroquisa, Petros e Previ, a inusitada justificativa de voto dos Conselheiros representantes da Conepar, empresa sob intervenção do Banco Central do Brasil, Sr. Natalício Pegorini e José de Sá Neto, este ex-sócio e ex-executivo do Banco Econômico por incrível que isto possa parecer. Neste documento os ilustres Conselheiros, após declarar "o fato de não terem sido fornecidos informações suficientes e detalhadas a respeito da referida operação para formar convicção pessoal definitiva a respeito do assunto em pauta, entendem", "os mesmos não estarem aptos a tomar qualquer atitude que não se absterem de votar . . . ". Como dois conselheiros de uma companhia e representantes em última análise do Banco Central escondem os seus votos que deveriam ser claro de rebeldia a uma decisão de não aceitação da proposta até que fundamentada em análise circunstanciada e examinada pelo Conselho Fiscal da companhia

SABOTAGEM

No Brasil está vindo à tona o esquema de fraudes e espionagem industrial que vem crescendo no mundo a partir da adoção do sistema neoliberal. É um assunto que causa preocupação porque esquemas clandestinos podem ser usados para denegrir a imagem da empresa. Entre as fraudes, segundo reportagem publicada no dia 29 de julho de 2001 pelo jornal "O Globo", estão acertos com firmas de consultoria e uso de parentes ou amigos como testas-de-ferro de empresas contratadas como fornecedores. De acordo com "O Globo", firmas brasileiras já tiveram prejuízo de R$ 100 bilhões por ano por causa deste tipo de ações criminosas. Isto está levando as corporações

brasileiras a entrar no Século XXI sob a constante ameaça de que seus segredos industriais deixem de ser secretos, numa guerra em que os vencedores são as empresas especializadas em proteção à propriedade industrial.

Estimativa da Kroll, uma das maiores consultorias do mundo em serviços de investigação e segurança para empresas, mostra que os casos de fraudes e espionagem industrial tomaram proporções bilionárias no Brasil, principalmente por ser uma das economias mais abertas. No caso das fraudes, que incluem práticas que vão desde o desvio de caixa das empresas até operações ilegais com fornecedores, o prejuízo pode chegar a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. São exatos R$ 80 bilhões por ano para uma riqueza de R$ 1 trilhão no ano 2000.

Já a espionagem industrial, cuja prática aumentou muito por conta da privatização e da abertura de alguns setores para estrangeiros, produz perdas que alcançaram 2% do PIB, o equivalente a R$ 20 bilhões. Esse número supera o valor de toda a produção do setor agropecuário no ano passado, que representou pouco mais de 8% do PIB nacional. Equivale ainda a 22% das vendas de US$ 283 bilhões, volume das 500 maiores empresas brasileiras em 2000, segundo a pesquisa da revista "Maiores e Melhores". Nos Estados Unidos, as estimativas do FBI estimam em até US$ 200 bilhões o volume de perdas anuais causadas por espionagem industrial.

Conforme investigação da *Association of Certified Fraud Examiners*, as empresas perdem US$ 400 bilhões por ano com esses ilícitos. Pesquisa feita em 1999 e publicada no ano passado revelou que, num universo de 97 empresas entre as 1. 000 maiores do país, listadas no *ranking* da revista "Fortune", o roubo de informações representou US$ 45 bilhões. Já a Sociedade Americana para Segurança Industrial, junto com a consultoria Price Waterhouse Coopers, num

estudo com 97 empresas, mostra que 44 tiveram um número impressionante de 1. 000 incidentes de furto de informação num único ano, o que dá uma média de mais de 20 incidentes por empresa.

Um caso clássico na história da espionagem industrial, envolvendo grandes corporações, foi protagonizado pela General Motors e pela Volkswagen. Em março de 1993, o executivo espanhol José Ignácio López de Arriortúa deixou a GM em troca da chefia do Departamento de Compras da Volks. Ele, no entanto, levou consigo segredos sobre um novo carro da Opel, uma subsidiária da GM, e de 20 caixas com mais de 10. 000 páginas de documentos e planos da montadora americana. Naquele mesmo ano, a GM entrou na Justiça contra a Volks, processando-a por espionagem industrial com base na Lei das Organizações Corruptas e da Extorsão Influenciada.

O Jornal Globo

Eis alguns exemplos de fraudes:

- **Consultorias**

O executivo acerta com firmas de consultoria o pagamento de serviços acima do valor de mercado e embolsa a diferença.

- **Aplicação**

O executivo aplica dinheiro da empresa e remete parte dos rendimentos para uma conta no exterior com parceria de funcionários do banco.

- **Estoque**

Pequenos roubos diários de parte dos estoques são executados para revenda.

- **Roubo simulado**

Acertar com motoristas de empresas de transporte um roubo simulado. A carga é revendida.

- **Nota fria**

Usar notas fiscais frias para justificar pagamentos ou receitas irregulares.

- **Fornecedores**

Usar parentes ou amigos com testas-de-ferro de empresas que são contratadas como fornecedores ou revendedores da empresa. Em concorrência, o executivo escolhe essas empresas e passa a pagá-las por serviços a valores acima do mercado

Quais seriam as razões para uma sabotagem?

Muitas. A mais forte delas é o sucesso que a Petrobrás teve no ano de 2000. Ganhou pela segunda vez o prêmio máximo como a empresa que mais desenvolveu tecnologia em águas profundas. Foi considerada a oitava empresa mais admirada do setor, em meio a outras centenas. Ficou difícil dar seguimento ao processo de privatização, iniciado no primeiro governo FHC, nestas circunstâncias. Portanto, não chega a ser um delírio pensar em sabotagem. Infiltrar um sabotador na plataforma seria muito fácil. Os inúmeros e atípicos acidentes ocorridos nos últimos meses em unidades da Petrobrás embasam esta hipótese e justificam uma análise mais criteriosa.

Ademais, o que a mídia tem batido na Petrobrás desde o início da década de 90 é preocupante. O exemplo mais marcante é o da revista *Veja* que, em maio de 1995, publicou uma matéria com 10 páginas coloridas, onde despejou uma avalanche de inverdades e dados manipulados. Em seguida recusou-se a publicar as respostas da Petrobrás, mesmo como matéria paga, ignorando o artigo 5º - inciso V da Constituição Federal. Isto é uma forma de sabotagem além de uma ilegalidade.

Outras formas de sabotagem neste período têm sido: o sistemático corte dos investimentos da Petrobrás, feitos pelo governo; a transferência de receita da Petrobrás para as distribuidoras na fase de transição da URV para o Real, em 1994 e o congelamento desta perda na implantação do Plano Real.

Que processo de privatização?

Em 1990. o governo Collor recebeu pronto um plano estratégico preparado pelo *Credit Suisse First Boston* para privatizar a Petrobrás. A estratégia era privatizar as subsidiá-

rias, dividir a empresa em novas subsidiárias e privatizá-las. Assim, foram privatizadas as áreas petroquímica, fertilizantes, mineração e extinta a Interbrás. Em 1991 deu-se início ao processo de criação das novas subsidiárias. O primeiro passo foi a divisão da empresa em unidades de negócios. Implantou-se na estrutura da empresa até uma assessoria para isto - a Asseme.

Na época, a Aepet criou um grupo de trabalho que analisou o processo e combateu-o por seus objetivos espúrios. A Aepet chegou a escrever no boletim a seguinte frase de Brecht: "Não vos regozijeis com a morte da besta, porque a cadela que pariu a besta está no cio novamente". A frase foi em função da posse de FHC no Ministério da Fazenda. Tínhamos razão. FHC começou cortando o orçamento da empresa em 52%. Só não paralisou a empresa porque o escândalo do Orçamento estourou e desviou a atenção. Mesmo assim, em face do corte absurdo, a empresa ficou cerca de quatro meses recompondo seus projetos, atrasando tudo.

Depois FHC, por intermédio do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC. manipulou a estrutura de preços transferindo da Petrobrás para as distribuidoras cerca de US 3 bilhões por ano perenizado com a URV. Em 1995, conseguiu que o Congresso aprovasse a emenda constitucional da quebra do monopólio. Em 1997 conseguiu aprovar a Lei 9.478 que, entre vários artigos, o de número 64 permite criar subsidiárias à revelia do Congresso Nacional. Em 1998 nomeou o então genro para esmagar a Petrobrás. Em 1999 mudou o estatuto da empresa, nomeando um Conselho de Administração de visão privatista (no governo Collor foi implantado o esquema PP- Pedro Paulo Leone que nomeou um diretor financeiro de "confiança", de fora, e alguns diretores da casa. Nomeou a diretora de investimentos da Petros e diretores das subsidiárias. As semelhanças não são meras coincidências).

As vendas das ações ordinárias e preferenciais, as trocas de ativos, o enxugamento, a divisão em unidades de negócio, a terceirização, enfim tudo que a Aepet vem denunciando são provas irrefutáveis da privatização em marcha. Na deterioração do

clima organizacional a atual administração se esmerou. Além de dobrar o salário dos gerentes e achatar o dos peões foi instituído um bônus que é uma aberração; os gerentes de alto nível ganham todos os bônus de quatro salários (um diretor gerente fatura acima de R$ 80. 000), os trabalhadores um em cada quatro, ganham de 0, 8 a 4 salários.

É uma brutal concentração de ganhos. Não há clima organizacional que agüente isto. Principalmente sabendo-se que o presidente trouxe 11 assessores ganhando todos essas benesses.

Acidentes

A Comissão Mista do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (Crea-PR), nomeada para analisar o acidente ocorrido na Petrobrás/Repar em 16 de julho do ano passado, considera inaceitável que um acidente de tão graves proporções possa ser explicado apenas como produto de "falhas humanas" e "falhas técnicas". Em dois anos de gestão do banqueiro Henri Phillipe Reichstul à frente da presidência da Petrobrás, a empresa já sofreu 50 acidentes, sendo 25 vazamentos. Só em 2000, a empresa sofreu 34 acidentes.

Esta posição do Crea-PR foi a mesma adotada pela Aepet na análise preliminar que fez do relatório preparado pela Comissão de Investigação do acidente com a plataforma P-36. A entidade decidiu encaminhar um pedido à direção da Petrobrás no sentido de que retome as sindicâncias para explicitar melhor as causas do naufrágio da maior plataforma do mundo. O presidente da Aepet, Fernando Siqueira, pede que uma nova comissão seja formada, com um maior número de participantes de entidades independentes como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-RJ), Clube de Engenharia e as universidades para que as conclusões não sofram pressões externas.

Na análise feita pelo Crea do Paraná, eles criticam as punições aplicadas pela direção da Petrobrás. Na Repar, houve um vazamento de quatro milhões de litros de petróleo na Estação Scraper na entrada da refinaria. Segundo o relatório da Co-

missão Mista, as punições devem ser vistas com reservas pela sociedade. "As demissões adotadas com o objetivo de, por um lado, satisfazer ao justo clamor da opinião pública e, de outro, para dificultar ou encobrir a discussão das verdadeiras causas e responsabilidades, não apenas do acidente, mas, também dos vários e repetidos eventos dos últimos anos, os quais demonstram que a Petrobrás, ao reestruturar-se segundo uma ótica dita empresarial, adota políticas e posturas gerenciais que negligenciam, para dizer o mínimo, práticas adequadas de segurança".

O relatório diz que o que se viu no acidente ocorrido na Repar, especialmente nas últimas 72 horas, após o vazamento, é que os planos de contingência postos em prática mostraram-se inadequados tanto no que diz respeito aos recursos humanos quanto aos recursos materiais necessários. Para os integrantes da comissão, "é cristalino o entendimento de que o acidente em tela e os demais graves eventos que têm acontecido nas instalações da Petrobrás em todo o país devem, necessariamente, ser analisados à luz do processo de reestruturação que vem sendo imposto à empresa nos últimos anos". A comissão condena que, ao punir o elo mais fraco, o fato exime de responsabilidade a direção da empresa que, no mais das vezes, desconsidera a inevitável dimensão social presente na rede de causas dos eventos.

O relatório ainda informa que, nos últimos cinco anos, a pretexto de conferir à Petrobrás métodos de gestão empresarial, a direção vem impondo transformações e mudanças que constituem as verdadeiras e reais causas de tantos acidentes ampliados, podendo-se dizer que todos eles tenham sido "quase planejados", "quase esperados", "quase intencionais".

A comissão diz que não é aceitável que essa "modernização" seja implementada com o escopo de produzir lucros e resultados a qualquer preço, de tal maneira e com métodos capazes de sugerir, serenamente, que o vazamento de quatro milhões de litros de petróleo, em julho de 2000, vinha sendo construído não somente nas horas imediatamente anteriores ao fato, mas nos meses e anos anteriores.

Questões a serem consideradas para evitar acidentes futuros

A pedido da deputada Mirian Reid (PSB-RJ), a Aepet encaminhou à parlamentar estas sugestões para evitar que haja problemas nas plataformas da Petrobrás.

1ª - Dar a Petrobrás o mesmo prazo que é dado às empresas estrangeiras para produzir nos campos de águas profundas, ou seja oito anos, ao invés de três.

2ª - Evitar a contratação de obras no exterior, pois além de gerar emprego externo em detrimento dos trabalhadores brasileiros, dificulta a pré-operação correta, fase em que se elimina as não - conformidades de projeto ou de construção (da ordem de 1% quando acontecem normalmente).

3ª - Retomar o treinamento dos operadores e demais trabalhadores da Petrobrás. O treinamento foi suspenso há mais de seis anos por medidas de redução de custos e enxugamento da empresa.

4ª - Retomar a realização de concursos públicos para dotar a empresa de um número adequado de empregados próprios (no início da década de 90, a Petrobrás tinha 60 mil empregados. Hoje tem 34 mil e as atividades triplicaram).

5ª - Reduzir a terceirização indiscriminada, inclusive em atividades estratégicas como inspeção, manutenção e até operação de plantas de processo. A terceirização tem sido uma relação incestuosa de trabalho, criando empregados destreinados, descontentes e desmotivados.

6ª - Não improvisar operadores, transferindo-os para atividades novas sem o devido preparo prévio.

7ª - Revisar a filosofia de segurança de modo que os painéis de controle não fiquem sobrecarregados e inutilizados por excesso de operações de menor importância, exigindo atuação manual dos operadores.

8ª - Recriar a engenharia de manutenção, extinta criminosamente para fins de enxugamento da empresa. Retomar a manutenção preventiva técnica e economicamente planejada e executada;

9ª - Parar o processo de privatização da empresa por meio da criação de subsidiárias, divisão por unidade de negócio e venda por preços vis das descobertas efetuadas pela Petrobrás;

10 - Dar liberdade à empresa para evitar seus investimentos sem cortes espúrios como exigidos pelo FMI;

11 - Parar com as construções de consultorias estrangeiras, sem licitação, para efetuar o plano estratégico e institucional da empresa;

12 - Pensar menos em enviar portfólios para investidores no exterior e pensar mais em curvas de produção, exploração de novas áreas já mapeadas e desenvolver os campos que a Petrobrás já conquistou. Usar os lucros elevados ocorridos em 2000 e projetados para os anos subseqüentes no cenário em que a Petrobrás vende o petróleo importado pelo mesmo preço que compra;

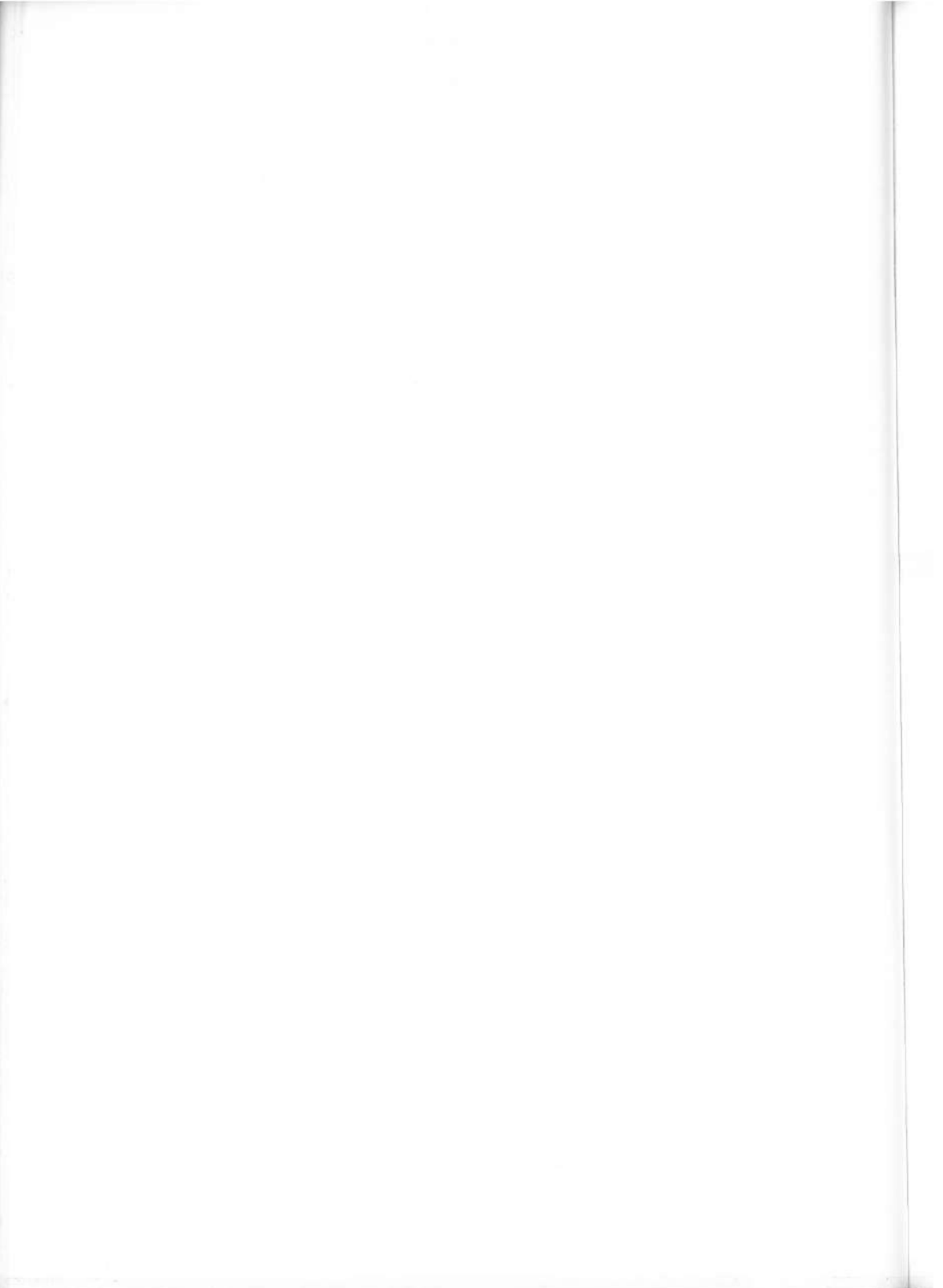
13 - Reduzir a disparidade salarial absurda entre os gerentes da cúpula e os empregados da operação;

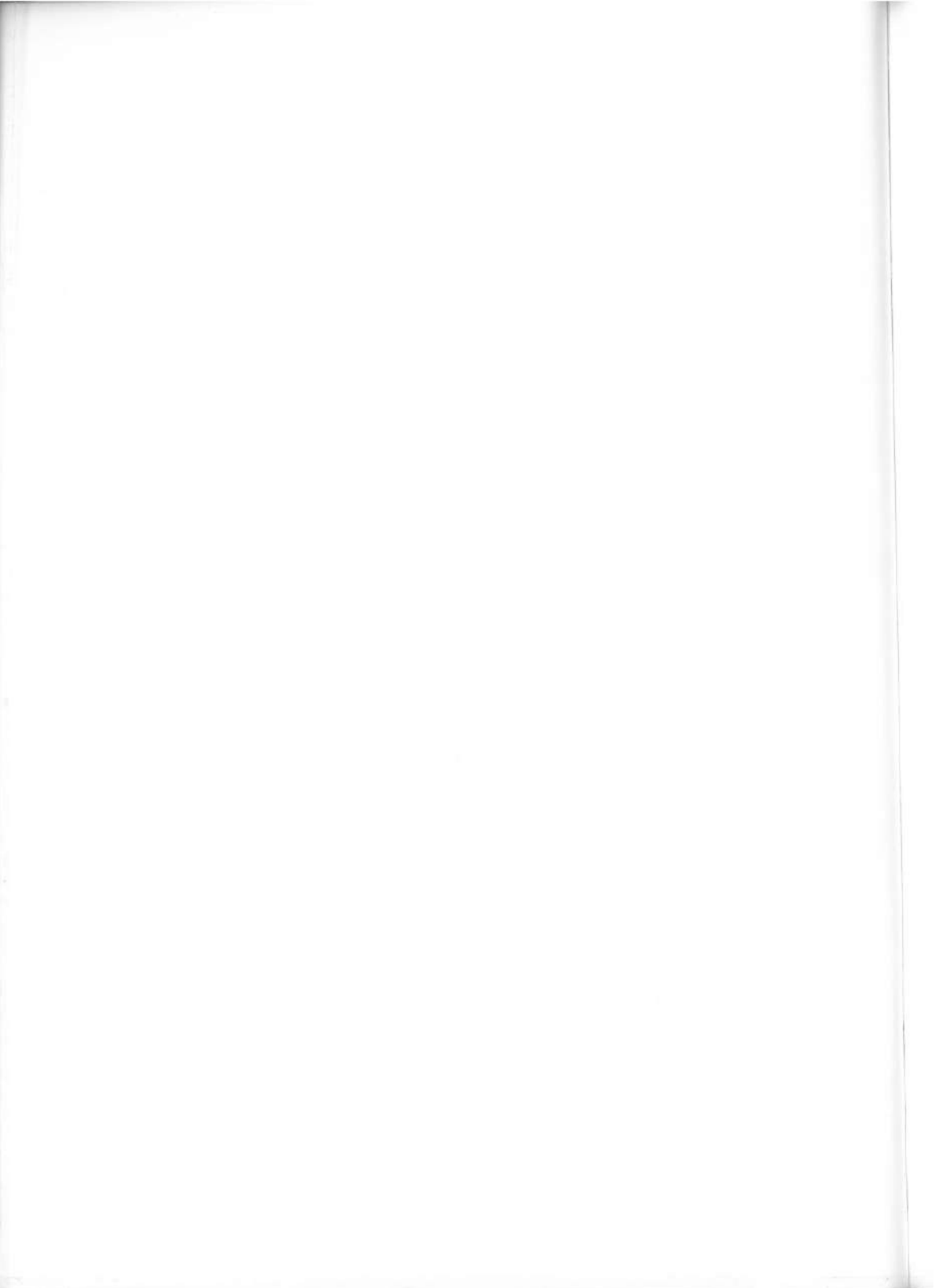
14 - Democratizar a distribuição de bônus e cargos de consultor técnico, diminuindo a subjetividade de concessões;

15 - Efetivar as eleições para a escolha do único conselheiro a ser escolhido pelos empregados, cargo criado há dois anos e até hoje vago.

16 - Eliminar qualquer hipótese ou possibilidade de arrecadação de recursos da empresa para financiamentos de campanhas eleitorais.

17 - Parar a troca de ativos em que a Petrobrás privatiza gradualmente suas unidades de negócios, favorecendo empresas estrangeiras, como é o caso da Repsol/YPF no Sul do país.

Todas estas sugestões visam à recuperação do clima organizacional e melhoria do desempenho e motivação dos empregados.

QUINTA PARTE

Questão Energética: Biomassa, Soberania e Autosustentabilidade

A OPÇÃO PELO SUICÍDIO

a) os colapsos energético e ecológico.
A humanidade enfrenta a mais difícil situação de sua história com o ocaso dos combustíveis fósseis e as mudanças climáticas decorrentes da sua queima descontrolada. As nações hegemônicas, situadas em regiões temperadas e frias e, por isso, carentes de energia limpa e permanente, basearam seus projetos de poder no uso extensivo desses combustíveis, carvão mineral e petróleo. O predomínio tecnológico dessas nações e a condição colonial das demais impuseram ao mundo essas formas energéticas finitas e sujas. O petróleo, em processo de exaustão, e o carvão mineral provocam severos efeitos climáticos, suas queimas descontroladas e extensivas aceleram graves perturbações na ecosfera - jogam-se no ar bilhões de toneladas de CO_2 por ano provocando o temido efeito estufa.

Essas limitações eram conhecidas desde os anos 70 quando o primeiro informe do Clube de Roma constatou a exaustão de recursos naturais. Daí o embargo do petróleo em 1973, com o apoio das Sete Irmãs, hoje Quatro (Shell, BP, Exxon e Chevron). Desde então, a situação só tem piorado. Na busca de novas reservas, os EUA realizaram frenético esforço fracassado no governo Nixon. Nos últimos 25 anos ocorreram profundos ajustes no uso desses combustíveis, com medidas de conservação e procura de alternativas, posteriormente abandonadas. Eles reduziram a demanda global e alargaram o horizonte

de uso. Pouco porém foi acrescentado em novas reservas, salvo no Brasil. A panacéia da fissão nuclear retardou a busca de alternativas e foi interrompida pelos acidentes de Three Miles Island e Chernobyl. O hidrogênio, não sendo fonte mas vetor de energia na Terra, não é alternativa. Ele existe porém em gigantescas proporções no sol. A sua fusão transforma-o em radiação solar.

Onda ambientalista mobilizou a opinião pública mundial nos anos 80. Serviu para evidenciar o perigo do uso extensivo de combustíveis fósseis e os efeitos da radioatividade criada pela fissão nuclear, especialmente o plutônio, de ação nefasta por milhares de anos.

Nos EUA da era Carter, realizaram-se tentativas tecnológicas visando a busca de alternativas a esses combustíveis. No Brasil, a única iniciativa vitoriosa, foi anterior, iniciou-se em março de 1974 e resultou, em novembro de 75, na criação do Programa Nacional do Álcool pela Secretaria de Tecnologia Industrial.

O Proálcool evidenciou no concreto a imensa potencialidade do Brasil em combustíveis renováveis e limpos. Programa de êxito mundial, foi porém interrompido em suas perspectivas de apoteótico futuro para o Brasil. Como concebido, visava não só à substituição da gasolina, mas dos demais derivados do petróleo e do carvão mineral por combustíveis tropicais. As importações de petróleo chegaram a consumir 70% de nossas exportações em finais de 70. Com o aumento dos preços do petróleo, essas importações ficaram inviáveis. O colapso energético era iminente. Pelo Proálcool implantou-se frota de cinco milhões de veículos com uso de etanol, além de mistura de 24% na gasolina.

Para impedir o uso do chumbo como antidetonante na gasolina e evitar a importação de álcool - antidetonante ideal - do Brasil, os EUA optaram pelo uso de álcool de milho e de Mtbe. Constata-se agora que em 31 estados americanos esta substância contaminou 30% dos poços de água potável. Como não têm como produzir suficiente álcool e o Brasil desativou a ampliação da produção, corre-se o risco dos americanos virem

para cá tomar nossas usinas e instalar *plantations*, expulsando o brasileiro do campo. Também com o previsto colapso do petróleo, os conflitos do Oriente Médio tendem a deslocar-se para os trópicos úmidos. À energia do passado - petróleo e carvão mineral - antepõe-se a energia do futuro, a biomassa dos trópicos

O Brasil economizou com o Proálcool em custos externos, diretos e indiretos, em 26 anos, cerca de 80 bilhões de dólares. Criaram-se 800 mil empregos diretos, reduziu-se drasticamente a poluição nas grandes cidades, ativou-se as indústrias de bens de capital e o país passou a deter forte domínio tecnológico no setor. Com o excesso de álcool, o Brasil virou exportador de gasolina.

A substituição porém não se estendeu aos demais derivados do petróleo, especialmente ao óleo diesel por óleos vegetais, mais eficientes e não-danosos ao ambiente. Só de óleo de dendê é possível produzir para sempre oito milhões de barris/dia, a produção atual em petróleo da Arábia Saudita. Também não ocorreu a substituição do carvão mineral importado por carvão vegetal nas nossas siderúrgicas, nem a construção de termelétricas com biomassa - florestas energéticas, carvão vegetal e gás de madeira, como está fazendo a União Européia com rejeitos agrícolas.

b) Gás da Bolívia e carvão vegetal.

Pelo contrário, implanta-se no Centro-Sul do país 49 termelétricas a gás de petróleo importado da Bolívia, Perú e Argentina, sob o controle das *Quatro Irmãs*. Destrói-se assim nossa autonomia em energia limpa, investimentos ressarcidos e custos em moeda nacional. Impõem-se também ao setor preços internacionais de petróleo. Submete-se o país ao suprimento externo. O contrato desse gás estipula o pagamento de volume fixo, seja consumido ou não. Pela privatização da distribuição, ativos hidrelétricos podem ser desativados para garantir crescente demanda de gás importado. Cartel de corporações externas passa a dominar nosso principal mercado elétrico. O custo do gasoduto, porém, foi arcado pela Petrobrás.

Entre as siderúrgicas, a única nacional que usava carvão vegetal era a Acesita - nossa mais sofisticada siderúrgica, proje-

tada com tecnologia nacional. Com sua privatização, abandonou-se o carvão vegetal pelo mineral importado com graves danos ambientais, sociais e no balanço comercial externo, além de retrocesso tecnológico. O abandono do carvão vegetal, neste e noutros casos, provocou milhares de desempregos, 26 mil em Minas Gerais. Só produtores de gusa e a Mannesmann continuaram a usar carvão vegetal, limpo, renovável e produzido no país. As razões para tanto despropósito foram forjada concorrência com nominal monetário fictício manipulado do exterior e o hábito colonial de uso de pacotes tecnológicos externos.

Desprezaram-se assim valores concretos e estratégias de autonomia e qualidade, custos ambientais e sociais - desemprego, agressão ecológica, violência -, a saúde humana e a valorização comparativa de fatores de produção locais. Disso resultaram danos estruturais no balanço comercial, nas contas externas e na autonomia tecnológica e energética, base universal de sadia competição. Condiciona-se tudo ao arbítrio da tirania financeira de comando externo em desastre programado!

c) Governo Carter e o modelo neoliberal.

O esforço tecnológico de substituição dos combustíveis fósseis no governo Carter foi bruscamente interrompido a partir de Reagan, enquanto promoviam-se guerras no Oriente Médio e jogava-se o preço do petróleo a valores inferiores aos anteriores ao embargo. Em 1979, o barril de petróleo chegou a 52 dólares no *spot market* de Rotterdam. Com a derrubada do xeque Yamani, ministro de petróleo da Arábia Saudita, o preço chegou à irrisória quantia de 7 dólares o barril, em processo de *dumping*. Para quê? Para tornar inviáveis - do ponto de vista monetário nominal, pela visão curta de tecnocratas - vitoriosas iniciativas energéticas em outras partes do mundo, especialmente a mais importante delas, a brasileira, com elevado potencial tecnológico e de poder. Os *falcões*, adeptos americanos do uso da força militar, sobrepuseram-se aos construtores de soluções da era Carter. As violências militar e monetária viraram norma. Essa força garantiu o controle do combustível que ainda movi-

menta o mundo e sustentou a moeda fictícia de referência, única a comprar petróleo.

d) Ruptura institucional.

Internamente, promoveu-se a implantação do modelo *neoliberal*. A tirania financeira fez o que quis. Foram governos de agentes a serviço da oligarquia financeira internacional. Promoveram o desmonte do Estado e a entrega de patrimônios naturais estratégicos a forças externas, quando a história econômica do Brasil neste século dependeu de modo vital do Estado. A Nação caminha para a ruptura, como admite FHC, o artífice da ruína nacional: "Estamos na iminência de grave ruptura institucional."

e) Geopolítica financeira e neocolonialismo. O Apagão.

Como complemento dessas ações, criou-se na *city* de Londres o mercado de petrodólares, inicialmente com empréstimos a juros negativos, embora flexíveis, com o objetivo de fazer a limpeza de dinheiro sem lastro que os produtores de petróleo se recusavam a aceitar como pagamento. As vítimas desses empréstimos foram países que garantiram com seus patrimônios naturais e ativos estratégicos a limpeza desse dinheiro, o Brasil à frente. Daí o processo de internacionalização dos patrimônios e de suas empresas guardiãs, a troco de praticamente nada.

O mesmo se deu pela Lei das Patentes, tendo em vista o patrimônio genético da biodiversidade do trópico úmido. Neste caso, concedeu-se o monopólio desse estratégico patrimônio a corporações transnacionais. Monopólio mercantil sobre a base da vida e da energia do futuro.

Desses empréstimos externos, submetidos depois a juros extorsivos, resultaram as "impagáveis" dívidas externa e interna que levaram o Brasil à débâcle financeira em janeiro de 1999. Os desdobramentos dessa manipulação, em associação com a política neoliberal, levaram à internacionalização referida - biodiversidade, sistema hidrelétrico e de águas, minérios, CSN, Usiminas, Embraer, Embratel, ruptura do monopólio do petróleo e das comunicações e entrega de reservas de petróleo já descobertas. Tudo praticamente de graça: moedas podres, subavaliações, incentivos favorecidos, corrupção, que serviram para encher as bur-

ras de especuladores, aos quais nossos dirigentes servem, enquanto as dívidas se avolumaram de modo assustador levando o país ao desastre financeiro. Ademais, a abertura para estrangeiros da navegação de cabotagem e o desaparecimento constitucional da empresa de capital nacional. Apagou-se o capítulo econômico da Constituição e o seu Artigo 182, que definia os princípios na área financeira, nunca foi cumprido.

Nas últimas semanas anuncia-se a compra por estrangeiros de usinas de álcool paulistas, fecha-se o ciclo iniciado com os "empréstimos" de juros flexíveis de petrodólares que permitiram a montagem da armadilha financeira que nos infelicita.

Esses empréstimos foram "justificados" para cobrir os déficits criados com as importações de petróleo após o embargo. Assim, a questão energética mundial está na origem dessa armadilha. Não se levou em conta que a crise dos combustíveis fósseis - na verdade, colapso energético - abria perspectivas incomuns para o Brasil. Fez-se o contrário ao ignorá-la, ao mesmo tempo nos submetiam à armadilha financeira.

Os países hegemônicos, não tendo soluções energéticas próprias, optaram a curto prazo pela ocupação militar do Oriente Médio e, a médio prazo, pela tirania financeira no Brasil e outras partes. No campo político, governam por meio de Medidas Provisórias que anulam o Congresso Nacional. Vão-se apoderando assim de estratégicos patrimônios essenciais à vida de gerações de brasileiros visando à manutenção da hegemonia mundial e a colonização do Brasil.

f) O futuro apocalíptico: As estradas para Santos.

Com a volta ao descontrole anterior ao embargo e com o não-cumprimento pelos hegemônicos até aqui (exceto Alemanha) dos acordos da Eco-92, a humanidade caminha para o perigoso colapso energético dos combustíveis fósseis e ao desequilíbrio ecológico de mudanças de clima pelo efeito estufa. Finalmente, em julho de 2001 foi decidido em Bonn o Protocolo de Quioto, com a oposição dos EUA, que ficaram sozinhos. Ademais, há os graves efeitos da chuva ácida. Neste caso, a cidade de São Paulo corre risco de perder seus acessos ao porto

de Santos por desmoronamentos de encostas nas vias Anchieta e Imigrantes pela destruição da sua proteção florestal, provocada pela chuva ácida fruto da contaminação de enxôfre pela queima de combustíveis fósseis, especialmente do carvão mineral.

g) Situação dos países "ricos"

Os EUA têm reservas de 21 bilhões de barris de petróleo para consumo diário de 16 milhões. Sem severas reduções no consumo ou aumento pouco provável das reservas, elas dão para cinco anos. Vêm caindo a uma média anual de 6%. Alemanha, Japão, Itália e França não têm reservas. As da Noruega, Canadá e Inglaterra estão em declínio. Somente as do Oriente Médio suportariam três décadas. Por isso, os EUA ocuparam com forças militares essa região. Gastam nisso cerca de 100 dólares por cada barril que importam.

Corrigida a inflação do dólar, o barril chegou a 70 dólares em 1979. Não será surpresa se o poder americano queira ressarcir-se dessas despesas militares, uma forma efetiva de subsídio. Para eles e seus aliados do poder financeiro, emissores arbitrários de moeda de referência, não seria problema. Nessas circunstâncias, os tecnocratas brasileiros impõem ao petróleo a condição de *commodity*, como se fôssemos tolos.

Nos anos 80, os EUA concentravam no Oriente Médio 60% de suas importações de petróleo e apenas 20% na América Ibérica (Venezuela e México). Hoje inverteram essa situação, pois os países árabes procuram defender seus patrimônios estratégicos com elevados custos de vidas. Na realidade, os conflitos na região são permanentes nos últimos 30 anos. São mais fáceis controlar as reservas do Brasil e da Argentina, neste caso último já consumado, que enfrentar a problemática bélica do Golfo. A débâcle financeira do México permitiu o controle pelos americanos de suas exportações de petróleo.

h) Involução da situação brasileira.

A nova lei de petróleo permite a exportação de petróleo brasileiro como propriedade de corporações estrangeiras, quer por novas descobertas ou por compra daquelas descobertas feitas pela Petrobrás. Estas, que garantiam 30 anos de consumo, ago-

ra podem ser rapidamente exauridas. A globalização, assim, impôs mudanças profundas na nossa matriz energética, visando à solução da precária situação de países hegemônicos pelo controle de nossos estratégicos patrimônios naturais.

i) Biomassa: energia da fusão nuclear.

Das formas energéticas que não têm origem no sol, nenhuma oferece saída no atual contexto. Os perigosíssimos efeitos ecológico e de segurança excluem a fissão nuclear. A fusão porém é de muito difícil realização pelo homem, pois ocorre a milhões de graus quando toda matéria, sólida ou líquida, vaporiza-se. O sol, como as demais estrelas, é, no entanto, gigantesco e "eterno" reator a fusão nuclear. As formas eólica, geotérmica, das marés, captação solar direta e outras ganham nessa situação algum espaço, embora localizadas ou restritas no uso. Não são, portanto, alternativas para a substituição do petróleo, de uso extensivo. A forma energética de dimensões potenciais para ocupar o vácuo que se forma com o ocaso dos combustíveis fósseis é a biomassa, de produção preponderante nos trópicos. Seus derivados podem substituir sob a forma sólida, líquida e gasosa os derivados desses combustíveis nas dimensões do consumo mundial, atual e futuro. Com exceção das energias das marés, geotérmica e fissão nuclear, todas as outras formas utilizadas pelo homem, tanto fósseis como renováveis, provêm do sol. As energias de origem fóssil que têm origem primeira na biomassa exigem, porém, centenas de milhões de anos para se formar. Representam capital energético acumulado em eras geológicas. São portanto, não-renováveis. Esse capital solar foi porém depauperado por uma sociedade de consumo suicida, pois as reservas fósseis acabam.

j) Mudança do vetor civilizatório.

Os derivados da biomassa são renovados pela captação da radiação solar graças à fotossíntese dos vegetais, excepcionais coletores naturais. Essa energia é acumulada sob a forma química de carboidratos (açúcares, amidos, óleos vegetais, celulose e hemicelulose), todos de fácil conversão em combustíveis, com tecnologia que dominamos. A incidência solar sobre o hemisfério da Terra corresponde, por dia, à mesma grandeza das reser-

vas de petróleo já descobertas. Ela concentra-se, porém, nas regiões tropicais. Regiões temperadas e frias, onde se localizam os países hoje hegemônicos, não têm a espetacular vocação energética renovável e limpa dos trópicos. Sem energia nada é possível no mundo econômico, nas dinâmicas do cosmo ou do átomo. Nem as civilizações são possíveis sem o trabalho do homem e das máquinas, sempre dependentes de energia. Esta provém da natureza, do mundo físico, da geografia. A moeda teria valor se a representasse, não seria uma abstração manipulada como é hoje.

Nas regiões tropicais predominam vastos oceanos e desertos, além de estruturas nacionais de insuficiente nível técnico, incapazes de extensos e eficientes processos produtivos de biomassa e seus derivados energéticos. Suas estruturas políticas são coloniais. O continente brasileiro seria uma exceção se resgatar sua soberania. Com mais de 20% da água doce do planeta e nível agro-industrial adequado, o Brasil pode ser o grande fornecedor de energia limpa e renovável do futuro. Somos predestinados à construção da Civilização dos Hidratos de Carbono em lugar dos hidrocarbonetos, se nos organizarmos com soberania.

No livro *Situação do Mundo - 1997*, o Worldwatch Institute prevê grupo de poder mundial, designado E-8 (E de *Environment*, Meio Ambiente), relacionado de modo direto com a questão energética. Será mais poderoso, segundo prevê, que o atual Grupo dos 8 (G-8), ligado ao decadente poder financeiro. Entre os países do E-8, três são superpotências: EUA, potência econômico-militar e maior agressor ambiental; China, segundo maior agressor, com potencial para tornar-se o primeiro e o Brasil, único entre os oito não-predador, com potencial para superar os desenhados colapsos ambiental e energético do planeta. Os demais são Alemanha, Japão, Rússia, Indonésia e Inglaterra.

Para assumir essa predeterminação histórica, o Brasil necessita rever sua política colonial de servilismo a grupos oligárquicos hegemônicos no campo financeiro que estão levando o mundo a situação desesperadora, como a prevista implosão ir-

remediável da bolha financeira, e ao Brasil à miséria. Alianças internacionais não faltarão mesmo porque todos dependem das soluções energética e ecológica vindas dos trópicos. Uma questão que pela ciência conhecida, se verdadeira, vincula-se ao mundo físico, à geografia, ao continente tropical brasileiro.

São essenciais para isso instrumentos estruturais de controle de nossos patrimônios naturais, de capacidade em transformá-los em bens de produção e da nossa participação efetiva e autônoma no comércio internacional, tudo implicando em soberania nacional. Daí a essencialidade da manutenção da Petrobrás, agora como empresa de energia e dos outros instrumentos estratégicos de que dispúnhamos, frutos da criatividade do povo brasileiro nesses setores de indiscutível peso no jogo de poder mundial, e fruto do trabalho dos brasileiros nos últimos 70 anos.

O Milênio da Biomassa

Lamentável constatar neste novo milênio que a alienação quanto à natureza dos trópicos continua, ora de modo omisso e ideológico - vinculada aos interesses mundiais do poder imperialista - ora de modo insciente e desinformado, tal como ocorre nas nossas universidades e nos partidos políticos, inclusive nos ditos de esquerda. O bloqueio da mídia, escrita e falada, é monolítico no debate dessas questões .

Trata-se de omissão gravíssima porque o lance decisivo de nosso tempo é o inevitável colapso energético em âmbito planetário baseado no ocaso do petróleo e carvão mineral e nas malogradas usinas nucleares. Estamos, por conseguinte, diante de um desmoronamento da base energética que ancorou o desenvolvimento do capitalismo nos últimos 200 anos.

O que está em pauta hoje no mundo é a incontestável ruína de um paradigma civilizatório, dentro do qual irrompe o

espectro de um apocalipse ecológico com o efeito estufa e a chuva ácida. Diante dessa realidade objetiva da biosfera, emerge no cenário contemporâneo e futuro a necessidade de um novo sistema energético assentado nas energias vegetais renováveis e limpas do ponto de vista ecológico. É preciso fazer valer a energia incomensurável do reator a fusão nuclear, o sol. A isso dá-se o nome de biomassa, energia que está localizada extensa e intensivamente nos trópicos. Isto significa um corte geográfico e geopolítico no planeta Terra, que delimita energeticamente o hemisfério norte do hemisfério sul, com o paradoxo relevante de que o norte é rico em dinheiro - uma abstração delinqüente - e pobre em energia - fonte natural de todo trabalho, que movimenta o mundo - , enquanto o sul tropical é pobre em dinheiro de referência - cada dia mais fictício - e milionário em energia.

Nesse contexto deve ser entendido o caráter crucial e, portanto, privilegiado dos trópicos úmidos. Eles serão necessariamente o palco da produção da energia verde, independentemente de sua apropriação social e política, o que implica considerar antes de tudo que o Brasil será o objeto-natureza (água e radiação solar, pela via da clorofila) da cobiça internacional dos vários imperialismos em busca da alternativa vital aos combustíveis moribundos: petróleo, carvão mineral e outros fósseis. A energia da fissão nuclear nada tem de conseqüente neste contexto civilizatório. Estamos no limiar de uma nova era energética que se fundamenta na fusão nuclear solar, de modo permanente e renovável e resulta da captação da radiação do sol pela fotosíntese, formando os hidratos de carbono: a biomassa.

A via biomassa do desenvolvimento auto-sustentável exige a ocupação do território com a sua produção energética intrinsecamente descentralizada, sendo a terra tropical úmida o fator fundamental de riqueza, junto com a utilização intensiva da fonte primeira de toda forma de trabalho, a radiação solar. Essa operação energética e tecnológica requer a opção política do poder, ou seja, a tomada do poder do Estado - crucial instrumento executor de projeto de um povo - pelos brasileiros que

não têm a mente colonizada. É impossível assim separar energia, tecnologia, política e poder, pois a apropriação nacional da biomassa, com distribuição de riqueza e de poder, entra em colisão com a espúria ordem financeira prevalecente, controlada pelos grandes conglomerados corporativos transnacionais e rede internacional de especuladores, sob o comando de nações decadentes do ponto de vista energético mas ainda hegemônicas do ponto de vista militar, o que garante pela violência a permanência de falsa moeda predominante. Na realidade, como vimos, um projeto suicida para todos.

Os servis dirigentes brasileiros, imbuídos de mimetismo colonizado, estão associados a esse falso jogo de poder. Portanto, continuam cegos e insensíveis - com sua ignorância e assumida alienação energética, econômica, cultural, tecnológica e científica - ao valor intrínseco do meio físico e ecológico dos trópicos.

É mister advertir que até mesmo a doutrina do nacionalismo - de valorização do Estado como instrumento essencial à execução de projeto de um povo -, em qualquer lugar que florescer - seja nas Forças Armadas, seja no Movimento dos Sem-Terra, entre os produtores com compromissos nacionais e em alguns poucos partidos políticos - deverá forçosamente assumir a bandeira energética da biomassa, caso contrário será um nacionalismo pequeno-burguês, retórico, ornamental e anacrônico. Porquanto, o componente basilar do colonialismo no Século XXI está sujeito ao ocaso dos combustíveis fósseis e à necessidade implacável mas ainda não compreendida de sua substituição por alternativas tropicais como única saída para retirar a humanidade da tragédia dos dois maiores colapsos da sua história: o energético dos combustíveis fósseis e o ecológico.

Disso resulta que novas estrelas surgem no cenário energético e, portanto, do poder contemporâneo e futuro, substituindo o petróleo e o carvão mineral por formas como o álcool etílico, os óleos vegetais, a lenha, o carvão vegetal, o gás de madeira e outros. A isso se contrapõe com fúria inusitada enorme bloqueio repressivo, cevado pela tirania da moeda fictícia, à

percepção da importância da biomassa quanto à emancipação popular e à soberania nacional. É precisamente essa mesma fonte de energia que pode engendrar uma espetacular abundância calórica e alimentar para a população carente brasileira e mundial.

Com a produção intensiva e extensiva da energia verde, criando dezenas de milhões de postos de trabalho, sobretudo na zona rural, o Brasil tornar-se-ia efetivamente o paraíso das calorias dos alimentos - a terra da comida, e não da fome.

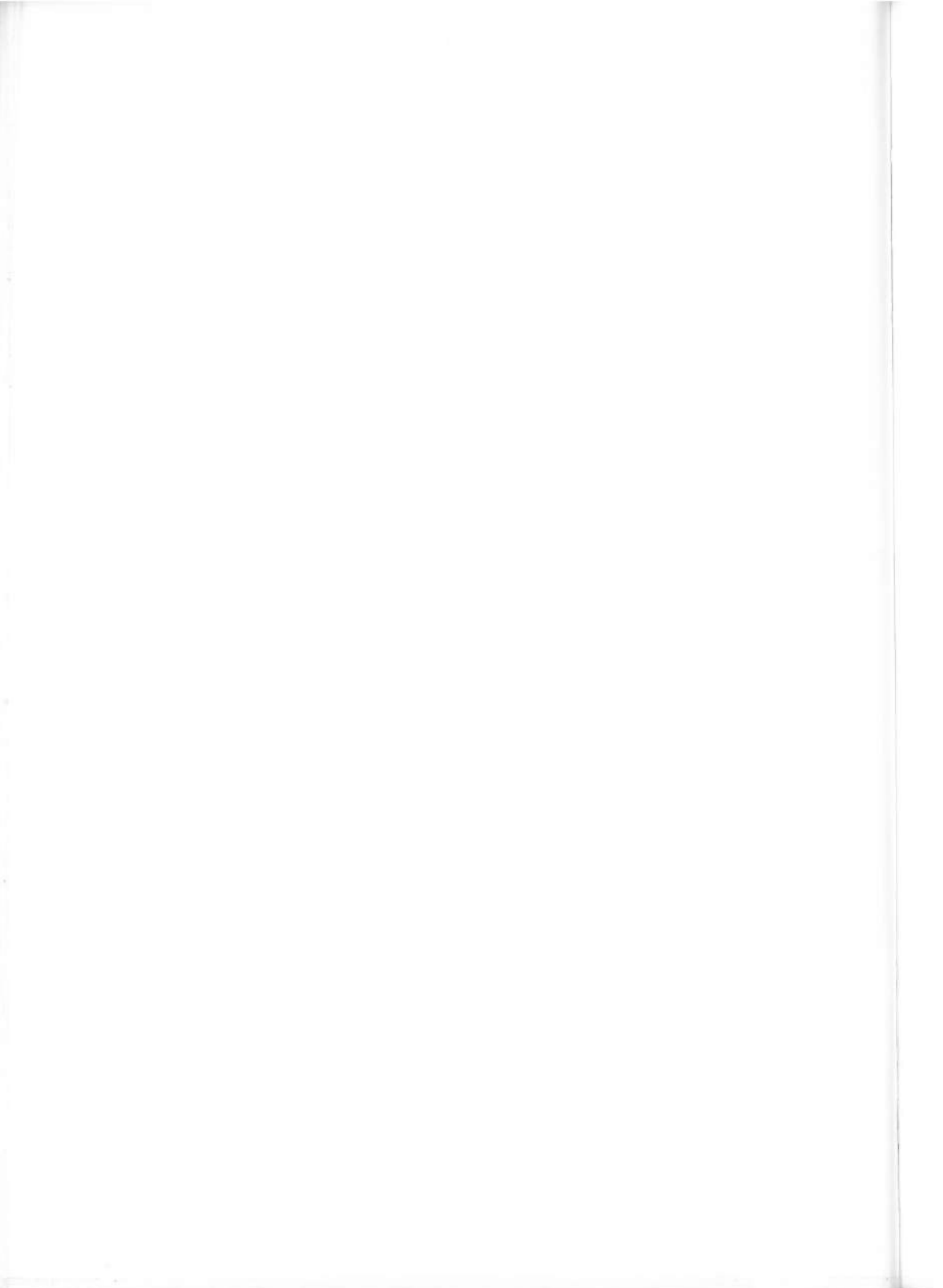
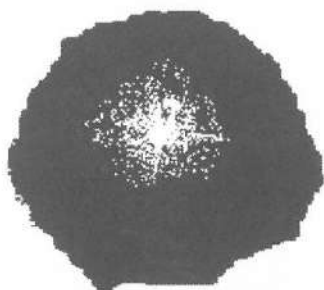
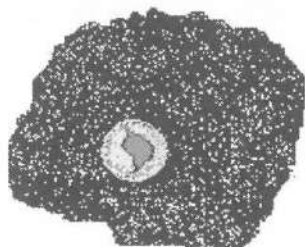
O folclore de Luis da Câmara Cascudo - alicerçado na sabedoria popular - informa que a mandioca é a rainha do Brasil. Além do amido das raízes, fonte de energia e de alimentos - o conteúdo protéico de suas folhas é também espetacular. Assim, a dialética da biomassa apresenta a perspectiva de um sistema energético afortunado do ponto de vista ecológico, social e nacional, capaz de superar uma nova escravidão colonial - genocídio pela fome - que está em curso no processo do colapso do sistema energético de origem fóssil.

Ainda que não perca sua dimensão financeira vampiresca e delinqüente, o imperialismo no Século XXI, para ser mantido, estará energeticamente compelido a fazer a ocupação do território tropical, de modo que a apropriação territorial e o genocídio local em massa - em marcha - são seus dois componentes básicos na era da emergência da biomassa em substituição ao petróleo e ao carvão mineral.

O nefando Plano Real não pode ser compreendido em sua essência sem a cobiça colonial das nossas riquezas naturais, no momento em que a penúria energética assola a humanidade no hemisfério norte. A tirania financeira do dólar é, em última instância, uma estratégia imperialista de se apossar do território brasileiro, preparando as bases futuras - nas quais se incluem o enfraquecimento do Estado e a internacionalização dos patrimônios naturais e de seus guardiões estratégicos - as empresas de economia mista - para produzir *plantations* de energia vegetal gerando miséria aqui e riqueza lá fora. O colonialismo decorrente dessas circunstâncias, ao contrário daquele mercantil que im-

perou no Século XIX, necessita ocupar o território e este, de preferência, deve estar vazio de população local.

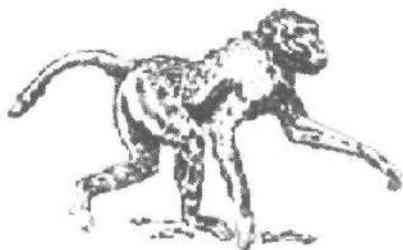
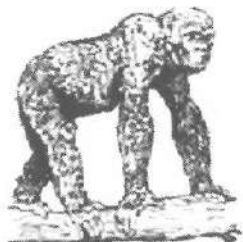
A permanência de nossa maior empresa, a Petrobrás, como empresa de energia, talvez com a designação de Biopetrobrás, para definir melhor sua amplitude, sob o controle do Estado brasileiro é crucial para que o nosso povo possa realizar a grande façanha histórica que a nossa portentosa natureza determina neste momento em que a humanidade caminha, com o ocaso dos combustíveis fósseis, para uma nova era de fontes energéticas renováveis e limpas a partir dos trópicos.

APÊNDICE
Linha do Tempo

LINHA DO TEMPO

15 bilhões de anos atrás - Big Bang - inicia-se o tempo, o espaço e a matéria com uma tremenda explosão com a temperatura inicial de 100 trilhões de graus.

4,5 bilhões de anos atrás - Terra - junto com o sistema planetário, a Terra é criada a partir de poeira cósmica.

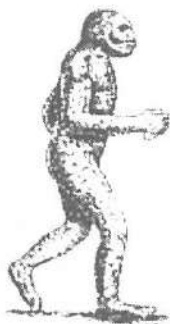
4 bilhões de anos atrás - Bactéria Unicelular - formada a partir do caldo existente no mar, auxiliado pelas condições do ar e das descargas elétricas. A probabilidade de acontecer esse fenômeno de se criar vida a partir de matéria não viva é tão pequena que se pode dizer que não acontecerá novamente. Essa bactéria é a origem de toda a vida na Terra, tanto animal como vegetal. Ela espalhou-se na Terra até 545 milhões de anos atrás.

600 milhões de anos atrás - Primeira vida multicelular - que evoluiu para os organismos mais complexos.

45 a 251 milhões de anos atrás - Explosão de todos os tipos de vida - nesse período foi formado o petróleo, quando o mar cobriu grandes áreas de terra, misturando lama e areia com enormes quantidades de diminutas plantas e animais em camadas sedimentares sucessivas ao longo do tempo. Acredita-se que o carvão foi também formado a partir desse período (entre 340 milhões e 80 milhões de anos atrás), sendo constituído de compostos orgânicos a partir de grandes árvores. Estas caiam nos pântanos com pouco oxigênio e não eram totalmente decompostas. O nome "mineral" deve-se ao fato de que seu processo de formação foi similar ao de rochas sendimentares.

Nos 200 milhões de anos seguintes de evolução surgiram os animais que foram os antecessores da raça humana. Comprovando a teoria de Darwin, mais de cem anos de pesquisas e estudos levam à seguinte seqüência dos animais que evo- luíram para o homem atual.

Aegyptopithecus - de 38 a 26 milhões de anos atrás.

Proconsul - de 23 a 14 milhões de anos atrás.

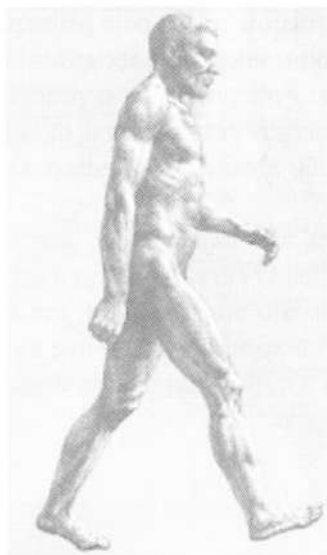
Ramapithecus - de 7 milhões de anos atrás.

Australopithecus - cerca de 4 milhões de anos atrás.

Homo habilis - cerca de 2 milhões de anos atrás.

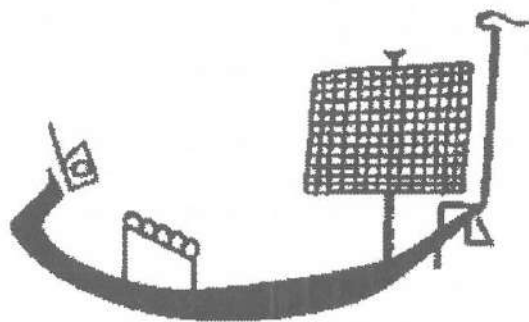
Homo erectus - entre 1,5 milhão e 400 mil anos atrás.

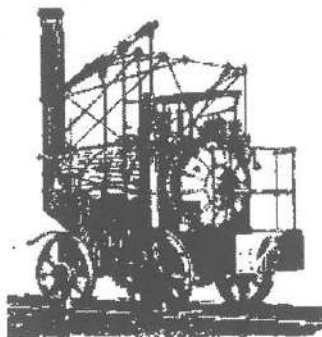
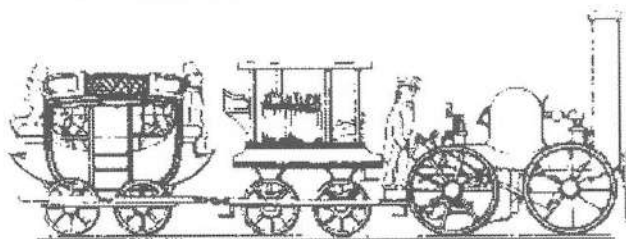
O fogo apareceu na Terra logo no início de sua formação, por intermédio dos vulcões. Mas só pôde ser utilizado depois que surgiu a vegetação, quando centenas de milhares de raios diários a incendiavam constantemente. Ele passa a ser plenamente utilizado pelos homens em fogueiras e para cozinhar alimentos a partir de uns 700 mil anos atrás. Há 5000 anos, o utilizaram para obter o bronze. Há 3000 anos, o usaram para obter o ferro.

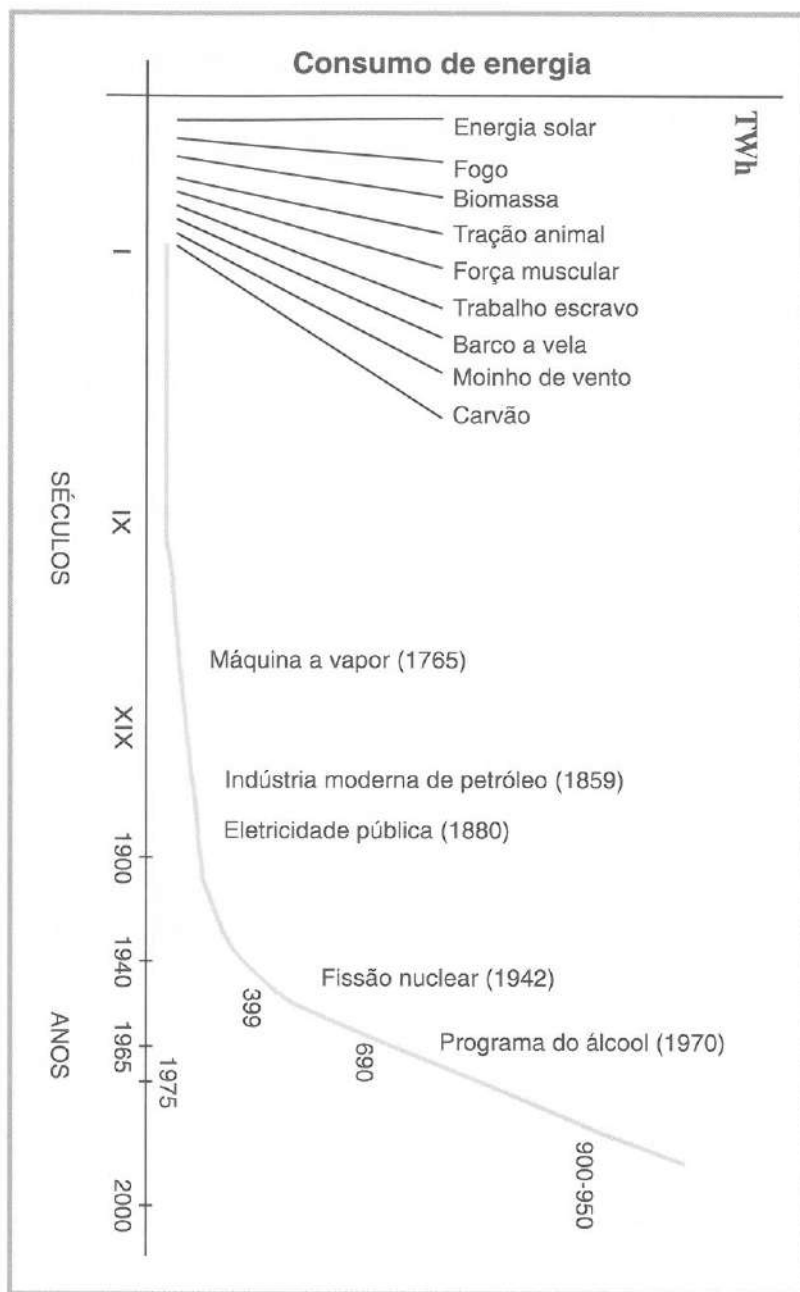
Homem de Neanderthal - entre 230 mil e 30 mil anos atrás. Ele foi o ancestral mais próximo do Homo Sapiens, de acordo com a maioria dos paleontropólogos, embora vários outros achem que ele foi uma ramificação que se extinguiu. Usava o fogo para aquecimento e iluminação por meio de tochas. Outros acreditam que o Homem de Neanderthal evoluiu para o Homem de Cro-Magnon.

Homo de Cro-Magnon - entre 40 mil e 10 mil anos atrás, muito semelhante ao homem atual. Pintava bem, era bom artesão, acendia o fogo e foi o primeiro a fazer cerâmica, misturando argila e ossos moídos e levando a uma fornalha. Nos deixaram, nas pinturas rupestres das covas de Altamira, Espanha, a "Capela Sistina" do Período Neolítico.

Homem atual

Até uns sete mil a cinco mil anos atrás o homem usava sua própria energia muscular para obter alimentos e construir seus abrigos. Suas únicas fontes de energia eram o Sol, a biomassa e o fogo. Depois passou a usar a tração animal e inventou a roda.

Um grande avanço como fonte de energia foi o uso da vela numa canoa de junco, no Egito, há 5000 anos, fazendo com que ela transportasse muito mais peso com maior velocidade. Depois vieram os moinhos de vento.

Há 2100 anos foi construída pela primeira vez a roda d´água para mover um moinho, introduzindo, assim, o uso da energia de movimento da água. Foi, portanto, o precursor da hidroeletricidade, que usa a energia gravitacional da água elevada, conseqüência da evaporação e do deslocamento das nuvens pela ação de energia solar.

Diz-se, embora não haja provas, que os chineses usavam carvão 2100 anos atrás. O carvão passou a ser minerado em 1200 na Europa. Ele era usado em fornalhas, em forjas, na cozinha e no aquecimento. Só no século XVIII é que ele foi utilizado numa máquina, a máquina a vapor, em teares, depois em navios, locomotivas e nas indústrias.

Locomotiva criada em 1813

A eletricidade é fruto dos trabalhos dos físicos Ampère, Faraday e Maxwell na segunda metade do século XIX. Sua aplicação em motores, geradores e iluminação foi desenvolvida ao longo do século seguinte. Atualmente, produz-se eletricidade por meio de hidroelétricas, termoelétrica usando carvão, petróleo, biomassa e reatores nucleares.

Consumo de energia
TWh
Energia solar
Fogo
Biomassa
Tração animal
Força muscular
Trabalho escravo
Barco a vela
Moinho de vento
Carvão
SÉCULOS
I
IX
XIX
Máquina a vapor (1765)
Indústria moderna de petróleo (1859)
Eletricidade pública (1880)
ANOS
1900
1940
1965
1975
2000
Fissão nuclear (1942)
399
690
Programa do álcool (1970)
900-950

AGOSTO DE 1859

O petróleo é descoberto em Titusville, Pensilvânia.

JUNHO DE 1860

John Rockefeller funda a Standard Oil de Ohio.

1863

Rockefeller constrói a primeira refinaria de petróleo.

1882

A Standard Oil converte-se na mais poderosa organização de petróleo. Controla 45 empresas e elimina suas principais concorrentes.

1890

O Congresso norte-americano aprova o Sherman Act que dá ao presidente dos EUA o poder de combater o monopólio do petróleo.

1890

É fundada em Amsterdã a empresa que se transformará na Royal-Dutch Shell;

1892

A Suprema Corte dos EUA declara ilegal o truste Standard Oil;

1907

A Standard Oil é a empresa com maior número de acusações nos tribunais. Só em Chicago são registrados 1460 processos;

1911

A Suprema Corte dos EUA dissolve a Standard Oil, quando Rockefeller controlava 115 empresas e mais 53 em outros países. O truste foi dividido em 33 corporações;

1914

O presidente Wilson promulga a Lei Clayton de combate aos trustes;

1939

O petróleo é descoberto em Lobato, na Bahia;

1945

Os EUA lançam sobre Hiroshima a primeira bomba nuclear;

1947

O Marechal Horta Barbosa lança no Clube Militar a tese do monopólio estatal do petróleo;

1948

Inicia-se no Rio de Janeiro a campanha O PETRÓLEO É NOSSO, o maior movimento de mobilização popular da história do país, que se prolonga até 3 de outubro de 1953, quando o Presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei 2. 004 instituindo o monopólio estatal do petróleo e criando a Petrobrás;

AGOSTO DE 1954

O Presidente Vargas suicida-se no Palácio do Catete, menos de um ano após a criação da Petrobrás, deixando a Carta Testamento em que denuncia as terríveis pressões contra sua criação;

JULHO DE 1956

Gamal Nasser expropria o canal de Suez;

OUTUBRO DE 1956

Intervenção militar anglo-franco-israelense na zona do canal de Suez;

SETEMBRO DE 1960

É criada a OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo;

OUTUBRO DE 1973

Primeira Crise do Petróleo - Guerra do Yom Kippur, quarto conflito entre árabes e israelenses. O petróleo é usado como arma sob a forma de embargo, corte de produção e restrições às exportações. Os preços do petróleo saem da faixa de US$ 2,00

o barril para US$ 22,00. O ministro saudita Yamani afirma: "Somos donos da nossa mercadoria";

Outubro de 1975

O presidente Geisel anuncia os "contratos de risco" de petróleo com empresas estrangeiras;

Novembro de 1975

Cria-se o Programa Nacional do Álcool";

Janeiro de 1979

Segunda Crise do Petróleo - Revolução no Irã. O Xá Reza Pahlevi abandona o Irã. Os preços do barril do petróleo passam dos US$ 30,00 e chegam a US$ 52,00 no "spot market" de Rotterdam;

Março 1979

Ocorre o acidente nuclear em Three Mile Island, EUA;

Abril 1986

Catástrofe na planta nuclear de Chernobyl, URSS;

1986

96% dos veículos ciclo Otto saem de linha de produção utilizando o álcool como combustível substituindo a gasolina;

Outubro de 1988

A nova Constituição proíbe os contratos de risco e consolida no artigo 177 o monopólio estatal do petróleo;

1992

A Petrobrás recebe em Houston, EUA, a "OTC - Off-Shore Technology Distinguished Achievement Award", o mais importante prêmio internacional por suas realizações tecnológicas de prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas;

1992/1993

O governo Collor envia ao Congresso emenda constitucional que revoga o artigo que garante o monopólio estatal do petróleo. O

presidente Itamar Franco determina campanha de esclarecimento aos parlamentares o que resulta no arquivamento da proposta;

1996/1997

O governo Fernando Henrique Cardoso envia ao Congresso novas emendas à Constituição "flexibilizando" o monopólio estatal do petróleo. O governo ameaça com demissão todos os funcionários que se opõem a tais medidas e promove pela mídia campanha de desinformação, desmontando o capítulo econômico da Constituição;

AGOSTO DE 1997

FHC sanciona a Lei 9.478/97 que acaba com o monopólio estatal do petróleo, abrindo caminho para a entrada de empresas estrangeiras na exploração da indústria petrolífera nacional. A Petrobrás passa a associar-se em dezenas de parcerias minoritárias com essas empresas, transferindo reservas de petróleo descobertas com tecnologia que domina com exclusividade.

1999

Menos de 1% dos veículos novos de ciclo Otto são produzidos utilizando o álcool como combustível;

JANEIRO 1999

Débâcle financeira do Brasil. O real é desvalorizado em 40%.

ABRIL DE 1999

Os preços internacionais do petróleo retomam o crescimento dos anos 70, aumentando 300% no prazo de um ano;

1999/2000

O governo promove o internacionalização do controle do sistema hidrelétrico brasileiro;

JUNHO DE 2000

O governo da Alemanha decide a desativação das suas 19 plantas nucleares, representado 30% da atual oferta de energia

elétrica. Desde a Segunda Crise do Petróleo, em 1979, ocorrem guerras envolvendo o Irã e o Iraque que resultaram no desmantelamento da Opep. A tentativa de resgate dos reféns norte-americano no Irã provoca mobilização de tropas do Pacto de Varsóvia e da Otan provocando o recuo dos norte-americanos. A chamada Guerra do Golfo leva o Iraque a um massacre militar seguido de bloqueio econômico promovido pelos EUA que dura até a publicação deste livro, em outubro de 2001.

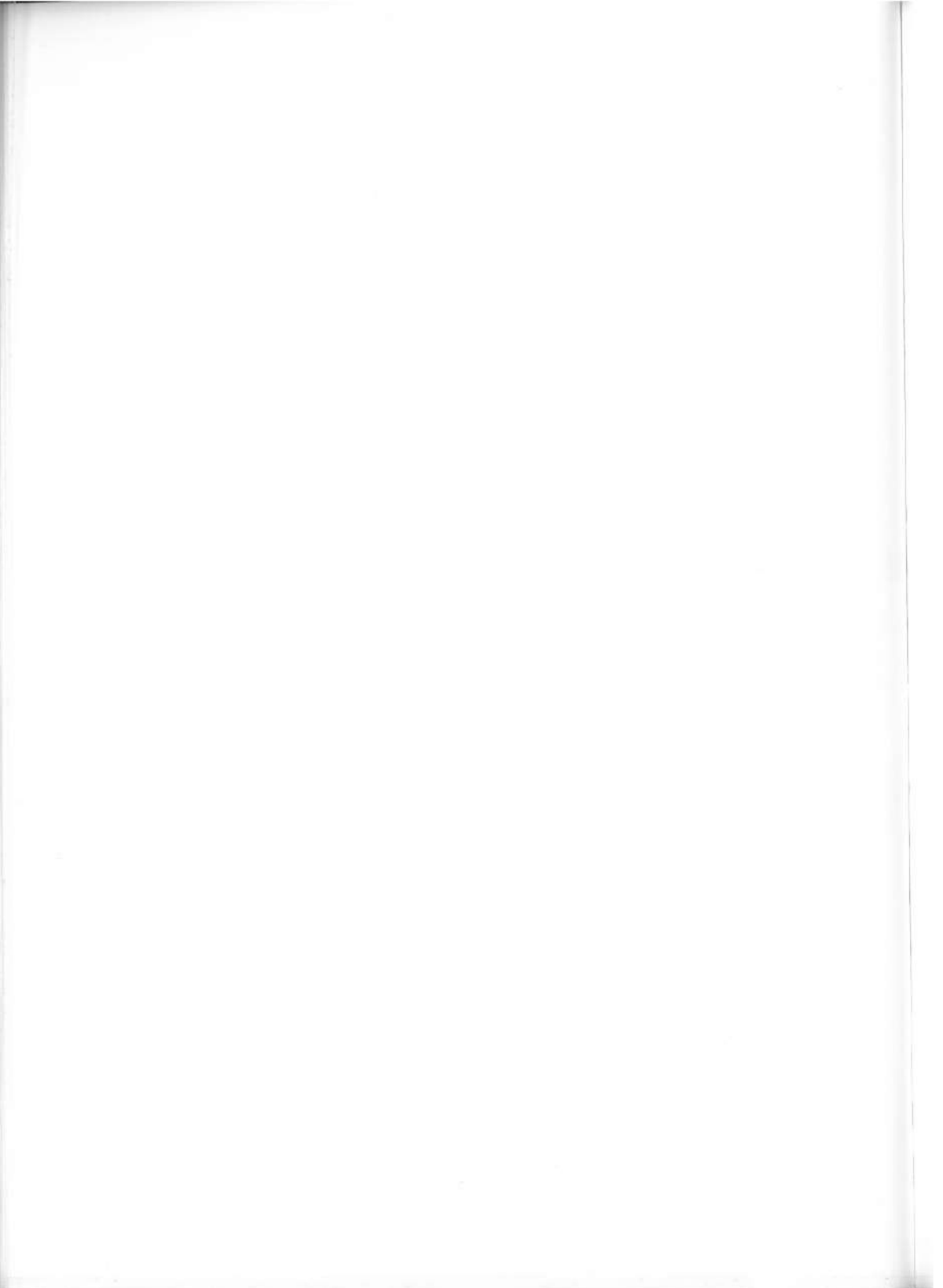
MAIO DE 2001

Torna-se pública a crise do sistema elétrico brasileiro decorrente da mudança radical do modelo da matriz energética, surgida no bojo das chamadas "privatizações" do setor, na realidade, sua internacionalização. Os investidores externos não realizaram os investimentos necessários à ampliação da geração e distribuição de energia essenciais à substituição da retirada, por vários anos, dos investimentos das empresas de economia mista utilizando seus próprios lucros. Configurou-se o que foi chamado de "apagão", decorrência das políticas financeiras do FMI que visam a retirada do Estado desse estratégico setor.

11 DE SETEMBRO DE 2001

Ocorre gravíssimo atentado nos EUA que destrói as torres do World Trade Center, em Nova York, e atinge o Pentágono em Washignton. Mesmo sem provas, o governo norte-americano declara estado de guerra sem definir contra quem. Além de promover a satanização dos povos árabes. Em 7 de outubro, os EUA e Reino Unido começam a atacar o Afeganistão pesadamente com mísseis e bombas de alto poder destruidor.

Elaborado na primeira parte com o apoio do
Prof. José de Lima Acioli

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Massa da vida. Biomassa

Todos os bens utilizados pelo homem têm origem em dois setores da natureza: os minerais e os produtos da fotossíntese. O que resulta da capacidade que as plantas têm de captar energia solar sob forma química de carboidratos. A isto dá-se o nome de biomassa, bios = vida, massa da vida.

Petróleo é luz

O fascínio do petróleo vem da luz. As cidades eram iluminadas com óleo de baleia e o petróleo o substituiu. Interesses estabelecidos retardaram seu uso por 30 anos. Usavam-se 5% para iluminar, o resto se jogava fora. Isto repete-se hoje com a biomassa. O petróleo retarda o uso da forma permanente e limpa que vem do sol, eterno reator a fusão nuclear.

O que é uma refinaria?

Ela tem papel decisivo na produção de derivados de petróleo que usamos para acionar motores, como matérias-primas da petroquímica ou na produção de calor. A refinaria separa as partes por meio do "craqueamento" das cadeias maiores de hidrocarbonetos do petróleo até chegar às formas que a tecnologia permite usar. As partes são divididas pelas propriedades físicas e químicas, que permitem, por exemplo, transformar a energia química contida nos derivados em energia mecânica que movimenta as rodas de um veículo.

Quem domina o mercado

As 20 maiores distribuidoras de petróleo (Exxon, Shell, Texaco e outras) detêm pequena parcela das reservas mundiais (6%). Entretanto, por meio da refinação (98%) e da distribuição dominaram o mercado mundial.

Sonho americano

A refinação mundial é o sonho americano porque a descoberta de reservas é difícil, cara e de alto risco. Os EUA, depois das crises de 1973 e 1979, desencadearam frenético processo de procura de novas reservas e pouco acharam. Como o petróleo tem de ser destilado, os refinadores ficam na ponta da linha do mercado e, assim, o controlam. O controle do petróleo mundial pelos EUA resulta do controle de 98% da refinação e do controle militar do Oriente Médio, onde se localizam 80% das reservas.

A riqueza tropical

Os líquidos extraídos da biomassa, como metanol e etanol, são produtos químicos puros. Óleos vegetais são diretamente usados em motores de ciclo Diesel. Derivados da biomassa dispensam onerosas refinarias, não contaminam o ambiente e são renováveis. São carboidratos, abundantes nos trópicos. Os países hegemônicos, situados fora dos trópicos, não podem pensar no uso de biomassa de modo extensivo. Fundamentaram seus projetos nacionais no petróleo e no carvão mineral, que está acabando ou é altamente poluidor.

A história será outra

As refinarias que controlam o petróleo são dispensáveis no caso da biomassa. Isto lhe dá sentido profundamente democrático, além das suas "reservas" se localizarem em todo o território nacional. Com esta nova forma de energia, será redefinida a história do Brasil e do mundo. As corporações que dominam o mundo por meio das refinarias de petróleo perdem seu principal instrumento de poder.

Documento trágico

Getúlio Vargas ou Rockefeller, eis a questão. A carta-testamento de Vargas é o documento trágico da nossa história. A Standard Oil levou Vargas ao suicídio em 1954.

Unidade e integridade

A unidade e a integridade do Brasil como Nação se deve muito à existência da Petrobrás. Não se pode tratar da história do Brasil contemporâneo sem falar da Petrobrás.

Um ato de amor à terra

A Petrobrás é o símbolo máximo do nacionalismo brasileiro. Defender no Brasil o monopólio estatal do petróleo é praticar, como dizia Gondim da Fonseca, uma virtude cristã, um ato de amor à terra, ao próximo. A Petrobrás é nossa principal empresa energética. Se ficar em mãos do Estado-Nação, ou seja, do povo brasileiro, poderá tornar-se a maior empresa mundial do ramo, considerando nossos altos potenciais energéticos permanentes.

BioPetrobrás: Nação do Sol

O nacionalismo é a raiz do futuro e o futuro da Petrobrás é tornar-se BioPetrobrás. Não se trata de estabelecer contradição entre petróleo e biomassa. Trata-se de ter o controle nacional da Petrobrás e mantê-la ascendente junto com o Brasil. Explorar o que resta de petróleo e partir para a exploração da energia futura, vegetal, os derivados da biomassa tropical, tendo como fonte o sol e as águas. Somos a Nação do Sol.

Como explorar a biomassa

Como Rockefeller pretendia e como todos os estudiosos estabelecem, o petróleo tem de ser explorado de maneira monopolista, pela própria natureza. Isso não é verdade no caso da biomassa. Não há por que não valorizar e até fortalecer a participação privada de empresas nacionais. Mas isso jamais será possível se não houver uma empresa estratégica controlada pelo Estado e representante do povo brasileiro para administrar todo o processo.

Gilberto Felisberto Vasconcellos

Sociólogo com doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da USP e pós-doutorado na "Ecole Pratique de Hautes Etudes", na França. Bolsista do CNPq, da Fundação Calouste Gulbenkian e do "Social Science Reserch Council" (EUA). Articulista da Folha de São Paulo, da revista Caros Amigos, entre outros. Livros publicados: - *De Olho na Fresta*, RJ, Graal, 1977; *Ideologia Curupira*, SP, Basiliense, 1978; *O Xará de Apipucos*, SP, Max Limonad, 1988 (revisto e atualizado em 2000, SP, Casa Amarela); *A Cocaína dos Pobres*, SP, Ícone, 89; *Brizula, a Esperança do Povo*, BSB, Pajelança, 89; *A Sociologia do Cabaré Infantil*, SP, Leia Mais, 1992 (revista e ampliada em *O Cabaré da Criança*, RJ, Espaço e Tempo, 1997; *O Príncipe da Moeda*, RJ, Espaço e Tempo, 97; *O Poder dos Trópicos*, SP, Casa Amarela, em co-autoria com J. W. Bautista Vidal, 98; *A Ruína do Pós-Real*, RJ, Espaço e Tempo, 99; *Glauber Pátria Rocha Livre*, Ed. Senac, SP, 2001. *Biomassa, eterna energia do futuro*, Ed. Senac, SP, 2001.

O mundo vive perigosa situação. Os Estados Unidos declara guerra ao terrorismo e ameaça atacar qualquer Estado que, a seu critério, dê apoio a terroristas. Com a guerra do Iraque, ocuparam militarmente o Oriente Médio onde se localiza 80% do que sobra de petróleo.

No Brasil a questão petróleo centraliza-se na Petrobrás cuja a história, nos últimos cinqüenta anos, confunde-se com a história do país.

Com os terríveis fatos recentes e o tenebroso futuro que se pode antever, nunca foi tão essencial o controle do Estado brasileiro sobre tão estratégica empresa, fundamental para enfrentar a loucura assassina em que têm transformado o mundo.

A Petrobrás tem sido vítima de solertes e infames campanhas visando sua internacionalização e esfacelamento. Isto deforma nossa história e impede que as novas gerações conheçam sua apoteótica trajetória e sejam beneficiadas pelo seu papel crucial na construção do Brasil contemporâneo.

Este livro visa a recompor a verdade, identificando a ameaça que representa o fim da Petrobrás, resgata nossa autoestima, pois ela é alicerce essencial da civilização brasileira que vamos construir.

ISBN 85-900902-4-8